



VII Seminário Internacional de Pesquisa do GREPPE
“Privatização da Educação Básica no Brasil: Atores e
Programas em Debate”
ANAIS/ 2021



VII Seminário Internacional de Pesquisa do Greppe

22/02/2021 - 29/03/2021 - 19:00 - 21:00 GMT-3

Este é um evento online

Comissão Organizadora

Theresa Adrião (UNICAMP)

Selma Venco (UNICAMP)

Teise Garcia (PR- USP)

Raquel Borghi (RC- UNESP)

Regiane Bertagna (RC- UNESP)

Cassia Domiciano (UFPR)

Lucia Ceccon (UNICAMP)

Thais Marin (UNICAMP)

Márcia Cossetin (UFMT)

Comitê Científico

Coordenação Geral

Profª Dra. Cintia Magno Brazorotto (IFSP)

Profª Dra. Elisangela Maria Pereira (Unicamp)

Profª Dra. Nadia Pedrotti Drabach (IFSP/Unicamp)

ANAIS

Realização





Avaliadores

Adriana Dragone Silveira (UFPR)

Allan Kenji Seki (GEPI/UFSC)

Andréia Silva (UFCG)

Antonio Lisboa Leitão de Souza (UFCG)

Beatriz Aparecida da Costa (IFSP)

Bianca Corrêa (USP-Ribeirão)

Cristiane Machado (Unicamp)

Daniela de Oliveira Pires (UFPR)

Dalva Franco (Centro Universitário São Camilo)

Gilda Cardoso de Araújo (UFES)

Jaqueline dos Santos Oliveira (Greppe/Unesp)

Karine Morgan (Faculdades Integradas Santa Tereza)

Maria Augusta P. Mundim (UFG)

Rosemary Mattos (UNIESI)

Sabrina Moehlecke (UFRJ)

Úrsula Adelaide de Lélis (UEMC)

Equipe de Apoio

Cristiane Santana Arruda (Unemat)

Felipe Araújo (Greppe-Unicamp)

Flávio Sousa (Greppe-Unicamp)

João Vitor Neri (UFR)

Karine Morgan (Faculdades Integradas Santa Tereza)

Liliane Ribeiro de Mello (Greppe-Rio Claro)

Viviani Bergamaschi (Greppe-Unicamp)

Tissiana Carla de Almeida Gomes Machado (Greppe-UFR)

Sumário

APRESENTAÇÃO	7
PROGRAMAÇÃO DO EVENTO	8
TRABALHOS	11
EIXO 1- PRIVATIZAÇÃO DA OFERTA DA EDUCAÇÃO BÁSICA	11
REFORMA DO ESTADO BRASILEIRO E PRIVATIZAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO BÁSICO	11
ATORES PRIVADOS NA OFERTA EDUCATIVA DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PIAUÍ	15
IMPLICAÇÕES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL PARA COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE DOCENTES EFETIVOS NO MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS-MT: NOTAS INICIAIS	18
A CONTRARREFORMA DO ENSINO MÉDIO: HISTÓRIA E MEMÓRIA.....	22
POLÍTICAS EDUCACIONAIS NACIONAIS E SEUS EFEITOS NA OFERTA DO ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE VIÇOSA-MG: APONTAMENTOS INICIAIS	24
OS OUTSIDERS: UM ESTUDO SOBRE A PRECARIIDADE SUBJETIVA ENTRE PROFESSORES NEGROS NÃO EFETIVOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA ESTADUAL NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO	28
O SISTEMA DE VOUCHER E A PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL	31
RELATO DE EXPERIÊNCIA NO ESTÁGIO DOCENTE: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA SOBRE PRIVATIZAÇÃO	35
ARTIGOS QUE CORRELACIONAM FINANCIAMENTO E PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA SCIELO BRASIL (2015-2020).....	38
O PÚBLICO E O PRIVADO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL, EM MARABÁ/PA: INTERCONEXÃO ENTRE MATRÍCULAS E RECURSOS FINANCEIROS	42
ENSINO MÉDIO MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL/SP (2018-2020): ELITES POLÍTICAS E NEOLIBERALISMO	45
VOUCHER-CRECHE: ESTRATÉGIAS DE MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA	49
EIXO 2- PRIVATIZAÇÃO DA GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	52
PROCESSOS DE PRIVATIZAÇÃO LATO SENSU DA EDUCAÇÃO.	52
CONTRATOS DE SISTEMAS PRIVADOS DE GESTÃO E OS IMPACTOS DO PROJETO AVIVA ESCOLA NO IDEB DE CÁCERES-MT.....	55

O SETOR PRIVADO NA EDUCAÇÃO BÁSICA EM MUNICÍPIOS MATO-GROSSENSES.....	59
GESTÃO ESCOLAR NA REDE PAULISTANA DE ENSINO E A ENTRADA DE AGENTES EXTERNOS NA FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE	63
REFORMAS EDUCACIONAIS EM SÃO PAULO: DA GESTÃO DEMOCRÁTICA AO LÍDER GERENCIAL	66
PREFERÊNCIA NACIONAL POR FEIJÓ: APONTAMENTOS INICIAIS SOBRE A (IN)EFICÁCIA DA ABSOLUTA PRIORIDADE DO ART. 227 DA CF/88	69
PARCERIA PÚBLICO-PRIVADO E A GESTÃO DA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO PROGRAMA FORMAR DA FUNDAÇÃO LEMMANN	72
A PRIVATIZAÇÃO DA GESTÃO DA ÚLTIMA ETAPA DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO ESTADO DO PARÁ ENTRE 2015 E 2020	75
A POLÍTICA EDUCACIONAL PAULISTA: UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE TRABALHO PRATICADAS NO MUNICÍPIO DE CAMPINAS	79
TERCEIRIZAÇÃO E RECURSOS DESTINADOS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR ..	82
CONSTRUÍDO DIÁLOGOS ENTRE O GERENCIALISMO E AS TENDÊNCIAS PRIVATISTAS NO CAMPO EDUCACIONAL.....	85
GESTÃO ESCOLAR PAULISTA: O GERENCIALISMO COMO FATOR DE EXCELÊNCIA.....	88
PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: O CRESCIMENTO E EXPANSÃO DA HOLDING ELEVA EDUCAÇÃO.	91
EIXO 3- PRIVATIZAÇÃO DO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	94
A ATUAÇÃO DOS ATORES PRIVADOS NA DEFINIÇÃO DA POLÍTICA CURRICULAR PARA O ENSINO MÉDIO: ANÁLISE DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS ..	94
A DISPUTA PELO CURRÍCULO – DOCÊNCIA E FINALIDADES EDUCATIVAS	97
ANTAGONISMO NAS RUAS E NA EDUCAÇÃO: A REFORMA DO ENSINO MÉDIO E AS ORGANIZAÇÕES ESTUDANTIS	100
AS RELAÇÕES PÚBLICO-PRIVADAS E O ENVOLVIMENTO DO MOVIMENTO TODOS PELA BASE NAS REDES PÚBLICAS ESTADUAIS DE MINAS GERAIS.....	105
CONTRIBUIÇÕES DO DISCURSO ANTIDOUTRINAÇÃO PARA PRIVATIZAÇÃO DO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA	110
ESTUDOS SOBRE A ADOÇÃO DE SISTEMAS PRIVADOS DE ENSINO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL POR MUNICÍPIOS PAULISTAS	115
O CURRÍCULO COMO ELEMENTO DE PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA	118
O GRUPO LEMANN E SUA POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: DEBATES INICIAIS.....	121
OS ATORES PRIVADOS COM MAIOR PRESENÇA EM SEIS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO - 2000-2020.....	124

O SISTEMA BRASILEIRO DE APOIO À MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE) E A PRIVATIZAÇÃO DO CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO E DA EDUCAÇÃO DO TRABALHADOR NO BRASIL.....	129
PERCEPÇÃO DO JOVEM ESTUDANTE DO PAPEL DA EDUCAÇÃO ESCOLAR EM SUA FORMAÇÃO E A PERSPECTIVA DE SUA CONTRIBUIÇÃO PARA SOCIEDADE – RELATÓRIO PARCIAL DE PESQUISA.....	132
PRIVATIZAÇÃO PELA POLÍTICA CURRICULAR: INOVA EDUCAÇÃO NA REDE ESTADUAL PAULISTA E LABORATÓRIO DE CURRÍCULO NO CENTRO PAULA SOUZA	135
RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA: MAPEAMENTO DA ADOÇÃO DE SISTEMAS PRIVADOS DE ENSINO NA PRÉ-ESCOLA, POR REDES MUNICIPAIS MATO-GROSSENSES.....	139

APRESENTAÇÃO

VII SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA DO GREPPE PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL: ATORES E PROGRAMAS EM DEBATE

O VII Seminário Internacional de Pesquisa do Greppe é de caráter interinstitucional. Nesta edição tem como objetivo divulgar e debater os resultados parciais da pesquisa **“Análise do mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil: atores, programas e consequências para a educação pública”**, financiada pela Fapesp e apoiada pela Fundação Friedrich Ebert (FES).

Intenciona-se dar ampla visibilidade aos dados primários coletados sobre o conjunto dos estados e Distrito Federal, bem como à metodologia empregada, estimulando outras análises que confirmem e ou problematizem os resultados em debate. Esta perspectiva se apoia no que vem se disseminando como Ciência Aberta. Trata-se de procedimentos que orientam a formulação e a execução de projetos de investigação, de modo a estimular o diálogo entre pesquisadores, e grupos de pesquisa e redes de estudos e pesquisadores, a partir dos dados coletados e do debate entre pares sobre procedimentos metodológicos e análises.

O Greppe tem adotado iniciativas dessa natureza desde 2009, ao disponibilizar o Banco de Dados “Privatização da educação em Municípios Paulistas”, de modo a potencializar outras pesquisas e, mais recentemente, os dados relativos ao “Mapeamento da inserção do setor privado nas redes estaduais de educação”. Disponível em: <https://www.greppe.fe.unicamp.br/pt-br>.

Nesta edição, o VII Seminário Internacional de Pesquisa do Greppe resulta do trabalho desenvolvido por 17 pesquisadores/as vinculados/as a dez universidades brasileiras, aos quais se associam estudantes de graduação e de pós-graduação.

Comissão Organizadora

PROGRAMAÇÃO DO EVENTO

22/02/2021 - Abertura do Seminário pela Comissão Organizadora (19h00 - 19h30) -

Acesso pelo Link: <https://www.youtube.com/watch?v=utJtXTTSqso>

Márcia Cossetin (Coordenação local - Greppe-UFR)

Theresa Adrião (Coord. Greppe Unicamp)

Teise Garcia (Coord. Greppe USP-RP)

Raquel Fontes Borghi (Coord. Greppe-RC)

Elisangela Maria Pereira (Comitê Científico)

19h30 - 21h00 - Reflexões sobre a privatização da educação em escala mundial e o neoliberalismo (exibição legendada)

Acesso pelo Link: <https://www.youtube.com/watch?v=Ijm7teOrrUw>

Palestrante: Steven J. Klees (Universidade de Maryland-USA)

Moderação: Thaís Marin (Unicamp-SP)

Horário: 19h30 - 21h00

01/03/2021 - 19h00 - 21h00

Mesa 1: Discussão sobre as estratégias de privatização da educação básica estadual; atores e programas da região Nordeste (2005-2018) - Link de acesso à mesa: <https://www.youtube.com/watch?v=9-s5njMGEI4>

Palestrantes: Elisangela Maria Pereira (Unicamp); Luiz Sousa Júnior (UFPB); Samara Oliveira (UESPI); Antonio Lisboa Leitão de Souza (UFCEG); Flávio Sousa (Unicamp).

Moderadora: Márcia Ângela Aguiar (UFPE)

Administrador de Sala: Felipe Araújo

Mesa 2: Discussão sobre as estratégias de privatização da educação básica estadual; atores e programas da região Sul (2005-2018) – Link de acesso à mesa: <https://www.youtube.com/watch?v=QjJsh9tPTXk>

Palestrantes: Adriana Aparecida Dragone Silveira (UFPR); Selma Venco (Unicamp); Nadia Drabach (Unicamp/IFSP)

Moderadora: Maria de Fátima Cossio (UFPEl)

Administrador de sala: Liliane Ribeiro de Mello

08/03/2021 - 19h00 - 21h00

Mesa redonda: Consequências da Privatização para o trabalho docente - Link de acesso à mesa: <https://www.youtube.com/watch?v=k0XkdzKS00g>

Palestrantes: Selma Venco (Unicamp); Gonzalo Berrón (FES); Rosaura Almeida (APASE)

Moderadora: Andréa Silva (UFCG-PB)

Administrador de Sala: Flávio Sousa

Mesa 3: Discussão sobre as estratégias de privatização da educação básica estadual; atores e programas da região Norte (2005-2018) - Link de Acesso à mesa: <https://www.youtube.com/watch?v=FfBeo5YPoKE>

Palestrantes: Raquel Fontes Borghi (Unesp-RC); Regiane Helena Bertagna (Unesp-RC); Maria Lúcia Ceccon (Unicamp); Teise Garcia (USP-RP); Cíntia Magno Brazorotto (IFSP); Úrsula Adelaide de Lélis (Unimontes-MG)

Moderadora: Dalva Valente (UFPA)

Administradora de Sala: Tissiana Carla de Almeida Gomes Machado

15/03/2021 - 19h00 - 21h00

Mesa 4: Discussão sobre as estratégias de privatização da educação básica estadual; atores e programas da região Centro-Oeste (2005-2018) - Link de acesso à mesa: <https://www.youtube.com/watch?v=2HKC9x6F7q0>

Palestrantes: Cassia Domiciano (UFPR); Márcia Cossetin (UFR); Flávio Sousa (Unicamp)

Moderadora: Marilda Costa (Unemat)

Administradora de Sala: Cristiane Santana Arruda

Mesa 5: Discussão sobre as estratégias de privatização da educação básica estadual; atores e programas da região Sudeste (2005-2018) - Link de acesso à mesa: <https://www.youtube.com/watch?v=bNb-egBoosQ>

Palestrantes: Theresa Adrião (Unicamp/Unemat); Sabrina Moehlecke (UFRJ); Maria Vieira Silva (UFU); Teise Garcia (USP-RP)

Moderador: Marcelo Mocarzel (PUC-Petrópolis)

Administradora de Sala: Karine Morgan

22/03/2021 - 19h00 - 21h00 APRESENTAÇÃO DE TRABALHOS.

29/03/2021 - 18h00 - 20h30

Painel das Pesquisas em andamento apresentado por pós-graduandos vinculados à investigação: Mapeamento da inserção do setor privado nas redes estaduais de educação

Palestrantes: Nicanor Lopes Mateus Lopes (Unicamp); Sérgio Andrade Moura (UFPB); Santiago Castigio e Monteiro (USP-RP); Camila Croso (a confirmar); Kátia Imbó (Unicamp); Samuel Gomes; Andresa Costola (Unesp-RC); Edirlene dos Santos Pereira (Unimontes-MG); Flávio Sousa (Unicamp); Thaís Marin (Unicamp); Camila Croso (Unicamp).

Moderadora: Nadia Drabach (Unicamp/IFSP)

Administradora de Sala: Elisangela Maria Pereira

20h30 - 21h30 Conferência de encerramento

Acesso pelo Link: <https://www.youtube.com/watch?v=r91n7vWuwKI>

Palestrante: Lisete Regina Gomes Arelaro (USP-SP)

Moderadora: Cassia Domiciano (UFPR)

TRABALHOS

EIXO 1- PRIVATIZAÇÃO DA OFERTA DA EDUCAÇÃO BÁSICA

REFORMA DO ESTADO BRASILEIRO E PRIVATIZAÇÃO DO ENSINO PÚBLICO BÁSICO

REFORMA DEL ESTADO BRASILEÑO Y PRIVATIZACIÓN DE LA EDUCACIÓN PÚBLICA BÁSICA

Veríssimo dos Santos Furtado Filho
UNIFESP - verissimofurtado@gmail.com

Arlison Frank Lisboa Alves
UNIFESP - frankarlison16@hotmail.com

Palavras-Chaves: Reforma. Privatização. Educação.

Palabras clave: Reforma. Privatización. Educación.

Introdução

Objetivamos apresentar como ocorre a implementação da privatização do ensino público básico brasileiro que tem se realizado ano após ano no país. As atuais mudanças na educação pública são o resultado desse processo, como a Base Nacional Comum Curricular, a Reforma do Ensino Médio e, localmente, o Projeto Inova no Estado de São Paulo. Para isso, analisamos como a reforma do Estado brasileiro, por meio de políticas público-privadas, tem articulado a privatização da oferta da educação pública. Investigaremos também como as mudanças sociopolíticas no cenário nacional e internacional nos últimos anos têm determinado as regras do funcionamento do Estado, como o Brasil tem se mostrado disposto – ou talvez não tenha alternativas – a aceitar e seguir as exigências impostas por quem determina essas regras, tal seja, o campo do neoliberalismo, visto como principal ou única via de progresso no mundo contemporâneo.

Trata-se de uma pesquisa sobre políticas públicas educacionais, num período recente da história da educação brasileira, a partir do final da década de 1990 até a atualidade. O motivo que levou à escolha desse período temporal se deve ao fato de identificarmos nele a intensificação da lógica neoliberal em intervir na administração

pública em diversas esferas, dentre elas, o campo educacional. Para tanto, algumas importantes contribuições das quais dispomos neste trabalho são: *O Estado, o poder, o socialismo*, de Nicos Poulantzas; *Novas políticas educacionais*, material organizado pela professora Mirian Warde; *O Banco Mundial e as políticas educacionais*, também organizado por Warde junto com Livia De Tommasi e Sérgio Haddad; assim como vários outros materiais disponíveis em revistas acadêmicas especializadas no estudo e crítica do processo de privatização da educação pública; e por fim, a *Emenda constitucional nº19*, de 4 de junho de 1998, que modifica e dispõe sobre os princípios e normas da Administração Pública.

Metodologia

Para mostrar como ocorre o processo de privatização do ensino público básico brasileiro nas duas últimas décadas, analisamos os trabalhos de vários autores que há anos se ocupam com a questão da inserção da lógica neoliberal na administração do Estado. E, diante disto, como esta mesma lógica avança e coloniza a escola, promove a produção de documentos e de discursos que visam remodelar os sentidos da educação pública. Em seguida, discutimos a influência de iniciativas privadas na produção de programas que atuam na educação pública, apresentando como exemplo o caso do movimento *Todos pela Educação*, identificando as consequências da lógica empresarial como *modus operandi* na escola pública, explicitando as sutilezas da privatização na oferta da educação.

Discussão dos resultados

A partir dos anos 1970 a tendência neoliberal de Estado tem prevalecido no mundo ocidental. Grosso modo, o Estado Neoliberal é aquele que intervém minimamente na economia e deve reduzir o mais que possível sua atuação no campo das políticas sociais, diminuindo por exemplo as políticas de proteção social. O bem-estar social dos cidadãos, antes defendidos a serem custeados pelo assim conhecido Estado de bem-estar social, deve ficar por conta deles mesmos. Não haveria, então, razão para que os serviços públicos fossem subsidiados pelo Estado, uma vez que estes podem ser privatizados e pagos por aqueles que deles se beneficiam.

Para tratar com maior propriedade a questão da privatização do ensino básico, entende-se como indispensável discutir a reforma do Estado implementada a partir dos anos 1990. Sem aprofundar nos detalhes, pode-se afirmar que a primeira etapa da reforma

do Estado foi a criação do Plano Real realizada no governo Itamar Franco. Essa etapa foi basilar para a reorientação da economia, incluindo-se aí os gastos públicos. Dentre as metas para a reorganização do Estado estavam a redução do seu tamanho e a redefinição de seu papel regulador. Os alicerces nos quais a reforma se centrou foram a privatização, a publicização e a terceirização. A privatização foi vista como o azo para arrecadação de recursos e oportunidade de equilíbrio da economia com atração de dólares e redução das dívidas públicas. Durante o governo Fernando Henrique Cardoso, o país acompanhou a privatização de empresas estatais de diferentes esferas, como dos campos de saneamento básico, energia elétrica, telecomunicações, mineração. A publicização, de modo sumário, consiste na transferência da gestão de serviços públicos para corporações não estatais, organizações sociais de direitos privados, que se tornam responsáveis pela execução de serviços que outrora eram prestados pelo próprio Estado, contudo, o financiamento dessas organizações continua subsidiado pelo Estado.

Conclusão

Dentro dessas condições, os serviços não-exclusivos do Estado e a produção de bens podem ser confiados e/ou divididos com o setor privado. Nessa perspectiva, a educação básica é considerada um serviço não-exclusivo, isto é, o Estado provê, regula, mas sua oferta não é exclusividade dele. E como se sabe, toda e qualquer mudança no mundo social, político e econômico está implícito um “quem ganha” e “quem perde”. No caso da reforma do Estado brasileiro isso não poderia ser diferente. Pode-se perguntar: Afinal, existe um interesse escondido por trás da reforma? Quem é o maior beneficiado quando se trata do termo privatização – o Estado, a sociedade, o setor privado? Em se tratando da educação, a privatização da escola pública seria a solução para os problemas educacionais de nosso país?

A privatização da escola pública básica no Brasil não se caracteriza como risco iminente, mas é algo que já está em processo e que cada vez mais rápido tem se consolidado. A transferência da educação para a iniciativa privada não se define como pedagógica ou como uma alternativa que busca sanar as mazelas do ensino público e lhe oferecer reais melhorias. Ela é, pelo contrário, uma oportunidade para delegar aos senhores do capital as decisões pela formação do povo brasileiro, podendo assim, transformar o acesso à educação numa mercadoria lucrativa o que pode inclusive aumentar as desigualdades sociais.

Referências

ALTMANN, H. Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro. In: _____ **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.28, n.º.1, jan./jun. 2002, p. 77-89.

ANPED. Entrevista com Theresa Adrião (Unicamp) - "A privatização da escola pública" - Série "**Conquistas em Risco**" em <http://www.anped.org.br/news/entrevista-com-theresa-adriao-unicamp-privatizacao-da-escola-publica-serie-conquistas-em-risco>. Acesso em: 3 jan 2017.

ARELARO, L. R. G. **Formulação e Implementação das Políticas Públicas em Educação e as Parcerias Público-Privadas**: Impasse Democrático ou Mistificação Política? *duc. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100 - Especial, Outubro/2007, p. 899-919.

BRASIL. **Emenda Constitucional nº.19**, de 4 de junho de 1998. Modifica o regime e dispõe sobre princípios e normas da Administração Pública, servidores e agentes políticos, controle de despesas e finanças públicas e custeio de atividades a cargo do Distrito Federal, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF , 5 jun. 1998.

CORRAGIO, J. L. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção? In: TOMMASI, L. D.; WARDE, J. M.; HADDAD, S. (Orgs.) **O Banco Mundial e as políticas educacionais**. São Paulo: Cortez/Ação Educativa/PUC-SP, 1996. p. 75-124.

DOURADO, L. F. **Reforma do Estado e as Políticas Para a Educação Superior no Brasil nos Anos 90**. *Educ. Soc.*, Campinas, Vol. 23, nº 80, Setembro/2002, p. 234-252.

POULANTZAS, N. **O Estado, o poder, o socialismo**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

SILVA, I. G., A reforma do Estado brasileiro nos anos 90: processos e contribuições. São Paulo: PUC-SP, 2001.

SHIROMA, E. ; GARCIA, R. C.; CAMPOS, R. F. Conversão das “almas” pela liturgia da palavra: uma análise do discurso do movimento Todos pela Educação. In:_____. **Políticas Educacionais: Questões e Dilemas**. BALL, S. J., MAINARDES, J (Org.) SÃO PAULO: CORTEZ, 2011.

TORRES, R. Ma. Tendências da formação docente nos anos 90. In:_____. WARDE, M. J. (Org.) **Novas políticas educacionais: críticas e perspectivas**. São Paulo: PUC-SP, 1996. p. 173-191.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Rumo a 2022. Disponível em: <<http://www.todospelaeducacao.org.br/arquivos/biblioteca/058832e8-0b58-47c1-9ea4-029127678171.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2016.

ATORES PRIVADOS NA OFERTA EDUCATIVA DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DO PIAUÍ

ACTORES PRIVADOS EN LA OFERTA EDUCATIVA DE LA RED ESTATAL DE EDUCACIÓN PÚBLICA DE PIAUÍ

Samara de Oliveira Silva
UESPI/ e-mail: samara@phb.uespi.br
Lucine Rodrigues V. B. de Almeida
UFPI/ e-mail: lucinerodrigues@yahoo.com.br

Palavras-chave: Educação Básica. Atores Privados. Oferta Educativa.

Palabras clave: Educación Básica. Actores Privados. Oferta Educativa.

Introdução

Esse trabalho discute a dimensão da privatização na oferta da educação básica na rede estadual de ensino do estado do Piauí. Toma por referência as pesquisas realizadas por (ADRIÃO, 2014; 2017; GARCIA, 2015)¹. Face a este exposto, objetivou-se analisar a privatização da oferta educativa para a Educação Básica da Rede Estadual Pública do Piauí, a partir da identificação dos atores privados na adoção de programas/projetos implementados na política educacional da Secretaria Estadual de Educação do Piauí (SEDUC/PI).

Metodologia

Esta pesquisa é de abordagem qualitativa, desenvolvida por meio de análise documental de fontes primárias armazenadas no Banco de Dados da Pesquisa do Mapeamento da Estratégias de Privatização da Educação Básica (2005-2015;2018), desenvolvido pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (GREPPE/Unicamp).

A segunda etapa consistiu na análise e seleção das informações contidas no Banco, desenvolvida por meio de uma investigação descritiva dos principais programas, projetos, atores envolvidos, público-alvo, etapas atendidas, natureza das instituições e

¹ Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil (2005-2015; 2018).

abrangência na rede pública de educação², tomando por referência o recorte temporal do estudo (2005-2018).

Discussão dos resultados

Tomando como referencial de análise os dados documentais e bibliográficos desse estudo de 2005 a 2018, identificou-se os principais atores privados que incidem na oferta educacional da rede estadual de educação do Piauí. No Quadro 1, apresenta-se de forma sintética os programas identificados (concluídos e vigentes), sua dimensão, instituição-natureza, público-alvo, instituições parceiras, ano de início e sua vigência em 2018.

Quadro 1: Atores, Programas de Incidência na Oferta – Piauí (2005-2018)

Dimensão	Instituição Natureza	Nomes da Instituição	Etapas Escolaridade	Público Alvo	Instituição Parceira	Vigente 2018	Ano Início	%
Oferta	Associação	Inclusão Escolar: superando barreiras e garantindo autonomia discente	SI	Estudantes	APAE	Sim	2018	5,6
	Fundação	Unidade Escolar Família Agrícola Santa Ângela	EM	Estudantes	Fundação Santa Ângela	Sim	2017	22,2
	Fundação	Parceria para manutenção de serviços educacionais	EM	Estudantes	Fundação Nossa Senhora da Paz	Sim	2016	22,2
	Fundação	Fomento e atividades de Gestão Escolar	EI EM	Estudantes	Fundação Santa Ângela	Sim	2016	22,2
	Fundação	Parceria para manutenção de serviços educacionais	EM	Estudantes	Fundação Nossa Senhora da Paz	SI	2017	22,2
	Fundação	Manutenção de estudantes	EF EM	Estudantes	Fundação Santa Ângela	Sim	2018	22,2
	Fundação	Oferta de ensino médio	EM	Estudantes	Fundação Nossa Senhora da Paz	Sim	2018	22,2
	Fundação	Fomento e execução de atividades de Gestão Escolar	EF EM	Estudantes	Fundação Santa Ângela	SI	2017	22,2
	Fundação	Jogo da vida em trânsito	EM	Professores	Fundação Volkswagen	SI	2014	5,6
	OSCIPI	Parceria para manutenção de serviços educacionais	EM	Estudantes	Centro de Formação Mandacaru de Pedro II	SI	2016	11,1
	OSCIPI	Apoio a estudantes cegos	SI	Estudantes	ACEP	SI	2017	5,6
	OSCIPI	Ações de desenvolvimento educacional	SI	Estudantes	Fundação ASA Ação Social Arquidiocesana	SI	2017	5,6
	OSCIPI	Projeto MANDACARU	EF EM	Estudantes	Centro de Formação Mandacaru de Pedro II	Sim	2018	11,1
	Instituto	Circuito Campeão	EF EM	Gestores, Professor, Estudante	Instituto Ayrton Senna	Não	2008	5,6
	Instituto	Gestão Nota 10	EF EM	Estudantes, Professores, Gestores, Famílias	Instituto Unibanco	Sim	2012	5,6

Fonte: Adrião (coord). Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil (2005-2015). 2018/Cnpq-Fapesp - Nota: **SI** – Sem Informação

² Disponível em: https://www.greppe.fe.unicamp.br/pt-br/mapeamento_da_insercao_do_setor_privado_nas_redes_estaduais_de_educacao

Analisando o Quadro 1, identificou-se a presença das “*Fundações Filantrópicas sem Fins Lucrativos*” - entidades que “recebem subsídio para a oferta educacional por meio de Convênios/Contratos/Termos de parcerias entre governos e organizações privadas ou subsídio à demanda por meio de incentivos fiscais” (ADRIÃO, 2017, p.11). Observou-se, portanto, que as fundações filantrópicas têm maior incidência na oferta educacional no Piauí. Destaca-se nesse grupo a instituição filantrópica com maior performance de atuação, a Fundação Santa Ângela (EFASA) de 22,2%, com ações educacionais na oferta em todo estado e presente em 16 municípios piauienses. Para Adrião (2017a, p.18) “destaca-se, [...] filantropos de risco, segmentos que se apresentam como não lucrativos, apesar de atuarem em conformidade com interesses do mercado”.

Outro grupo identificado é constituído pelas Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), em que se destacou o Centro de Formação Mandacaru. Por fim tem-se os Institutos, com destaque para o Instituto Ayrton Senna (IAS) e o Unibanco. A parceria da SEDUC/PI com IAS iniciou-se em 2008, foi implantada em 453 escolas da rede, atingindo em 2018 a presença em 143 municípios, atendendo o quantitativo de 94 mil alunos do ensino fundamental. O Unibanco teve seu foco nas ações via Gestão, e em programas como Poupança Jovem com ações voltada para a permanência escolar. Constata-se que na rede estadual do Piauí essas parcerias são crescentes para a dimensão da oferta educativa, atualmente com 15 instituições de natureza jurídica diferente. Essas estratégias de reestruturação do capitalismo com as parcerias entre o Estado e Terceiro Setor transferem recursos do setor público para essas instituições de natureza privada com ou sem fins lucrativos (ADRIÃO, 2017).

Conclusões

Nesse período ampliou-se na rede Estadual as parcerias para oferta educativa com as fundações filantrópicas, institutos, OSCIPs e empresas privadas, atuando de forma incisiva da rede cada vez mais com maior incidência nas políticas educacionais e se interiorizando nos municípios do Estado. Especificamente destacando-se a atuação das fundações filantrópica - Fundação Santa Ângela, a OSCIP- Centro de Formação Mandacaru e os institutos Ayrton Senna (IAS) e Unibanco.

Referências

ADRIÃO, Theresa de F. A privatização da educação básica no Brasil: considerações sobre a incidência de corporações na gestão da educação pública. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n.1, p. 8-28, jan.abr. 2017.

FREITAS, L.C de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 33, n. 119, p. 379- 404, abr.-jun. 2012.

GREPPE. **Mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil (2005-2015; 2018)**. <. Disponível em: [https://www.greppe.fe.unicamp.br/pt->](https://www.greppe.fe.unicamp.br/pt-). Acesso em: 03 nov. de 2020.

XIMENES, Salomão. **Desafios da Conjuntura - Mesa 1: Sistemas de ensino privado na educação pública**. Transmitido ao vivo em 19 de nov. de 2015. Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=YFtAdK7hvLA>>. Acesso em: 28 jun. de 2020.

IMPLICAÇÕES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL PARA COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE DOCENTES EFETIVOS NO MUNICÍPIO DE RONDONÓPOLIS-MT: NOTAS INICIAIS

IMPLICACIONES DE LA LEY DE RESPONSABILIDAD FISCAL PARA LA COMPOSICIÓN DE LA PLANTILLA DE PROFESORES EFECTIVOS EN EL MUNICIPIO DE RONDONÓPOLIS-MT: NOTAS INICIALES

Clésia Guimarães dos Santos - clesiaguimaraes@hotmail.com
Universidade Federal de Rondonópolis (UFR)

Cassia Domiciano – cassia.domiciano@ufpr.br
Universidade Federal do Paraná (UFPR)

Palavras-Chave: Lei de Responsabilidade Fiscal. Precarização do Trabalho Docente. Concurso Docente. Processo Seletivo Simplificado.

Palabras clave: Ley de Responsabilidad Fiscal. Trabajo docente precario. Concurso Docente. Proceso de selección simplificado.

Introdução

Neste trabalho apresentamos resultados iniciais de pesquisa em desenvolvimento no âmbito do Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais (GREPPE-MT). Trata-se de investigação articulada ao projeto intitulado “Mapeamento das Ações Adotadas por Municípios mato-grossenses para Educação Básica Pública frente à Lei de Responsabilidade Fiscal (2005-2020)”, coordenado pelas prof.^a Dr^a Cassia Domiciano (UFPR) e Márcia Cossetin (UFR).

No marco da aprovação da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101/2000, que definiu o teto de gasto com pessoal em 60% para os municípios, distribuídos em 54% para o executivo e 6% para o legislativo, temos como hipótese de que há implicações para nomeação de novos docentes para as redes públicas municipais em razão do ajuste fiscal imposto pela lei.

Na busca de averiguar nossa hipótese, delimitamos como objetivo levantar os concursos públicos para professores da educação básica publicados pelo município de Rondonópolis-MT, bem como a respectiva nomeação. O limite temporal abarcou duas últimas legislaturas municipais – 2013 a 2016 e 2017 a 2020 o que incidiu sobre oito anos de vigência da LRF.

Metodologia

Para atender ao nosso objetivo, buscamos editais de concursos públicos no Diário Oficial do Município de Rondonópolis-MT que contivessem indicações acerca do provimento de cargos, usando os descritores: Edital Concurso Público Professor e Concurso Público Docente; Concurso Professores Educação Básica; Processo Seletivo Docente, ano de referência e nome do município investigado. Trata-se de uma investigação de caráter documental. A opção por este tipo de pesquisa deve-se ao fato de se constituir uma fonte rica e estável de dados (GIL, 2002) e ainda, por contemplar o objetivo delineado nesta investigação.

Discussão dos Resultados

No intervalo investigado, encontramos um edital no ano de 2015 que previa o provimento de cargos para professores da Educação Básica na rede municipal de ensino por meio de concurso público (Edital nº 001/2015) e quatro que indicavam a contratação desses profissionais via Processo Seletivo Simplificado (PSS), ou seja, professores temporários ou com contrato por prazo determinado, sendo tais documentos dos anos de 2015, 2017, 2018 e 2019 (Editais nº 001/2015; 001/2017; 001/2018; 001/2019).

Um primeiro dado que chama a atenção refere-se a maior frequência de publicações de Editais de Processo Seletivo Simplificado em detrimento do concurso público para efetivos. Ainda que se considere o prazo legal de dois anos de validade, prorrogáveis por mais dois, conforme prevê a Constituição Federal de 1988, o fato é que Rondonópolis está há cinco anos sem um novo concurso, enquanto a cada ano, novos editais para contratação temporária são publicados.

O Edital para concursados nº 001/2015, previa 147 vagas para o cargo de professores da Educação Básica, desse total, 133 foram nomeados no ano de 2016, conforme noticiado pelo Jornal Gazeta MT. Ainda que consideremos positiva a nomeação da quase totalidade dos candidatos aprovados, ponderamos que desde 2016 a prefeitura vem repondo o quadro de docentes via contrato temporário. Como se pode observar inicialmente, o único ano em que não localizamos publicação de Edital de Processo Seletivo Simplificado foi em 2016, isso talvez se deva à convocação de docentes concursados naquele ano.

A partir dos editais localizados, separamos informações relacionadas a carga horária, remuneração por nível de formação dos professores da etapa da educação infantil e ensino fundamental (anos iniciais), as quais encontram-se alocadas na tabela que segue.

Tabela 1 – Remuneração docentes concursados e docentes contratos Rondonópolis-MT (2013-2020)

Remuneração por nível de formação	Valores profs. Concursado	**Valores profs. contratados – Processo Simples Simplificado							
	2015	2015		2017		2018		2019	
		EI	EF	EI	EF	EI	EF	EI	EF
Remuneração Docentes da Educação Básica (EI e EF) Concursados – com Graduação	2.565,58	2.193,61	2.531,09	2.118,68	2.444,64	2.324,94	2.906,17	2.485,47	2.867,85
Remuneração Docentes da Educação Básica (EI e EF) Concursados – com Licenciatura + especialização	2.950,42	-	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração Docentes da Educação Básica (EI e EF) Concursados – com Licenciatura + mestrado	3.629,05	-	-	-	-	-	-	-	-
Remuneração Docentes da Educação Básica (EI e EF) Concursados – com Licenciatura + doutorado	4.536,24	-	-	-	-	-	-	-	-

Fonte: Edital Concurso Público 001/2015; Editais de Seleção 001/2015; 001/2017; 001/2018; 001/2019

* Valores referentes a carga horária de 30 horas, para todos os docentes da Educação básica, inclusive os da Educação Infantil e Ensino Fundamental (anos iniciais)

** Valores referentes à Carga Horária de 26 horas para professores da Educação Infantil (EI) e 12h a 30h para Ensino Fundamental (EF) anos iniciais

Valores em reais indexados para set./2020 pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do IBGE

- Não constam valores nos editais

Destacamos de início que, ao longo dos anos, os vencimentos dos professores temporários se ampliaram 13,30%. Se compararmos com os valores dos professores concursados, se aproximam daquele que possui graduação e especialização. Mesmo sendo uma comparação de certo modo arbitrária, tendo em vista que mesmo com os

valores deflacionados para 2020, não sabemos até então, se houve reajustes salariais aos docentes da rede. Outro dado a se destacar corresponde a ausência de informação nos editais de PSS acerca da diferença remuneratória por conta de formação em nível de pós-graduação, sugerindo que o docente temporário não faz jus a tal valor pecuniário.

O fato também de a remuneração dos docentes da Educação Infantil admitidos via PSS ser fixado para carga horária de 26 horas, indica que não são remunerados ou não há previsão de horas atividades, seja para preparação das atividades ou formação.

Conclusões

Os dados apresentados sugerem que a LRF por ser limitadora do gasto com pessoal, pode contribuir para contratação via PSS tendo em vista que estes profissionais não acessam os Planos de Carreira, não são compensados financeiramente por formação em nível de pós-graduação. Indicamos mais uma vez, que se trata de dados iniciais e, portanto, são necessários aprofundamentos acerca das análises e diálogo maior com os autores que já pesquisaram a temática.

Referências

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

Prefeito de Rondonópolis empossa professores aprovados em concurso. **Gazeta MT**, Rondonópolis, 06 de out. 2016. Política. Disponível em: <https://gazetamt.com.br/6/4/2016/concursados-prefeito-de-rondonopolis-empossa-os-professores-aprovados-em-concurso/> . Acesso em: 05 de out. de 2020.

RONDONÓPOLIS. **Edital n. 001/2015**, de 31 de agosto de 2015. Concurso público de provas e títulos para provimento de cargos da classe professores da educação infantil e do ensino fundamental do quadro de pessoal efetivo da prefeitura municipal de Rondonópolis/Secretaria de Educação. Disponível em: <https://www.acheconcursos.com.br/imagens/anexo/17100/edital.pdf> - Acesso em: 08 out. 2020

RONDONÓPOLIS. **Edital de Seleção n. 001/2015**, de 9 de janeiro de 2015. Disponível em: http://www.rondonopolis.mt.gov.br/media/docs/edicoes/antigas/Diario%203384-09-01-15_1.pdf – Acesso em: 08 out. 2020

RONDONÓPOLIS. **Edital de Seleção n. 001/2017**, de 1 de fevereiro de 2017. Disponível em: <http://www.rondonopolis.mt.gov.br/media/docs/edicoes/antigas/Diario%203889-01-02-17.pdf> – Acesso em: 08 out. 2020

RONDONÓPOLIS. **Edital de Seleção n. 001/2018**, de 16 de janeiro de 2018. Disponível em: [http://www.rondonopolis.mt.gov.br/media/docs/edicoes/antigas/Diario%204121-16-01%20Edital%20PSS%20001-2018-SEMED%20\(1\).pdf](http://www.rondonopolis.mt.gov.br/media/docs/edicoes/antigas/Diario%204121-16-01%20Edital%20PSS%20001-2018-SEMED%20(1).pdf) – Acesso em: 08 out. 2020

RONDONÓPOLIS. **Edital de Seleção n. 001/2019**, de 17 de janeiro de 2019. Disponível em: <http://www.rondonopolis.mt.gov.br/media/docs/edicoes/2019/January/a5ae0fb2-60e3-4872-95d4-6e4872cee81a.pdf> – Acesso em: 08 out. 2020

A CONTRARREFORMA DO ENSINO MÉDIO: HISTÓRIA E MEMÓRIA

LA CONTRA-REFORMA DA ENSEÑANZA MEDIA: HISTORIA Y MEMORIA

Sandra Regina Mendes (UESB/UNEB) srmendesba@gmail.com

Lívia Diana Rocha Magalhães (UESB) lrochamagalhaes@gmail.com

Palavras-chave: Contrarreforma, Ensino Médio, Memória

Palabras clave: Contra-reforma, Enseñanza Media, Memoria

Introdução

A Lei n. 13.415, em 16 de fevereiro de 2017 instituiu uma reforma para o ensino médio com ênfase em áreas de conhecimento e itinerários formativos. Publicada, inicialmente, como Medida Provisória (MP n. 746, de 22/09/2016), rompeu com trâmites democráticos, inerentes à formulação das políticas públicas desde a redemocratização do país, ao desconsiderar na sua elaboração os profissionais da educação e suas entidades de classe.

Os debates promovidos por entidades representativas da Educação Básica brasileira, como sindicatos e associações acadêmicas, a denominou contrarreforma, visto que retroage ao passado antidemocrático de deliberação das políticas educacionais de cima para baixo, considerando-a um retrocesso nos avanços conquistados para ensino médio. O termo “retrocesso” fornece um caráter pejorativo à ação de “retornar”, de “retroceder” que, associado à categoria tempo, direciona para um passado que não contempla o decurso das experiências, da historicidade dos fenômenos e a contextualização a partir das condições concretas do presente.

Coloca-se como objetivo localizar os argumentos relativos ao chamado “retrocesso”, contidos na contrarreforma do ensino médio, tomando como base, críticas dos setores educacionais que debatem com propriedade e conhecimento acadêmico as políticas para este

nível de ensino. Aproxima os estudos da história das políticas educacionais ao campo da memória social para analisar “as experiências passadas no presente” (MAGALHÃES, 2016, p. 169). Nesse sentido, dialoga com Halbwachs (2006) ao propor enfoque no caráter social e coletivo da memória para ressaltar como profissionais da educação mobilizam a História da Educação, das políticas educacionais e o saber acumulado acerca do tema para colocar em evidência uma memória vivida ou recebida socialmente. Esses profissionais recorrem a memória e a história para analisar a contrarreforma, problematizando interesses de mercado transvestidos de processo formativo requerido pela sociedade contemporânea.

Metodologia

Até o momento foram mapeados: um dossiê publicado pela Revista Educação e Sociedade (2017), contendo sete artigos; duas cartilhas do Sindicato Nacional dos Docentes de Instituições do Ensino Superior (ANDES), 2016; um boletim do Sindicato dos Trabalhadores em Educação do Estado da Bahia (APLB), 2016; uma entrevista publicada no Jornal “A Tarde”, (2017) e, cinco manifestos de entidades como a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), publicados no Observatório do Ensino Médio/Movimento Nacional em Defesa do Ensino Médio. Nas fontes investigadas, buscou-se identificar os argumentos que comparecem como referência ao uso do termo “retrocesso”, de forma explícita ou implícita, para pontuar sua centralidade na contrarreforma do ensino médio por meio da destituição da Educação Básica e sua oferta enquanto direito social, colocando-a na condição de mercadoria.

Discussão dos resultados

Os retrocessos mais evidenciados nos materiais analisado se referem: a) haver aproximações entre a Lei n. 5.692/71 e a Lei n. 13.415/17, ou seja, atualiza uma reforma do passado a favor do presente, cuja função é reificar o processo de “mercadização” (LAVAL, 2019) da educação brasileira na contemporaneidade, empreendidas por meio de parcerias público-privadas, operando na formação pública de mão de obra para o mercado, bem como na designação de instituições privadas para preparar, interagir com a processo formativo dos jovens; b) seu caráter autoritário, sobretudo baseado na competência técnica *versus* político-acadêmica, quando desconsiderou o acúmulo teórico sobre o tema; c) a continuidade de uma dualidade relacionada à categoria classe, que continua sendo aplicada aos jovens da classe trabalhadora; d) ao distanciamento da noção do trabalho enquanto princípio educativo, baseada na dimensão da politécnica voltada para a formação que busca desenvolver a capacidade do jovem para atuar praticamente e se desenvolver intelectualmente. Em síntese, uma forte crítica

a rota contrária ao processo formativo dos mais jovens, ao estabelecer centralidade no enfoque profissional tecnicista da década de 1970-80. Um retrocesso segundo as publicações analisadas, diante dos estudos e dados que apontam o impacto negativo do tecnicismo, particularmente no itinerário “formação técnica e profissional”, que dirige sua oferta aos estudantes das classes trabalhadoras.

Conclusão

A título de uma primeira conclusão, diríamos que a memória coletiva dos grupos formados por profissionais da educação se revelam nos materiais publicados, desvelando as contradições existentes na sociedade de classes, materializadas na contrarreforma do ensino médio que possibilita a **formação de mão de obra pelas parcerias público-privadas**. O termo “retrocesso” é usado para acentuar o caráter instrumental, direcionando para as chamadas “demandas de mercado” que consideram a escola uma fábrica e uma engrenagem no cenário em curso da ampla mercantilização **educacional**.

Referências

BRASIL. **Medida Provisória MPV/746**. Brasília 22 de setembro 2016. Disponível em: www.planalto.gov.br/civil. Acesso em: out/2016.

BRASIL. Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. **Altera as Leis n. 9.394, de 20/11/1996. Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, 2017.

LAVAL, C. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Boitempo, 2019.

MAGALHÃES, L. D.R. História, Memória e a educação: relações consensuais e contraditórias. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 67, p. 165-174, mar., 2016.

HALBWACHS, M. **A Memória coletiva**. São Paulo: Editora Centauro, 2006.

POLÍTICAS EDUCACIONAIS NACIONAIS E SEUS EFEITOS NA OFERTA DO ATENDIMENTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE VIÇOSA-MG: APONTAMENTOS INICIAIS

POLITICAS EDUCATIVAS NACIONALES Y SUS EFECTOS EN LA OFERTA DE ASISTENCIA A LA EDUCACIÓN INFANTIL EN LA CIUDAD DE VIÇOSA-MG: NOTAS INICIALES

Terezinha Duarte Vieira (UFV-MG) terezinhaduarte@ufv.br³

Palavras-chave: Educação Infantil-Políticas educacionais -Viçosa-MG

Palabras-clave: Educación Infantil- Políticas educativas -Viçosa-MG

Introdução

Este trabalho examina as políticas educacionais nacionais com objetivo de entender os seus efeitos na oferta do atendimento da Educação Infantil no município de Viçosa-MG. Tem como referência a Constituição Federal de 1988 (CF), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996 (LDB) e as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil de 2009 (DCNEI), que conceituam a criança como sujeito social, histórico e de direitos. Tais legislações têm sido objeto de estudo para Kramer (2000), Davies (2006), Correa (2011), Bardela e Passone (2015), Correa e Adrião (2019), entre outros. A partir desses referenciais legais e teóricos, problematiza-se aqui a oferta do atendimento da Educação Infantil no município de Viçosa-MG e a sua relação com as políticas educacionais nacionais. Para entender então o movimento político do atendimento da Educação Infantil neste município, esta pesquisa tem como objetivos específicos: mapear as instituições infantis, analisar as matrículas públicas e privadas dos estabelecimentos infantis e examinar os dados do censo escolar municipal.

Metodologia

Esta pesquisa é de natureza qualitativa, com abordagem bibliográfica e documental. Elaboraram-se: resumos, textos-síntese e mapas conceituais, a fim de entender as políticas educacionais no contexto da história da educação da criança. Examinaram-se as legislações federais e as municipais, voltadas para a Educação Infantil. Posteriormente, realizou-se um levantamento das instituições infantis públicas e filantrópicas do município de Viçosa-MG.

Discussão dos resultados

Ao analisamos as legislações (a lei federal n. 13.019, de julho de 2014, alterada pela lei n. 13.204, de 14 de dezembro de 2015; o decreto municipal n. 5.075, de maio de

³ Professora do Departamento de Educação da Universidade Federal de Viçosa-MG e coordenadora do Grupo de Estudo e Pesquisa Infâncias Crianças em Cena – GEPICENA(DPE/UFV)

2017, elaborado nos termos da lei federal 13.019, de julho de 2014; o *manual das parcerias* e as leis municipais de n. 2.686 de abril de 2018 e a 2.761 de julho de 2019), constatamos que os documentos municipais foram elaborados com a finalidade de adequar as ações internas do município no cumprimento do *marco regulatório federal* (lei n.13.019/201), o que resulta em ajustes legais realizados pela prefeitura para atender às especificidades da oferta da Educação Infantil na cidade de Viçosa.

Inferimos, assim, que o município, desde 2017, tem elaborado documentos internos para conduzir o oferecimento da Educação Infantil da cidade em conformidade com as orientações das políticas educacionais nacionais. Deste modo, o Decreto n. 5.075, de maio de 2017, consiste no *marco regulatório municipal* que interfere na transferência dos recursos destinados às instituições infantis e estabelece em nível municipal “o regime jurídico entre a administração pública direta, autárquica e Fundacional do município de Viçosa, as sociedades de economia mista municipais prestadoras de serviço público com as organizações da sociedade civil em regime de mútua cooperação” (VIÇOSA, 2017, p.1).

Isso demonstra, em termos de políticas públicas municipais, o estabelecimento de parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil (OSC) e também o fortalecimento da oferta da Educação infantil a partir da parceria entre a prefeitura e as OSC's. A partir de Adrião (2017, p.129), podemos entender essas adequações municipais como movimento da “privatização dos processos pedagógicos” no âmbito do atendimento da criança popular, o que significa a “transferência dos fundos públicos para o setor privado, seja este lucrativo ou não” (p.131). Exatamente porque o município passa a ofertar o atendimento da Educação Infantil apoiado pelas parceiras entre o setor público e o privado. Essas parcerias são, contudo, questionáveis, pois nos levam a perceber que, se de um lado, elas incentivam a expansão da oferta do atendimento, de modo a elevar o número de crianças matriculadas na Educação Infantil no município, por outro, contribuem para o enfraquecimento local e nacional das conquistas políticas e históricas dos direitos da criança. Nessa direção, Correa (2011), Bardela e Passone (2015), Correa e Adrião (2019), entre outros, compreendem a efetivação do direito da criança ao atendimento à Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade ainda como uma meta a ser conquistada.

Com base nessas considerações, percebemos portanto a necessidade em fortalecermos o debate, as pesquisas e a produção do conhecimento em torno dos estudos que abordam essa temática. Daí a relevância deste trabalho que, por ora, apresenta

resultados limitados por não incluir todos os dados que retratam a abrangência da realidade da oferta da Educação Infantil da cidade, mas que, de alguma forma, os apontamentos iniciais já mostram os efeitos da privatização das políticas educacionais nacionais sobre as municipais, o que contribui para o ataque aos direitos sociais e, em especial, aos direitos da criança à educação pública, gratuita e de qualidade.

Conclusão

Os resultados parciais, indicados anteriormente, mostram que a oferta do atendimento da Educação Infantil no município de Viçosa-MG tem se constituído pela relação entre o público e o privado, o que expressa o ponto de tensão entre essas duas instâncias e sinaliza a necessidade de continuarmos examinando as políticas municipais a fim de compreendermos a sua relação com as políticas educacionais nacionais.

Referências

- ADRIÃO, Theresa. A privatização dos processos pedagógicos: grupos editoriais e os negócios na educação básica. In: MARINGONI, Gilberto (Org.). **O negócio da educação: aventuras na terra do capitalismo sem risco**. São Paulo: Olho d'Água, 2017. p. 129-144.
- BARBOSA, Maria Carmen Silveira [et al]. **O que é básico na base nacional comum curricular para a educação infantil?** Debates em Educação . Maceió, vol.8, nº 16, jul /dez.2016.
- BARDELA, Adriana M. Momma , PASSONE, Eric Ferdinando Kanai. **Políticas públicas de educação infantil e o direito à educação**. Laplage em revista (Sorocaba), vol.1, n.1, jan-abr, 2015, p.17-35.
- CORREA, Bianca Cristina. **Políticas de educação infantil no Brasil: ensaio sobre os desafios para a concretização de um direito**. Jornal de Políticas Educacionais, nº 9/Janeiro-Junho de 2011, p.20-29.
- CORREA, B.C.; ADRIÃO, T. **Direito à educação infantil de crianças ate 6 anos enfrenta contradições**. Revista ADUSP, v.48, 2010, p.6-13.
- DAVIES, Nicholas. **FUNDEB: a redenção da educação básica**. Educ.Soc., Campinas, vol.2, n.96 – Especial. p.753-774, out.2006
- KRAMER, Sônia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000.
- VIÇOSA. **Decreto n. 5075 de 24 de maio de 2017**. Estabelece o regime Jurídico das parcerias entre a Administração Pública direta, autárquica e Fundacional do Município de Viçosa, as sociedades de economia mista municipais prestadoras de serviço público

com as organizações da sociedade civil. Secretaria Municipal de Educação. Viçosa-MG.2017.

_____. **Lei n. 2.686 de abril de 2018.** Dispõe sobre concessão de subvenção social às entidades, para o exercício de 2018 e dá outras providências. Viçosa-MG. 2018.

_____. **Lei n. 2.761 de julho de 2019.** Dispõe sobre concessão de subvenção social às entidades, para o exercício de 2019 e dá outras providências. Viçosa-MG.2019.

_____. **Manual das parcerias lei 13.019.** Secretaria Municipal de Educação. Viçosa-MG.2017. Viçosa-MG. 2019.

OS OUTSIDERS: UM ESTUDO SOBRE A PRECARIEDADE SUBJETIVA ENTRE PROFESSORES NEGROS NÃO EFETIVOS DA EDUCAÇÃO BÁSICA ESTADUAL NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO

OS OUTSIDERS: UN ESTUDIO SOBRE LA PRECARIEDAD SUBJETIVA DE LOS PROFESORES NEGROS NO TITULARES DE LA ENSEÑANZA BÁSICA ESTATAL EN EL MUNICIPIO DE SÃO PAULO

Victor Morgado Farias dos Santos
Universidade Estadual de Campinas
victormorgado055@gmail.com

Palavras-chave: precariedade subjetiva; racismo estrutural; meritocracia.

Palabras clave: precariedad subjetiva; racismo estructural; meritocracia.

Introdução

O presente relato de experiência corresponde aos resultados iniciais da pesquisa em desenvolvimento de Iniciação Científica *Os Outsiders: um estudo sobre a precariedade subjetiva entre professores negros não efetivos da educação básica estadual na cidade de São Paulo*⁴, cujo objetivo central é identificar a presença da

⁴ Processo FAPESP nº2019/01552-3 que se vincula aos estudos realizados pela Profª. Drª. Selma Venco, financiada pela FAPESP no âmbito do Grupo de pesquisa Políticas ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO o nome do grupo não é esse (GREPPE), os quais têm como foco privilegiado a análise das precariedades, objetiva e subjetiva, entre os docentes no Brasil, na Região Metropolitana de Campinas e na França

precariedade subjetiva, isto é, um “sentimento de não dominar o trabalho, de não estar à altura, de fazer um trabalho ruim, de não estar seguro de assumir seu posto” (LINHART, 2014, p. 46) entre os docentes negros não efetivos que atuam na educação básica da secretaria estadual de ensino no município de São Paulo.

Deste modo, a pesquisa faz-se necessária, pois, segundo Silvio Almeida (2018, p. 38) “o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do “modo normal” do que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural”. Logo, ao tentar identificar a existência dessa precariedade no modelo de contratação (LINHART, 2014) é preciso buscar entender se e como ela ganha outros significados em decorrência da identidade racial desses professores.

Procedimentos metodológicos

A pesquisa, de caráter documental, conta, segundo André Cellard (2008), de cinco dimensões, que são: a análise do contexto da obra, o conhecimento acerca dos autores, a confiabilidade do texto mediante uso de referências, a natureza do texto e sua lógica interna. Assim, utilizando-se desse modelo de pesquisa visa-se entender se há relação entre os professores negros não efetivos e o sentimento de precariedade subjetiva.

Discussão dos resultados

A seguinte pesquisa de iniciação científica ainda encontra-se em processo de realização, contudo já foi possível, por meio do debate teórico, estabelecer caminhos para o desenvolvimento de uma hipótese. Assim, se a ideologia da meritocracia cumpre a função descrita por Karl Marx (THOMPSON, 1990) de um movimento na superestrutura que garante a dominação da burguesia sobre a classe trabalhadora por meio da propagação da ilusão de que os anseios de ascensão social e de reconhecimento serão alcançados pelo esforço individual de cada indivíduo (BÉHAR, 2019), ela atuará como forma de controle individual (ALLEN, 2012).

Desta forma, essa ideologia, incidindo-se sobre a categoria dos professores não efetivos, docentes com um modelo de contratação flexível e desprovido de direitos (RIGOLON; VENCO, 2013), tem como objetivo afirmar que as pessoas que ocupam esse trabalho precário o fazem, pois não se esforçaram para alcançar um emprego melhor e que a sua permanência nesse emprego depende apenas do seu esforço

individual. Logo, focalizando os professores não efetivos e negros, essa suposição terá seus significados ampliados, pois, segundo Silvio Almeida (2018, p. 63), “a soma do racismo histórico e da meritocracia permite que a desigualdade racial vivenciada na forma de pobreza, desemprego e provação material seja entendida como falta de mérito dos indivíduos”.

Portanto, os professores negros não efetivos, alienados dos processos históricos na sociedade paulistana que os levaram a ocupar os trabalhos mais precários da sociedade de classes (BASTIDE; FERNANDES, 1955), negarão o racismo (SILVA, 2018) e, assim possuirão apenas a culpa como explicação para a falta de mudanças na estratificação social (ALMEIDA, 2018; BÉHAR, 2019).

Essa culpa pode ser manifestada no trabalho como o sentimento de precariedade subjetiva, visto que é compreendida como a sensação “de fazer um trabalho ruim” (LINHART, 2014, p. 46). Tal fenômeno, se comprovado, apenas colabora na construção social da degradação da imagem dos pretos e pardos em detrimento dos brancos (FANON, 1952; SCHUCMAN, 2018).

Assim, a Nova Gestão Pública, modelo administrativo neoliberal adotado pelo Estado de São Paulo, a partir de 1995 (VENCO, 2018, p.94), tem como objetivo “flexibilizar o estatuto da estabilidade dos servidores públicos de forma a aproximar os mercados de trabalho público e privado” (BRESSER-PEREIRA, 1999, p. 21) por meio da retirada de obrigações do Estado para com os servidores (VENCO, 2018, p. 99-100). Este processo de flexibilização se desoneraria das suas responsabilidades de garantir direitos aos docentes não efetivos e negros e também se aproximaria do modelo de privatização da gestão pública, pois cada vez mais se tornaria mínimo em suas funções administrativas.

Conclusão

Por hora, através da pesquisa documental o que possível concluir é que há uma forte ligação entre o racismo estrutural e a meritocracia como possíveis fenômenos para o desenvolvimento da precariedade subjetiva entre professores negros e, conseqüentemente, à manutenção da identidade negativa do negro no Brasil.

Tal apontamento pode ganhar mais sustentação, visto que segundo o censo de 2019, o número de professores não efetivos e negros, isto é, as categorias compostas por pretos e pardos, somam 2487 trabalhadores em detrimento a 5941 profissionais brancos. Assim, mesmo em meio aos docentes mais precários, a negritude continua a

ocupar menos espaço que a brancura, como ocorre também na categoria desses trabalhadores efetivos. É possível que esses dados demonstrem que a meritocracia aliada ao racismo estrutural inviabilizem indivíduos negros de acessarem os bancos escolas e ainda os responsabiliza por isso, desarticulando do estado à função de combate ao racismo. Outros fatores que podem relacionar-se e contribuir para o entendimento do baixo número de professores negros são: à tendência ao embranquecimento, pensando que esses trabalhadores estão inseridos na cultura da democracia racial e a negligência daqueles que formulam e preenchem o censo escolar. Em relação a todas essas suposições, necessitam-se de mais pesquisas.

Referências

- ALMEIDA, Sílvio Luiz. **Racismo estrutural**. Belo Horizonte: Letramento, 2018.
- ALLEN, Ansgar .Life without the 'X' factor: meritocracy past and present. **Power and Education**, v. 4, n. 1, p. 4-19, 2012.
- BASTIDE, Roger e FERNANDES, Florestan. **Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo**. São Paulo: Anhembi, 1955.
- BATISTA, P. C. O quilombismo em espaços urbanos: 130 após a abolição. **Revista Extraprensa**, [S. l.], v. 12, p. 377-396, 2019. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/153780>>. Acesso em: 8 de março de 2021.
- BEHAR, Alexandre Hochmann. Meritocracia enquanto ferramenta da ideologia gerencialista na captura da subjetividade e individualização das relações de trabalho: uma reflexão crítica. **Organ. Soc.**, Salvador , v. 26, n. 89, p. 249-268, June 2019 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302019000200249&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 04 de Fevereiro de 2021.
- DAFLON, Verônica Toste; CARVALHAES, Flávio; FERES JUNIOR, João. Sentindo na Pele: Percepções de Discriminação Cotidiana de Pretos e Pardos no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro , v. 60, n. 2, p. 293-330, Apr. 2017 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582017000200293&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 08 de Março de 2021.
- FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.
- LINHART, Danièle. Modernização e precarização da vida no trabalho. In: ANTUNES, R. (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil III**. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisa. *Educ. Pesqui.*, São Paulo , v. 30, n. 2, p. 289-300, Aug. 2004. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-97022004000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 21 de Abril de 2020.

SILVA, Divaneide Alves da. **Sentidos e significados atribuídos por professores negros da educação fundamental à própria identidade**. Dissertação (Mestrado em Educação: Psicologia da Educação) - Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Psicologia da Educação, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2018;

SCHUCMAN, Lia Vainer. **Famílias inter-raciais: tensões entre cor e amor**. Salvador: EDUFBA, 2018.

THOMPSON, John B. **Ideologia e cultura moderna**. Petrópolis: Vozes, 1990[2009].

VENCO, Selma; RIGOLON, Walkiria. Quem quer ser professor? A precariedade objetiva e subjetiva no trabalho docente. **36ª Reunião Nacional da ANPEd**, Goiás, 2013. Disponível em

<http://36reuniao.anped.org.br/pdfs_trabalhos_aprovados/gt09_trabalhos_pdfs/gt09_2817_texto.pdf>. Acesso em 21 de Abril de 2020.

O SISTEMA DE VOUCHER E A PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

EL SISTEMA DE VOUCHER Y LA PRIVATIZACIÓN DE LA EDUCACIÓN INFANTIL

Gisele Coelho de Oliveira (NUGEPPE/UFF)
coelho.gisa@hotmail.com

Fernanda Pinheiro de Macedo (NUGEPPE/UFF)
fe03macedo@gmail.com

Palavras-chave: Voucher; Educação Infantil; Privatização

Palabras clave: Voucher, Educación Infantil; Privatización

Este resumo apresenta e analisa características e consequências dos vouchers para a oferta de Educação Infantil pública no Brasil. O sistema de vouchers é um mecanismo de financiamento pelo qual as prefeituras transferem recursos públicos à escola privada em função do número de alunos matriculados e frequentes.

Para subsidiar esta análise levantamos informações educacionais, financeiras e legais relacionadas diretamente à implantação do Sistema de Vouchers na Educação Infantil no Brasil, por meio de pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, consultas aos

sites governamentais e a bancos de dados desenvolvidos por grupos de estudos e pesquisa em Política Educacional.

O sistema de voucher consiste em um formato de financiamento adotado para a ampliação da oferta de vagas à Educação Infantil via subvenção pública à escola privada e financia tanto a creche quanto a pré-escola. Acreditamos que esse tipo de estratégia - parceria público-privado - tem se generalizado ante as reformulações políticas e legais iniciadas no Brasil a partir da década de 1990, cujas consequências foram e ainda são sentidas na efetivação do direito à educação.

Da articulação de duas orientações complementares, municipalização do ensino fundamental e alterações no padrão de intervenção estatal, temos observado inúmeros arranjos político-institucionais forjados pelas administrações municipais para, na melhor das hipóteses, responder às demandas educativas assumidas. O caminho que parece se tornar mais comum entre os municípios para responder à ampliação de suas atribuições é o das parcerias com o setor privado.

O ministro da Educação, Abraham Weintraub, relatou que o governo pretende fazer um “grande investimento em creches”. O ministro da Economia, Paulo Guedes, afirmou que haverá um “gigantesco” programa de distribuição de vouchers para a Educação Infantil. O programa não é capitaneado pelo Ministério da Educação (MEC), mas pelo Ministério da Economia em conjunto com a Casa Civil. O plano é implementar um modelo de vouchers para creches e pré-escolas. O objetivo é diminuir o problema da falta de vagas na rede pública.

A ideia é que os cupons – que funcionam como uma espécie de cheque – sejam entregues diretamente às famílias das crianças, para que elas possam escolher “livremente” onde aplicar esses recursos: em mensalidades de creches e escolas privadas ou públicas.

A medida foi apresentada como parte da estratégia do Governo Federal pela diminuição da desigualdade social, quando, entretanto, as maiores críticas a este modelo residem justamente no aprofundamento das disparidades entre oportunidades educacionais.

O voucher é uma espécie de vale que o Estado disponibiliza aos cidadãos – sobretudo de baixa renda. O repasse serve para que as famílias matriculem um ou mais filhos em escolas privadas. A ideia de concessão de voucher às famílias já significa um desvio dos recursos orçamentários da educação para a rede privada de ensino, fomentando

um pernicioso processo de mercantilização e privatização da educação pública em nosso país.

Não será transferindo os recursos já escassos da educação pública brasileira às mãos do setor privado de ensino que resolveremos nossos problemas. Essa proposta, que tem um caráter de auxílio financeiro às escolas privadas nesses tempos de pandemia, em detrimento do financiamento público da educação, não contribui em nada com a garantia ao direito universal da educação a todos os cidadãos.

Obviamente, o pano de fundo dos vouchers é o desmantelamento da educação pública. Dadas as condições de desigualdade econômica e discriminação racial, tudo indica que um esquema de vouchers aprofundaria as desigualdades atuais do Brasil. E haveria muitas dificuldades para ser implementado, especialmente porque é um país federalizado e os estados e municípios são os que se encarregam da Educação Básica.

No Brasil, nós sabemos que o processo de implementação de vouchers tende a aumentar muito a desigualdade da oferta de educação, sobretudo penalizando setores mais pobres, explorados e expropriados da sociedade.

Os vouchers criam um obstáculo imediato na Educação Infantil: o critério para se estabelecer padrões de qualidade. A principal missão da creche é desenvolver a criança, mas historicamente há um equívoco de que creche serve apenas para que os pais da criança possam trabalhar. Não há nenhum caso de sucesso de vouchers para creches no mundo. Isso ocorre porque as condições para garantir a qualidade desse atendimento são muitas e de alta complexidade. Os vouchers prejudicam a qualidade a serviço da expansão quantitativa.

Ao defender a aplicação de recursos públicos em escola da rede direta, afirmamos que o repasse para escolas privadas faz assistencialismo equivocado com recursos da educação. O estudo do sistema de voucher permite afirmar que ele incide negativamente na oferta da Educação Infantil pública, ao transferi-la para o setor privado lucrativo, inserindo-a em uma lógica mercantil e privatizante.

Referências

ADRIÃO, T. Escolas charters nos EUA: contradições de uma tendência proposta para o Brasil e suas implicações para a oferta da educação pública. **Educação e Filosofia**, v. 28, n. esp, p.263-282, 2014.

CAMPOS, Maria Malta. As Organizações Não Governamentais e a educação pré-escolar. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 67, p. 17-22, nov. 1988.

DOMICIANO, Cassia Alessandra; ADRIÃO, Theresa. Uma análise do Programa 'Bolsa Creche' no município de Piracicaba. In: **Educação: Teoria e Prática**, Rio Claro, v. 13, n. 24, jan/jun. 2005 e n. 25, p. 97-109, jul-dez 2005.

FREITAS, L. C. de. Três teses sobre as reformas empresariais da educação: perdendo a ingenuidade. **Cad. Cedes**, Campinas, v. 36, n. 99, p. 137-153, maio-ago. 2016.

FREITAS L. C. de. Os reformadores empresariais da educação: da desmoralização do magistério à destruição do sistema público de educação. In: _____. **Políticas públicas de responsabilização na educação** (Dossiê). Educ. Soc., Campinas, v. 33, n. 119, p. 379-404, abr./jun. 2012.

OLIVEIRA, R. P. O financiamento da educação. In: OLIVEIRA, R. P.; ADRIÃO, T. (org). **Gestão, financiamento e direito à educação**. 3ed. São Paulo: Xamã, 2007, p. 83-122.

PERONI, Vera; ADRIÃO, Theresa. Público não-estatal: estratégias para o setor educacional brasileiro. In: ADRIÃO, Theresa; PERONI, Vera. (Org.). **O Público e o privado na educação**: interfaces entre o Estado e Sociedade. São Paulo: Xamã, 2005. p. 138-153.

ROSEMBERG, Fúlvia. Expansão da educação infantil e processos de exclusão. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 7, p. 7-40, jul. 1999.

RELATO DE EXPERIÊNCIA NO ESTÁGIO DOCENTE: UMA DISCUSSÃO NECESSÁRIA SOBRE PRIVATIZAÇÃO

INFORME DE EXPERIENCIA EN LA ETAPA DOCENTE: UNA DEBATE NECESARIA SOBRE LA PRIVATIZACIÓN

Rodolfo Claudio da Cruz
Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)
rodolfo.cruz@unemat.br

Cristiane Santana de Arruda
Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT)
cristiane.arruda@unemat.br

Palavras-chave: estágio docente – privatização – educação
Palabras clave: pasantía docente – privatización – educación

Resumo

Este relato tem como objetivo apresentar alguns apontamentos sobre privatização na educação desenvolvidos no estágio docente. O estágio docente é uma atividade

normatizada pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) através da Portaria nº 76, de 14 de abril de 2010, estabelecendo que o mestrando/doutorando seja inserido em atividades de ensino. Este relato se pauta na experiência vivenciada no ano de 2020, numa turma lotada por quarenta e oito graduandos no curso de Licenciatura Plena em Pedagogia da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), no município de Cáceres – Campus Jani Vanini, na disciplina intitulada “Políticas Públicas da Educação” ofertada no sexto semestre. O Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) da UNEMAT, seguindo as orientações da CAPES, regulamenta a execução do estágio em docência para a qualificação do futuro professor em atividades de ensino dentro da instituição.

A disciplina fora coordenada pela professora titular e com o auxílio de três pós-graduandos do PPGEdu que participaram efetivamente do início ao término do desenvolvimento da disciplina, primando sempre pela assiduidade, iniciativa e responsabilidade. Sobre a metodologia, este relato de experiência aqui descrito teve como campo de investigação o estágio docência e os dados apresentados foram produzidos por meio de um diário de campo e da observação participante durante a realização do estágio oriundos da contribuição e envolvimento dos estagiários do período de 10/08/2020 à 21/09/2020, totalizando 60 horas no Período Letivo Suplementar Excepcional, que consistiu em oferta de componentes curriculares na modalidade de Ensino Remoto Emergencial decorrente da pandemia da COVID-19, como alternativa ao distanciamento social.

Os encontros aconteceram de forma remota, com aulas assíncronas e síncronas, por meio de ferramentas como o Google Meet, vídeos aulas, vídeos editados e outros recursos. Ao final do estágio, realizou-se um relatório descritivo das atividades executadas, baseado no desenvolvimento do planejamento, nos conteúdos e nos diálogos ocorridos nos encontros com os discentes. Dos Resultados e Discussão, a disciplina foi dividida em quatro unidades de ensino, a primeira unidade estabelecia trabalhar com: o papel do Estado brasileiro, Neoliberalismo, direito à educação e privatização, este último conteúdo foi desenvolvido pelos mestrandos juntamente com a professora titular, e o referencial teórico utilizado para com os graduandos compõe as dissertações em fase de elaboração dos mestrandos em educação. Uma das obras discutidas fora: “DIMENSÕES E FORMAS DA PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais”, que discorre as três dimensões como campo para privatização: a gestão escolar, a oferta educacional e

currículo (ADRIÃO, 2018), e “PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO NA AMÉRICA LATINA E NO CARIBE: TENDÊNCIAS E RISCOS PARA OS SISTEMAS PÚBLICOS DE ENSINO” que suscita indagações acerca do crescimento do fenômeno e as distintas formas de privatização da educação (endógena, exógena, governança) e seu impacto para a realização da educação como um direito humano universal, que tem como consequência, fragilizar os sistemas públicos educativos, em particular as condições de trabalho do docente, a gestão democrática e o financiamento público adequado (CROSO; MAGALHÃES, 2016).

Após as leituras e as discussões em torno dos textos indicados, a turma reagiu com muito espanto, pois compreendia a privatização, apenas, como a venda de algo público para o setor privado, desconheciam a presença e a expansão do setor privado na educação. Nesse sentido, concordamos com Freire (2011, p. 89) quando salienta que a “educação é o procedimento no qual o educador convida os educandos a conhecer, desvelar a realidade, de modo crítico”. Ao término do estágio consideramos que o objetivo foi alcançado, por permitir compreender a relação entre teoria e prática (práxis) do ensino superior, contudo, fora uma experiência nova para todos, com o advento da pandemia ocasionado pelo Covid-19, exigiu novas ferramentas de trabalho, a inserção das tecnologias digitais e de comunicação. Além disso, ponderamos a relevância de ter trabalhado com a temática acerca da privatização, na tentativa de contribuir na formação inicial dos futuros profissionais da educação para a compreensão desse processo engendrado pela lógica do capitalismo de viés neoliberal, que coloca em risco a educação pública, sob gestão pública, democrática, de qualidade, laica e gratuita.

Referências

ADRIÃO, T. **Dimensões e formas da privatização da educação no brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais.** Currículo sem Fronteiras, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (BR). **Portaria nº76, 14 de abril de 2010. Regulamento do Programa de Demanda Social-DS.** CAPES; 14 abr 2010; seção 1. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Portaria_076_Regulamento> Acesso em: 20/01/2021.

CROSO, C.; MAGALHÃES, G. N. **Privatização da educação na América Latina e no Caribe: tendências e riscos para os sistemas públicos de ensino.** Educação & Sociedade, Campinas, v. 37, n. 134, p.17-33, jan/mar., 2016.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 15 ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2011.

ARTIGOS QUE CORRELACIONAM FINANCIAMENTO E PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NA SCIELO BRASIL (2015-2020)

ARTÍCULOS QUE CORRELACIONAN FINANCIAMIENTO Y PRIVATIZACIÓN DE LA EDUCACIÓN BÁSICA EN SCIELO BRASIL (2015-2020)

Andrey da Silva Mori,
Universidade Estadual de Campinas
andrey.mori@gmail.com

Palavras-chaves: Privatização; Financiamento; Estado da arte.

Palabras clave: Privatización; Financiamiento; Estado del arte.

Introdução

Este trabalho dá continuidade à pesquisa anterior empenhada em mapear e sistematizar produções científicas sobre privatização da educação básica, sendo caracterizada como de tipo estado da arte. É resultado parcial de pesquisa de Iniciação Científica Voluntária associada à pesquisa em vigência “Análise da incidência de atores privados na oferta educacional de redes estaduais brasileiras (2005-2018)” coordenada pela professora orientadora e financiada pelo CNPq e Fapesp.

Especificamente analisaremos as produções sobre financiamento da educação básica disponíveis na SciELO Brasil publicadas entre 2015 e 2020 que correlacionam financiamento à privatização da educação. Em outro momento (MORI, 2020) realizamos a análise bibliométrica do total de artigos encontrados; agora, restringindo àqueles que tematizam a privatização, procederemos à análise qualitativa a partir dos resumos.

Esta pesquisa contribui para a atualização do estado da arte sobre privatização da educação básica, sendo relevante na medida em que identifica temas recorrentes ou pouco explorados, quais metodologias de pesquisa são empregas e quais referenciais teóricos

embasam a análise (ROMANOWSKI; ENS, 2006). Neste sentido, fornece balizas para o planejamento de pesquisas futuras (MORI; ADRIÃO, 2018).

Metodologia

Para a seleção dos artigos, seguimos o percurso metodológico adotado em trabalhos anteriores (ADRIÃO, 2015; MORI, 2020): buscamos por “financiamento” e “educação” na SciELO Brasil para o período 2015-2020 (111 artigos identificados). Depois selecionamos, a partir da leitura do título e dos resumos, aqueles que tratam da educação básica (38 artigos). E por fim restringimos àqueles que tematizam a privatização (6 artigos).

Concordamos com Ferreira (2002, p. 268) acerca da possibilidade de contar uma história da produção acadêmica a partir dos elementos contidos nos resumos dos trabalhos, e, portanto, a análise dos 6 artigos se dará a partir deste elemento pré-textual. Identificaremos: tipo de pesquisa e abordagem metodológica; campo empírico dos trabalhos; operacionalização da privatização segundo o resumo do artigo; a qual dimensão da privatização da educação se refere; e como se posicionam os autores sobre o tema. Estes critérios estão em consonância com trabalhos anteriores (ADRIÃO, 2015; 2018).

Discussão dos resultados

Considerando que somente 6 artigos tematizaram a discussão da privatização da educação vinculada ao financiamento, podemos afirmar que este é um campo pouco explorado. Sistematizamos na tabela 1 os resultados encontrados a partir da leitura dos resumos.

Tabela 1: Análise do resumo dos artigos

Artigo	Tipo de pesquisa/abordagem metodológica	Campo empírico	Privatização segundo o resumo	Dimensão da privatização da educação	Posição dos autores
1	Ensaio	Chile	Subsídio por aluno; pagamento dividido entre família e Estado	Oferta	Críticos da privatização (localizam problemas na educação chilena decorrentes da atuação

					deficitária do Estado)
2	Pesquisa qualitativa	América Latina e Caribe	Busca pelo lucro, mercantilização da educação, fragilização dos sistemas públicos educativos (das condições de trabalho docente, da gestão democrática e do financiamento público)	Não se aplica. Privatização como elemento do contexto e como condicionante histórica.	Críticos da privatização (questionam os impactos da privatização para a realização da educação como um Direito Humano universal)
3	Pesquisa quali-quantitativa	Brasil	Subsídio público ao setor privado	Oferta	Críticos da privatização (necessidade de afirmar e lutar pela educação pública, laica e de qualidade para todos)
4	Pesquisa quantitativa	Brasil	Repasse de recursos públicos ao setor privado de ensino (destinação direta, renúncia fiscal, subsídio ao financiamento estudantil)	Oferta	Críticos da privatização (adjetiva como “preocupante” a ampliação da destinação de recursos ao setor privado)
5	Sem informação	Colômbia	Escolas charter	Oferta, Gestão	Não identificado
6	Pesquisa de tipo estado da arte	Não se aplica	Público e privado na educação como categoria de sistematização dos artigos	Não se aplica	Não se aplica

Fonte: Elaboração própria a partir da SciELO Brasil.

No que diz respeito ao tipo da pesquisa, verificamos multiplicidade nas formas de tratamento do tema e dos dados. Sobre o campo empírico, é preocupante o fato de que na SciELO Brasil, uma biblioteca de publicações brasileiras, os artigos em que Brasil é campo empírico não são maioria. Interessante notar que nenhum artigo é favorável à

privatização; entre os dois que não são explicitamente críticos, um não é possível identificar a partir do resumo e outro não se aplica.

Quatro artigos tematizaram a privatização da oferta educacional, em diferentes formas (sobretudo na forma do financiamento público a organizações privadas, mas também na forma da bolsa de estudo e da escola charter). Escola charter é um modelo de privatização da oferta, visto que se relaciona às políticas de escolha parental; contudo, no Brasil (e aparentemente na Colômbia) o que se tem é a transferência da *gestão escolar* para setores privados (ADRIÃO, 2018), por isso caracterizamos como oferta e gestão. Um artigo coloca a privatização como condicionante histórica e elemento do contexto, distribuída ao longo da América Latina e do Caribe.

Conclusão

A baixa quantidade de artigos encontrados dificulta uma análise assertiva da produção acadêmica que correlaciona financiamento e privatização da educação, isto é, não é possível identificar tendências no que vem sendo produzido. Por outro lado, podemos afirmar que este é um campo aberto à investigação, sobretudo considerando as diversas formas pelas quais o setor privado se apropria do público, muitas delas profundamente interessadas na captação dos fundos públicos do financiamento da educação (ADRIÃO, 2018). Ressaltamos, portanto, a necessidade de pesquisas futuras se debruçarem sobre este tema, tão candente e tão negligenciado no Brasil.

Referências bibliográficas

ADRIÃO, T. **Dimensões da privatização da educação básica no Brasil a partir de 1990: um diálogo com a produção acadêmica**. 2015. 227p. Tese (Livre-Docência em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas. 2015.

ADRIÃO, T. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir do mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018.

FERREIRA, N. S. A. As pesquisas denominadas "estado da arte". **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 23, n. 79, p. 257-272, ago. 2002.

MORI, A.; ADRIÃO, T. Estado do conhecimento sobre financiamento da educação obrigatória e privatização a partir do Web of Science, 2015-2018. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 22, n. esp. 3, p. 1241-1257, dez. 2018.

MORI, A. Levantamento bibliométrico de artigos sobre financiamento e privatização da educação básica a partir da SciELO Brasil (2015-2020). In: **Encontro Anual da FINEUCA**, 8., 2020. Anais..., 2020, p. 182-186. Disponível em: <<https://fineduca.org.br/wp-content/uploads/2020/12/Eixo-Relacoes-Publico-Privadas-no-Financiamento-da-Educacao-1.pdf>>. Acesso em: 14/02/2021.

ROMANOWSKI, J. P.; ENS, R. T. As pesquisas denominadas do tipo “estado da arte” em educação. **Revista Diálogo Educacional**, v. 6, n. 19, set./dez. 2006, p. 37-50.

O PÚBLICO E O PRIVADO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL, EM MARABÁ/PA: INTERCONEXÃO ENTRE MATRÍCULAS E RECURSOS FINANCEIROS

LO PÚBLICO Y LO PRIVADO EN EDUCACIÓN ESPECIAL, EN MARABÁ/PA: INTERCONEXIÓN ENTRE MATRÍCULAS Y RECURSOS ECONÓMICOS

Mírian Rosa Pereira
Universidade do Estado do Pará, mirianpereira@uepa.br

Maria Edilene S. Ribeiro
Universidade Federal do Pará, mariaedileneribeiro@yahoo.com.br

Palavras-chave: Educação Especial. Privatização. Recursos Financeiros.

Palabras clave: Educación especial. Privatización. Recursos financieros.

Introdução

O Censo Escolar da Educação Básica realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, no ano de 2017, registrou baixa de matrículas nas escolas públicas brasileira, tendo o total de 27.348.080 matrículas no ensino fundamental, enquanto no ano anterior foi de 27.691.478. Já a matrícula dos alunos com deficiência segue de maneira crescente, com o total de 1.066.446, sendo 896.809 no ensino comum e 169.637 em escolas exclusivas. Deste total de matrículas, as instituições públicas dispõem de 44.566 e as instituições privadas de 125.071. Sobressai, portanto, o maior número de oferta em instituições privadas, com o percentual de 74%. Entretanto, a maioria destes alunos não tem acesso ao Atendimento Educacional Especializado (AEE), apenas o percentual de 40,1% do total dos alunos matriculados.

O município de Marabá/PA, localizado no sudeste do território paraense, obteve o total de 43.894 matrículas da zona urbana, 11.280 matrículas oriundas do campo e 1.208 matrículas de alunos com deficiência no ensino comum, sendo o total de 1.162 em escolas públicas e 46 matrículas no setor privado, dentre estas tem-se a oferta do AEE na Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, que é uma instituição filantrópica.

Este trabalho apresenta uma discussão sobre o público e o privado no movimento de matrículas dos alunos da educação especial relacionada a aplicação dos recursos financeiros, no município citado anteriormente.

Metodologia

O estudo é pautado na pesquisa qualitativa, com ênfase na análise dos dados em documentos da legislação educacional em nível nacional e dos documentos oficiais do município de Marabá/PA. Destacamos ainda, informações da base de dados do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, com referência nos anos de 2015 a 2017.

Discussões dos Dados

O financiamento da educação básica envolve o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e Valorização do Magistério - Fundeb, promulgado pela Emenda Constitucional nº 53/2006, regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e a Lei nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020. E no âmbito da educação especial, a partir do ano de 2003, o Ministério da Educação implantou um conjunto de programas e ações com amplitude nacional, dentre eles, destaca-se a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva.

O Decreto nº 6.571, de 17 de setembro de 2008, regulamentou aplicação de recursos financeiros pelo Fundeb voltado para o AEE a partir do cômputo das matrículas dos alunos do ensino comum registrada no Censo Escolar. No ano de 2009, a Resolução de nº 4, que estabeleceu as Diretrizes Operacionais para Educação Especializada na educação básica e o financiamento vinculado à matrícula registradas no Censo Escolar.

No ano de 2011, o Decreto de nº 7.611 prevê recursos financeiros com o cômputo da matrícula no AEE. Tendo a referência do valor mínimo por aluno ano da educação especial a ponderação definida na Lei nº 11.494/2007, artigo 36 e o inciso XII – “educação especial - 1,20 (um inteiro e vinte centésimos)”, que permanece a disputa do

fundo público entre o público e o privado. Exemplo disso, em Marabá/PA há celebração de convênio e termos de cooperação entre a Prefeitura Municipal e APAE, com o objetivo de manutenção e funcionamento da instituição, realização de projetos e cedência de servidores públicos. Também, o FNDE voltado para Manutenção Escolar da Educação especial através do Programa Dinheiro Direto na Escola destina recurso financeiro para a APAE em Marabá.

De tal modo, o fundo público atende instituição filantrópica na área da educação especial em Marabá. Assim, perpetua a parceria público privada, que possibilita o funcionamento e a manutenção da instituição com diferentes rubricas orçamentárias. Esta aplicação financeira é aceita pela legislação corroborando para a privatização de parte dos serviços da educação especial do município, além de contribuir com a precariedade das escolas públicas na oferta do AEE.

Conclusão

A ampliação do acesso às pessoas com deficiência às escolas públicas é necessária. Contudo, as matrículas apresentam-se certa ilusão de consolidação do movimento da educação inclusiva. Embora no Município de Marabá/PA, o quantitativo de matrículas no setor privado seja bem inferior em relação às escolas públicas, observa-se que os recursos públicos destinados à educação especial permanecem em disputa por instituição filantrópica. É necessário combater a exclusão enraizada socialmente que afeta e limita o desenvolvimento e formação humana das pessoas com deficiência e oportunizá-las escolarização pública com qualidade.

Referências

BRASIL. *A consolidação da inclusão escolar no brasil 2003 a 2016*. Diretora de Políticas de Educação Especial do Ministério da Educação. A consolidação da inclusão escolar no brasil 2003 a 2016. Disponível em: < <http://www.ufpb.br/cia/contents/manuais/a-consolidacao-dainclusao-escolar-no-brasil-2003-a-2016.pdf/view>> Acesso em: 18 jul. 2018.

_____. *Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011*. Disponível em: Acesso em: 18 jul. 2018.

_____. INEP. *Censo Escolar: resultados e resumos*. Ano de 2017. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/web/guest/resultados-e-resumos>. Acesso em: 04 jan. 2019.

MARABÁ. *Primeiro Termo Aditivo Referente ao Convênio nº 0012/2016*, de colaboração que entre si celebram o município de Marabá e o Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Marabá – APAE. 2017.

ENSINO MÉDIO MUNICIPAL DE SÃO CAETANO DO SUL/SP (2018-2020): ELITES POLÍTICAS E NEOLIBERALISMO

LA ENSEÑANZA SECUNDARIA DE SÃO CAETANO DO SUL/SP (2018-2020): ELITES POLÍTICAS Y NEOLIBERALISMO

Felipe Furini Soares (UFABC) - felipefurini@gmail.com

Palavras-chave: Ensino médio; São Caetano do Sul; Neoliberalismo.

Palabras clave: Enseñanza secundaria; São Caetano do Sul; Neoliberalismo.

Introdução

O município de São Caetano do Sul, parte do ABC Paulista, é uma cidade que chama atenção pelos índices socioeconômicos elevados para a realidade brasileira. Em 2010, na última edição do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), a cidade aparece em primeiro lugar na lista com 5.565 municípios brasileiros⁵, ostentando um segundo lugar no IDH Educação, ficando atrás apenas de Águas de São Pedro/SP.

Atualmente, com pouco mais de 15 km² e seus 160 mil habitantes, São Caetano do Sul vem construindo uma história local pautada pela mistificação e apagamento progressivo de seu histórico como subúrbio de São Paulo. É com base no sentimento de italianidade⁶ que se passa a forjar uma história de conquista, triunfo e riqueza, na medida que se constrói elites políticas locais. Esse enredo nasce do esquecimento forçado das mazelas vividas pelos migrantes a partir de 1877 (MARTINS, 1992).

É remontando as relações sociais de uma antiga comunidade de imigrantes italianos que Giroto (2009, 2011) faz um paralelo para evidenciar as relações então vigentes até a atualidade, sobretudo por dentro do cotidiano das escolas. Segundo o

⁵ Disponível em: <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/idh0/rankings/idhm-municipios-2010.html>> Acesso em: 21 jan. 2021.

⁶ Construída como um sentimento de pertencimento à uma origem italiana entre emigrados e descendentes, de modo a preservar um vínculo com a pátria-mãe, aldeia de origem e linhagem familiar.

pesquisador, a presença de políticos é uma realidade nas escolas municipais, que ao invés de priorizar as necessidades educacionais, se utilizam do contexto da educação para fazer política municipal. Não à toa, não existem concursos públicos para diretores, assistentes de direção e coordenadores pedagógicos. Todos, cargos de confiança da gestão municipal.

Ainda de acordo com o pesquisador, essa educação municipal está organizada sob rígida estrutura, que encastela o poder e as decisões educacionais na gestão, convertendo os horário de trabalho pedagógico coletivo (HTPC) em transmissão de recados, execução de exigências pedagógicas e administrativas, além de transformar professores em meros executores de medidas definidas. A passividade e o não questionamento dos docentes, é antes de mais nada, estratégia de sobrevivência, afinal, o exercício da democracia pode significar insubordinação e repercutir nos resultados gerencialista que organizam a carreira docente.

Para Laval (2019), o avanço da agenda neoliberal da educação implica na inversão do peso do poder pedagógico e da burocracia central, para a concentração de poder no próprio sistema de administração, na figura da direção escolar. Este é um aspecto crucial para garantir reformas a partir da “auto-organização” em favor de uma “gestão eficiente e inovadora”, ao gosto do vocabulário neoliberal.

Este trabalho, portanto, tem por objetivo analisar as modificações na oferta pública municipal de ensino médio regular entre 2018 e 2020, com base em pesquisa documental da legislação municipal, nas medidas administrativas e na cobertura jornalística do período - que conjuntamente, podem sinalizar novos rumos da política educacional e seu respetivo fortalecimento de elites políticas locais.

Rede municipal de ensino médio regular

Segundo Azevedo (2002), os modelos de reformas educativas gerencialistas implementadas nos anos 1990, a partir de um princípio de descentralização, redefiniram as responsabilidades das esferas administrativas promovendo aumento da municipalização do ensino. Como resultado, a LDB⁷, quando da organização da educação nacional, define aos municípios a oferta de educação infantil, com prioridade ao ensino fundamental, podendo ofertar outros níveis de ensino, quando atender plenamente sua competência.

⁷ BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

Por não ser uma obrigação do município oferecer o ensino médio, a gestão pode adotar políticas de ingresso, contrárias aos princípios de universalidade. Para preencher as vagas, São Caetano do Sul realiza vestibulinhos para selecionar estudantes com melhor desempenho. Para além disso, Giroto (2009, 2011) evidencia que a promoção de “qualidade educacional” também se pauta pela não adoção de regime de progressão continuada e pelo intenso investimento em reforço escolar, fazendo com que estudantes de baixo desempenho busquem muitas vezes transferências.

Verifica-se que a rede municipal estava composta por três escolas públicas, com média de 25-30 estudantes por turma e estruturas bem equipadas, sendo ofertadas no ano de 2018, 550 vagas de acesso ao ensino médio. O ano de 2018 é marcado por anúncios de obras repentinas em algumas escolas⁸, reuniões fechadas entre direção e políticos na cidade⁹, denúncias de plano de fechamento de escolas, manifestações de comunidades escolares¹⁰, e finalmente, pela aprovação da Lei Municipal nº 5.699¹¹, que autoriza a oferta de ensino médio pela autarquia municipal da Universidade Municipal de São Caetano (USCS), após articulação da gestão municipal e a reitoria¹².

A cobertura jornalística da inauguração do Colégio Universitário USCS¹³ permite analisar depoimentos de autoridades que evidenciam intensa disputa pela política educacional municipal¹⁴. A batalha se impõe no território e reforça aspectos da implementação do Novo Ensino Médio e de adesão à BNCC¹⁵, sobretudo em razão da restrição da qualidade educacional às provas de larga escala, lógica concorrencial e gerencialista, transmissão de conteúdos e agendas morais.

Desde então, com a inserção do colégio em questão, estudantes podem concorrer às bolsas de estudos financiadas pela prefeitura. O resultado é o fechamento do ensino médio em uma escola municipal. Houve ainda a redução de 100% para 68% na

⁸ Disponível em: <<https://abcdjornal.com.br/pais-de-alunos-de-sao-caetano-reclamam-de-mudanca-da-escola-oscar-niemeyer/>>. Acesso em: 21 jan. 2021.

⁹ Disponível em: <<https://abcdjornal.com.br/sao-caetano-deve-acabar-com-ensino-medio-na-rede-municipal/>>. Acesso em: 21 jan. 2021.

¹⁰ Disponível em: <<https://www.reporterdiario.com.br/noticia/2580543/apesar-do-recuo-de-auricchio-alunos-do-ensino-medio-protestam-na-camara/>>. Acesso em: 21 jan. 2021.

¹¹ Disponível em: <https://esic.uscs.edu.br/arquivos_leis_decretos/Lei%20Municipal%20n%C2%BA%205.699%20-%2027.11.2018.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2021.

¹² Disponível em: <<https://conteminformacao.com.br/sao-caetano-inaugura-colegio-municipal-uscs-e-abre-caminho-para-um-novo-ensino-medio/>>. Acesso em: 22 jan. 2021.

¹³ Inauguração realizada em 31 de janeiro de 2019.

¹⁴ Disponível em: <<https://abcdjornal.com.br/s-caetano-inaugura-colegio-para-ensino-medio-na-uscs-e-dobrar-vagas-em-2020/>>. Acesso em: 26 jan. 2021.

¹⁵ Disponível em: <<https://www.saocaetanodosul.sp.gov.br/post/sao-caetano-inaugura-colegio-municipal-uscs-e-abre-caminho-para-um-novo-ensino-medio>>. Acesso em: 24 jan. 2021.

participação das escolas municipais na abertura de vagas de ingresso, garantindo à USCS, enquanto integrante indireta da administração pública, a gestão de fundos correspondente a 32% das vagas municipais.

Tabela 1. Oferta de vagas para ingresso no ensino médio municipal de São Caetano do Sul

Vagas ensino médio público municipal	2018	2019	2020	2021	Varição (2018/2021)
EME Profa. Alcina Dantas Feijão	270	180	385	665	246%
EME Prof. Vicente Bastos	140				-100%
EMEFM Arquiteto Oscar Niemeyer	140	90	140	175	194%
Colégio Universitário USCS (bolsa)		280	300	400	143%
Oferta gratuita de nível médio em SCS	550	550	825	1240	276%
% da oferta via escolas públicas	100%	49%	64%	68%	

Fonte: Editais anuais de processos seletivos para Ensino Médio. Elaborado pelo autor.

Algumas considerações

No período analisado, fica evidente a expansão da oferta de ensino médio municipal e uma reconfiguração que desvirtua a rede, impulsionado pela força que a educação pode exercer no favorecimento político local. A consequência deste cenário gera a ampliação da concorrência entre as escolas por melhores resultados, a disputa por estudantes e abriu a possibilidade para que fundos públicos passem a ser geridos por entes indiretos da administração, fragilizando sistematicamente a garantia à educação. Este efeito também favorece a intensificação de uma dinâmica neoliberal, graças à autonomia administrativa da USCS em relação às escolas públicas.

Por fim, Cássio (2019) corrobora que a grande barreira a ser eliminada é a organização burocrática da escola, com profissionais da educação com algum grau de autonomia e estabilidade - o que impede um regime de obediência à objetividade do mercado a ser implementado.

Referências

AZEVEDO, Janete. Implicações da nova lógica de ação do Estado para educação municipal. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 23, n. 80, set./2002.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm>. Acesso em: 25 jan. 2021.

CÁSSIO, Fernando (org.). **Educação contra a barbárie: por escolas democráticas e pela liberdade de ensinar**. São Paulo: Editora Boitempo, 2019.

GIROTTTO, Eduardo. **Escola, Lugar e Poder: as aventuras de um professor-pesquisador entre o subúrbio e a periferia**. Dissertação de Mestrado. São Paulo: FFLCH-USP, 2009.

GIROTTTO, Eduardo. Escola, lugar e poder: uma análise geográfica a partir de São Caetano do Sul, SP, Brasil. **Geosp – Espaço e Tempo**. n. 30, 2011.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**. São Paulo: Editora Boitempo, 2019.

MARTINS, José de Souza. **Subúrbio. Vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo - São Caetano do Sul, do fim do Império ao fim da República Velha**. São Paulo: HUCITEC; São Caetano do Sul: Prefeitura de São Caetano do Sul, 1992.

VOUCHER-CRECHE: ESTRATÉGIAS DE MERCANTILIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA

VOUCHER-CRECHE: ESTRATEGIAS PARA LA MERCANTILIZACIÓN DE LA EDUCACIÓN INFANTIL

Kethlen Leite de Moura – UEM – E-mail: klmoura@gmail.com
Elma Júlia Gonçalves de Carvalho – UEM – elmajulia@hotmail.com

Palavras-chave: Educação. Privatização. Primeira Infância.

Palabras clave: Educación. Privatización. Primera Infância.

Introdução

Desde metade do século XX, a corrente de pensamento econômico *public choice* torna-se fundamento do projeto neoliberal de balizar as intervenções econômicas e políticas do Estado, a fim de reorganizar o capitalismo contemporâneo. A formulação da *public choice* sustenta ideais de os indivíduos realizarem a escolha de qual instituição irá educar seu filho e qual modelo econômico pode ser aplicado na esfera educacional.

A defesa de implantação do programa de *vouchers* para Educação Pública ocorre a partir do momento que o economista Milton Friedman expõe a necessidade de o Estado transferir sua responsabilidade para com o sistema público de ensino para o setor privado. A proposta possibilita as famílias pobres o *direito de livre escolha* em relação ao tipo de educação desejada para seus filhos, assim “[...] a proposta de participação da verba pública para a educação, seria através de *vouchers*, oferecidos a quem os solicitasse, para ‘comprar’ no mercado os serviços educacionais que mais se identificassem com suas

necessidades” (HÖFLING, 2001, p. 38).

O tema desse estudo vai de encontro aos debates realizados no último trimestre de 2020, com a aprovação do novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb), vindo à tona as discussões sobre o *voucher-creche*, projeto do governo ultraliberal bolsonarista que visa privatizar boa parte da oferta de vagas da Educação Infantil pública. Assim, o objetivo desse trabalho é discutir como o programa de *voucher-creche* ameaça o sistema público de ensino brasileiro para a primeira infância. Destacamos que as transformações econômica-políticas ocorridas na sociedade e no âmbito do Estado brasileiro mostram a pertinência desse estudo, em especial, devido as medidas legislativas, que retiram os direitos sociais da classe trabalhadora, revelando mutações no sistema capitalista e recrudescimento das práticas neoliberais.

Assim, justificamos essa pesquisa a partir da tarefa educativa do Estado neoliberal, de educar desde a primeira infância para aflorar as potencialidades como empreendedorismo, competitividade e individualismo, a fim de manter o controle sobre o processo de financeirização da economia.

Metodologia

A metodologia de pesquisa visa a tentativa de captar a essência mutável do concreto real, compreendendo as articulações entre forma e elementos da natureza. A natureza dessa pesquisa é o método materialista histórico, em que a unidade polar e a interpenetração dos contrários estão conectadas por laços necessários e recíprocos (MARCONI; LAKATOS, 2003). A técnica de pesquisa utilizada para a obtenção dos resultados é caracterizada pela pesquisa documental em que nossa fonte se delineou na coleta de documentos (Emenda Constitucional n.º 108/2020 e a PEC n.º 15/2015) e revisão bibliográfica que abrange autores que buscam chamar a atenção para a análise das políticas educacionais e privatização da educação pública a partir dos anos de 1990.

Discussão dos Resultados

Na atual conjuntura econômico-política brasileira, em que o congelamento dos investimentos na educação por 20 anos consubstanciada pela PEC n.º 241/2016 promove o enfraquecimento do pacto social e o aprofundamento das desigualdades socioeconômicas, reverbera a discussão sobre *vouchers-creche* e outras propostas de descentralização, manutenção e financiamento da Educação Pública brasileira. Partindo do concreto real, a realidade da educação básica é um produto umbilicalmente cumulativo

e repleto de múltiplas determinações, compreendemos que o *voucher-creche* procede do avanço dos organismos dominantes que transformam o Estado em agente privilegiado do mercado.

Assim, o programa *voucher-creche* é a expansão da política de privatização educacional “[...] é a obtenção de lucros, que por sua vez se baseia na **capitalização** de instituições e serviços educacionais; educação **tornando-se capital**” (RIKOWSKI, 2017, p. 401, grifos do autor). O *voucher-creche* para a primeira infância publicizada pelos neoliberais, justifica-se com o intuito de melhorar a qualidade da Educação Infantil brasileira ao aumentar a oferta de vagas em instituições privadas, sem a necessidade de aumentar as despesas do setor público. No entanto, o *voucher-creche* torna-se uma nova estratégia de conformação social que é acionada para “[...] assegurar a massificação da nova identidade política do padrão neoliberal de sociabilidade” (MARTINS, 2009, p. 55).

Esse modelo de desenvolvimento econômico transforma o papel do Estado e torna-o substancial para assegurar o funcionamento do mercado-privado, especialmente, “[...] para a acumulação do capital por parte dos grandes banqueiros e empresários que fazem do **assalto** ao fundo público, arrecadado pelo Estado, via impostos, contribuições e taxas, uma de suas mais cuidadas e eficazes estratégias para obter lucro” (CARVALHO, 2020, p. 10, grifo nosso).

A prevalência da mercantilização da educação aprofunda as contradições sociais e promove um novo padrão de competitividade entre os sistemas educativos para a primeira infância, isso porque há o aumento de exigências de qualificação e formação de um novo contingente de operários, além das exigências do “[...] capital financeiro para garantir formas mais seguras de maximização do lucro” (MARTINS, 2009, p. 59).

Considerações

Em suma, o *voucher-creche* torna-se instrumento para construir um novo modelo socioeconômico e imprimir profundas mudanças na organização do sistema educacional brasileiro. Observamos que a atuação coordenada e articulada entre entes governamentais e empresariais inauguram uma nova maneira de agir e viabilizam um projeto hegemônico dos aparelhos privados da e na Educação Pública para a primeira infância brasileira.

Referências

CARVALHO, E. J. G. de. **Democratização e privatização: uma relação possível na gestão da educação pública?** – Prefácio Valdemar Sguissardi. Maringá: Eduem, 2020.

HÖFLING, Eloisa de Mattos. Estados e políticas (públicas) sociais. **Caderno Cedes**, ano XXI, n. 55, novembro, 2001.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINS, A. S. **A direita para o social**: a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo. Juiz de Fora; UFJF, 2009.

RIKOWSKI, G. Privatização em educação e formas de mercadoria. **Revista Retratos da Escola**, Brasília, DF, v. 11, n. 21, p. 393-413, 2017.

EIXO 2- PRIVATIZAÇÃO DA GESTÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

PROCESSOS DE PRIVATIZAÇÃO LATO SENSU DA EDUCAÇÃO

PROCESOS DE PRIVATIZACIÓN LATO SENSU DE LA EDUCACIÓN

Autor: Henrique Eduardo de Andrade Teixeira
UNESP/FFC
henriqueducardo9@gmail.com

Co autora: Dominyque Domingos de Oliveira
UNESP/FFC
dominyque.ddd@gmail.com

Palavras-chave: Educação; Privatização; Lato Sensu.

Palabras clave: Educación; Privatización; Lato Sensu.

Introdução

Lima (2018), diferencia a privatização da educação pública em dois conceitos: o *stricto sensu* e o *lato sensu*. O *stricto sensu* se refere ao favorecimento da criação de escolas privadas entre outros aspectos.

A privatização da educação a partir do conceito de privatização da educação *lato sensu*, se refere a processos complexos de gestão que misturam o público e o privado nos setores jurídicos e administrativos e que incorporam mecanismo complexos de fomento

de escolas privadas e, especialmente, que abarca múltiplos processos de privatização da educação pública brasileira (LIMA, 2018).

A privatização ocorre em várias camadas, passando pela privatização da oferta, da gestão e do currículo escolar. Tais processos têm crescido no Brasil após os anos 90, devido aos avanços de políticas neoliberais, muitas vezes vinculadas a pautas conservadoras da direita e/ou da extrema direita.

A investigação do conceito de privatização *latu sensu* no cenário educacional brasileiro busca compreender essa questão, o objetivo do estudo é identificar as características do processo de privatização *latu sensu* na gestão das escolas públicas.

Metodologia

Pesquisa bibliográfica de abordagem qualitativa, acerca do tema “Privatização da Educação” a partir dos seguintes textos: Lima (2018), Adrião (2018) e (PERONI, 2018).

Discussão dos resultados

A privatização de processos da educação pública, além de remover do Estado a sua função de responsável pelo desenvolvimento educacional, também contribui para a diminuição da qualidade da educação, a partir da nova configuração geopolítica que se iniciou após 1990, e a ascensão dos EUA ao topo da hierarquia econômica, uma nova metodologia de reformas sociais foi aprofundada: as reformas neoliberais.

A privatização ganhou uma nova roupagem: não somente foram fomentadas as escolas privadas e seus conteúdos e métodos, mas foi gerada uma necessidade de aplicação desses conteúdos e métodos nas escolas públicas brasileiras, segundo Wolf e Oliveira (2016) o neoliberalismo é um regime de oposição aos Estados de Bem-Estar Social. No Brasil, o neoliberalismo é alastrado com Fernando Collor de Mello e é aprofundado nos anos 90 com Fernando Henrique Cardoso (MACHADO, 2006).

A privatização de processos da educação pública é chamada pelos estudiosos do tema de privatização *latu sensu* que pode ser definida enquanto:

[...] Processos de criação de estatutos organizacionais fluidos e de regimes jurídicos híbridos, combinando direito público e direito privado, administração pública e gestão empresarial. (LIMA, 2018, p. 130).

A ampliação da privatização *latu sensu* na educação repousa na lógica empresarial clássica, que se coloca como superior a qualquer tipo de serviço estatal, sob a roupagem

de uma “nova gestão pública”, a lógica empresarial se insere na educação através do discurso do empreendedorismo, suposto responsável pelo combate à burocracia estatal.

Uma das principais justificativas que sustentam a privatização da educação, sobretudo a privatização lato sensu, seria a de que o Estado gasta mais do que arrecada, favorecendo um cenário de crise fiscal (PERONI, 2018, p. 216). O contexto de privatização dos serviços públicos neoliberal culpa os Estados de Bem-Estar Social pela crise que, na verdade, é inerente aos sistemas capitalistas, especialmente de cunhos neoliberais.

Dada a eficiência industrial de tais teorias de gestão, seus seguidores buscam justificá-las e apresentá-las como imprescindíveis. A partir disso, a privatização lato sensu têm se mostrado como um novo tipo de teoria de gestão ou gerencialismo, que configura uma nova evolução institucional dos grandes capitalistas, que encontraram nesse serviço público uma nova maneira de aumentarem suas concentrações de poder econômico, político e cultural.

Conclusão

A privatização lato sensu é todo um conjunto político-empresarial educacional, que visa, em primeiro lugar, a obtenção de lucros. A educação nesse contexto se volta para os ideais da elite, sobretudo a partir da ampliação de ideias meritocráticas (isto é, a competição supostamente selecionaria as pessoas com melhor desempenho e inteligência) (LIMA, 2018; PERONI, 2018).

Os processos de privatização da educação pública brasileira vêm indicando que o estado está se desresponsabilizando pelo desenvolvimento educacional, e contribuindo para a diminuição da qualidade da educação.

Apresentamos, segundo Lima (2018), que os modos de privatização lato sensu, são caracterizados como privatizações dos processos da educação pública.

Um dos responsáveis pela privatização da educação é o Terceiro Setor, com presença em diversos níveis da oferta educacional. Da Educação Infantil até ensino de jovens e adultos (EJA), passando pelo Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC) que busca vincular o ensino médio e profissional.

Para educação especial, se destaca uma maior ausência do Estado, que ao longo dos anos se ancorou na oferta desse ensino por meio de instituições privadas, como a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e Pestalozzi.

Peroni (2018) destaca duas principais entidades privadas que fazem parcerias com escolas públicas de todo o Brasil: o Instituto Ayrton Senna (IAS), e o Instituto Unibanco (IU). Parcerias público-privadas que tem ganhado espaço no ensino público brasileiro, passam a controlar o ambiente escolar de maneira ampla, baseado nas ideias de meritocracia e de competitividade. Além disso, os grupos de think tanks se notabilizam por um amplo ativismo político de pautas neoconservadoras que, surgem em conjunto com o neoliberalismo e propostas de privatização da escola pública.

Referências

LIMA, L. C. Privatização lato sensu e impregnação empresarial na gestão da educação pública. Currículo sem Fronteiras, v. 18, n. 1, p. 129-144, jan./abr. 2018.

PERONI, V. M. V. Múltiplas formas de materialização do privado na educação básica públicano brasil: Sujeitos e conteúdo da proposta. Currículo sem Fronteiras, 2018. 18. 212-238.

ADRIÃO, T. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização apartir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. Currículo sem Fronteiras, v.18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018.

CONTRATOS DE SISTEMAS PRIVADOS DE GESTÃO E OS IMPACTOS DO PROJETO AVIVA ESCOLA NO IDEB DE CÁCERES-MT

LOS CONTRATOS DEL SISTEMA DE GESTIÓN PRIVADA Y LOS IMPACTOS DEL PROYECTO AVIVA ESCOLA EN IDEB DE CÁCERES-MT

Tiago dos Santos Rodrigues
Universidade do estado de Mato Grosso- UNEMAT
tiago.rodrigues@unemat.br

Marilda de Oliveira Costa
Universidade do estado de Mato Grosso- UNEMAT
marildacosta532@gmail.com

Palavras-chave: IDEB, privatização, gestão.

Palabras clave: IDEB, privatización, gestión.

Introdução

Este trabalho parte de uma pesquisa em andamento e tem por objetivo apontar os impactos que o Projeto Aviva Escola, implementado pela Secretaria Municipal de Educação (SME) de Cáceres-MT em parceria com a Falconi Sistemas, causou no Ideb do município. Em 2018 a Secretaria Municipal de Educação de Cáceres firmou o contrato **Nº 192/2018–PGM**, com a Falconi Sistemas e materializou o projeto Aviva Escola de gestão gerencial na SME no ano de 2019. Inspirado nos serviços prestados pela Falconi ao município de Sobral-CE e nos resultados do Ideb no referido município, o Prefeito de Cáceres, Francis Maris Cruz, contratou os mesmos serviços com a mesma finalidade, ou seja, elevar o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) do município, através de metas e ações que foram estabelecidas para serem seguidas pela gestão escolar, juntamente com os professores.

No contexto neoliberal, a educação brasileira vem passando por ataques constantes materializados nas contrarreformas (BORÓN, 2006) as quais tem servido para sucatear a educação pública e, sob o argumento da busca da qualidade da educação, inserindo cada vez mais a lógica do privado, proveniente do mercado, no setor público. Ball; Youdell (2007), Ball (2014) apontam para três principais tipos de privatização: as chamadas endógenas, exógenas e a governança corporativa ou privatização da política.

A implementação desse tipo de projeto de gestão está no grupo das privatizações exógenas, tal como também a define Adrião (2018, p. 18) segundo a autora “trata-se da delegação pela esfera pública, dos processos relativos às tomadas de decisão sobre os fins da educação e os processos necessários ao seu atendimento”. Sendo assim, o texto trata a privatização da gestão escolar municipal através de uma parceria com uma empresa que vende consultorias.

Metodologia

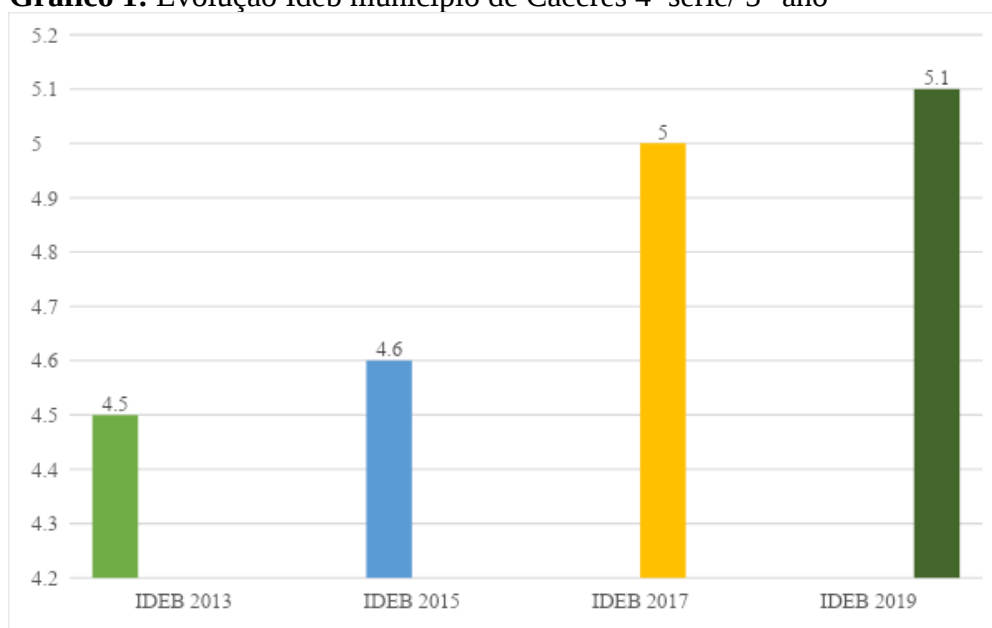
O referido texto consta de análise documental sobre os modelos de gestão da Falconi Sistemas, juntamente com o projeto macro elaborado para aplicação nas escolas que foram selecionadas para participarem da execução. Fez-se um levantamento da evolução do Ideb do município de Cáceres-MT, entre 2013 e 2019 para elaborar um quadro comparativo dos resultados obtidos antes e após a implementação do Aviva Escola. Os gráficos elaborados a partir dos dados do Ideb serviram para apontar essa

evolução nos índices que medem a qualidade da educação. A análise deu-se à luz do referencial selecionado e que compõe o corpus teórico deste texto.

Resultados e discussões

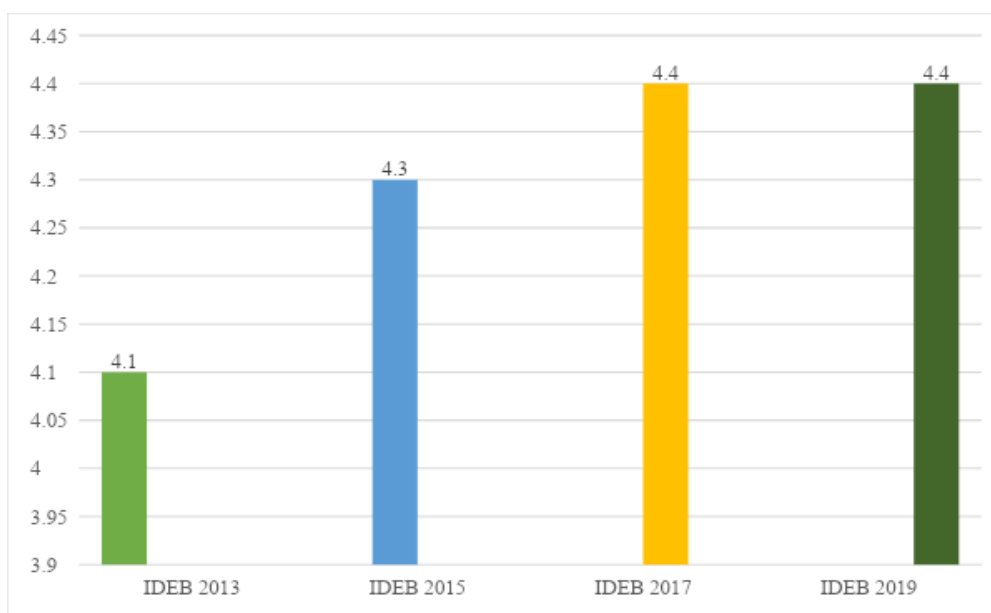
O projeto Aviva Escola foi implantado em 24 escolas de ensino fundamental da rede municipal de ensino, com duração de um ano. Contou com seleção de uma equipe local para acompanhar a materialização do projeto. A materialização dos serviços da Falconi na rede pública de ensino pode ser analisada sob diversos enfoques por tratar-se de um projeto que envolve a gestão escolar, o trabalho docente, recursos financeiros (somente à Falconi foram repassados R\$ 700.000,00 - Setecentos mil reais -, sem contar o remanejamento de pessoal), dentre outros, porém neste espaço de escrito apresentaremos os resultados do Ideb já que a principal finalidade da contratação desses serviços foi a elevação dos índices educacionais. Observou-se que no ano de 2019 foram trabalhos conteúdos com metas estabelecidas. Em 2020 o resultado do Ideb foi divulgado ficando da seguinte maneira:

Gráfico 1: Evolução Ideb município de Cáceres 4ª série/ 5º ano



Fonte: os autores com base em dados do Inep.

Gráfico 2- Evolução Ideb município de Cáceres 8ª série/ 9º ano.



Fonte: os autores com base em dados do Inep.

Percebe-se que o Ideb do município para as turmas de 5º ano, não teve aumento significativo, pois como é possível ver no Gráfico número 1, o aumento foi de apenas 1 décimo, e, no Ideb do 8º ano o resultado se manteve inalterado, ou seja, o município investiu mais de setecentos mil reais na compra de uma consultoria que não gerou resultados positivos, mostrando que o discurso da qualidade do setor privado é falacioso e tendencioso.

Conclusão

Como explica Costa (2011, p. 72) sobre as ações do setor privado, “assim, materializa-se a intervenção do privado no público. A ideia principal é a de ineficácia do Estado, tanto do ponto de vista técnico e político, para o delineamento de diretrizes filosófico-políticas da educação, quanto da perspectiva de sua gestão”. Os resultados do Ideb apontaram o contrário, reforçando que se trata de uma falácia.

Referências

ADRIÃO, T. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018.

BALL, S.; YODELL, D. **Privatización encubierta en la educación pública, Internacional de la Educación**. Bruselas, 2007. Disponível em: <http://www.joanmayans.com/privatizacion_encubierta_de_la_educacion_publica.pdf>.

BALL, S. Educação Global S.A. **Novas redes políticas e o imaginário neoliberal**. 23 ed. Ponta Grossa-PR: UEPG, 2014.

COSTA, Marilda de Oliveira. **Concepções de gestão nos programas do Instituto Ayrton Senna no contexto de alterações no papel do Estado e da sociedade civil.** Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Educação, Programa de Pós- Graduação em Educação, Porto Alegre, BR-RS, 2011.

CROSO, C.; MAGALHÃES, G. N. Privatização da educação na América Latina e no Caribe: tendências e riscos para os sistemas públicos de ensino. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 37, n. 134, p.17-33, jan/mar., 2016.

O SETOR PRIVADO NA EDUCAÇÃO BÁSICA EM MUNICÍPIOS MATO-GROSSENSES

EL SECTOR PRIVADO EN LA EDUCACIÓN BÁSICA EN LOS MUNICIPIOS DE MATO GROSSENSE

MACHADO, Tissiana Carla de Almeida Gomes
Universidade Federal de Rondonópolis/UFR
tissyalmeida@gmail.com

COSSETIN, Márcia
Universidade Federal de Rondonópolis/UFR
marciacossetin@yahoo.com.br

Palavras-chave: Educação. Privatização. Municípios Mato-grossenses.

Palabras clave: Educación. Privatización. Municipios de Mato Grossense.

Introdução

A pesquisa tem o objetivo de identificar a intervenção de agentes privados em municípios mato-grossenses - Barra do Garças, Cáceres, Cuiabá, Rondonópolis, Sinop e Várzea Grande - nas primeiras etapas da Educação Básica (Educação Infantil e Ensino Fundamental). É vinculada ao projeto de pesquisa intitulado de “Mapeamento das ações adotadas por municípios mato-grossenses para educação básica pública frente à Lei De Responsabilidade Fiscal (2005-2020)” que investiga, entre outros elementos, a atuação do setor privado no estado de Mato Grosso e recebeu bolsa de Iniciação Científica da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Mato Grosso.

Realizamos pesquisa documental e coletamos dados para avariar os programas, projetos e as parcerias das instituições privadas para a Educação Básica pública nos municípios pesquisados, realizamos buscas nos sites oficiais das Secretarias Municipais

de Educação e, ainda, na plataforma digital *Google*. Utilizamos os descritores: programas, projetos, ações, convênios, contratos, pacto, e parceria, delimitando-se até a décima página do *Google*, junto aos descritores colocamos ano, isto é, os períodos - 2000 a 2019.

A privatização da educação em municípios mato-grossenses

O direito à Educação Básica pública está imbricado no contexto das políticas sociais e é um direito social previsto na Constituição Federal de 1988. Essa previsão do direito social à Educação só foi possível a partir de lutas empreendidas em diversos momentos da história nacional, para então figurar no texto da Constituição Federal de 1988 como um direito social, conforme artigo 6º.

Todavia, no contexto de previsão Constitucional do direito à Educação ao final dos anos de 1980, há, especialmente no início dos anos de 1990, a inserção de novos atores na definição e na execução de políticas sociais, inclusive, políticas públicas educacionais, assim, entra em cena a transferência dos serviços para o setor privado, a descentralização para o setor não-estatal na execução de serviços que continuam subsidiados pelo Estado (COSSETIN, 2017).

Adrião (2018) salienta que é possível existirem lucros com esse compromisso firmado entre Estado e setor privado e nisso, estão os processos em que a educação básica pública, gerida e financiada pelo Poder Público, subordina-se ao setor privado lucrativo, além disso a autora aponta que a privatização no âmbito educacional pode ocorrer nas dimensões: oferta, gestão e currículo.

A partir desses pressupostos, apresentaremos os atores privados que atuam nos municípios, o nome dos programas e projetos, o público-alvo e etapa em que incidiram em municípios mato-grossenses.

Quadro 1: Os atores privados encontrados nos municípios mato-grossenses

Município	Ator privado	Projeto/Programa	Público-Alvo	Tipo e Etapa
Barra do Garças	Fundação Cesgranrio	Eterno Aprendiz	Professores Língua Portuguesa e Matemática	Formação Continuada
Cáceres	Instituto Cometa	Cometa Educação	Estudantes	EJA
Cáceres	Instituto Cometa	Cometa Redação	Estudantes da rede municipal, estadual e privada.	Ensino fundamental e médio
Cáceres	Instituto Ayrton Senna	Escola Campeã	Informação não disponível	Informação não disponível
Cáceres	Instituto Ayrton Senna	Gestão Nota 10	Gestão	Formação Continuada
Cáceres	Fundação Cesgranrio	Eterno Aprendiz	Professores Língua Portuguesa e Matemática	Formação Continuada
Cuiabá	Fundação Cesgranrio	Eterno Aprendiz	Professores Língua Portuguesa e Matemática	Formação Continuada
Rondonópolis	Instituto Mosaic	Mosaic Educa	Estudantes e Professores	Ensino Fundamental Formação Continuada
Rondonópolis	Fundação Cesgranrio	Eterno Aprendiz	Professores Língua Portuguesa e Matemática	Formação Continuada
Sinop	Fundação Cargill	Fura Bolo	Alunos 1º a 4º série; professores	Ensino Fundamental
Sinop	Fundação Cargill	Grão em Grão	Alunos 1º a 4º série; professores e Merendeiras	Ensino Fundamental e Formação continuada
Sinop	Fundação Cesgranrio	Eterno Aprendiz	Professores Língua Portuguesa e Matemática	Formação Continuada
Várzea Grande	Prefeitura e Senac	Programa Senac Gratuidade (PSG)	Zeladores, merendeiras e vigias das escolas municipais	Formação continuada

Fonte: Elaboração das pesquisadoras, 2020.

Foi possível identificar seis atores privados que atuam ou atuaram na interligação entre público e privado nos municípios, sendo eles: Instituto Cometa, Instituto Ayrton Senna, Fundação Cesgranrio, Instituto Mosaic, Fundação Cargill e Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC.

Desses atores privados e segundo o que Adrião (2018) apresenta sobre as formas e dimensões em que a privatização da Educação tem ocorrido, pudemos delimitar o ator privado, o número de municípios em que atuou e a dimensão, conforme apresentamos a seguir:

Quadro 2: Ator privado, capilaridade e dimensão

Ator Privado	Capilaridade (quantidade de municípios)	Dimensão
Fundação Cesgranrio	5	Currículo
Instituto Ayrton Senna	1	Gestão/Currículo
Instituto Cometa	1	Oferta/Gestão/Currículo
Instituto Mosaic	1	Gestão/Currículo
Fundação Cargill	1	Gestão/Currículo
SENAC	1	Gestão/Currículo

Fonte: Elaboração das pesquisadoras, 2020.

Observamos que a Fundação Cesgranrio teve maior capilaridade, presente em cinco dos seis municípios (Barra do Garças, Cáceres, Rondonópolis, Cuiabá, Sinop) com um mesmo programa, Eterno Aprendiz.

A partir dos dados coletados podemos apreender que há atuação de atores privados em todas as dimensões aventadas por Adrião (2018). Disto podemos depreender a influência que pode estar exercendo na constituição da Educação pública.

Considerações finais

Com o objetivo de identificar a intervenção de atores privados em municípios mato-grossenses, identificamos: nome do programa/projeto, o ator privado, o público-alvo e a etapa de escolaridade, como demonstrado no quadro. Houve dificuldades para mapear os atores privados nos municípios Mato-grossenses, no período delimitado de 2000 a 2019 nos sites oficiais da Secretaria Municipais de Educação, prefeituras municipais e nas dez páginas da plataforma *Google*. Isso nos traz um alerta, pois as parcerias firmadas com recursos públicos não são de fácil acesso.

Apreendemos a interligação entre o público e privado nos municípios mato-grossenses e pudemos inferir que os chamados “parceiros”, que indicam a interligação entre o público e o privado, a privatização, estão em todos os seis municípios abarcados por nossa pesquisa e, ainda, de modo geral, há a incidência em todas as dimensões de privatização. Explicitam-se estratégias utilizadas pelos municípios podem significar a abertura para atuação privada no âmbito da Educação Básica Pública.

Consideramos a necessidade de darmos continuidade à pesquisa, aprofundando-a e buscando compreender as consequências desses processos de privatização que podem fragilizar e precarizar a Educação como direito social.

Referências

ADRIÃO, Theresa. **Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil:** caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. Currículo sem Fronteiras, v. 18, n. 1, jan.-abr., 2018. p. 8-28.

COMETA. **Resultado dos ganhadores do 15º cometa redação-2019.** Out. 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/tiago/Downloads/Resultado%20dos%20Ganhadores%20do%2015%C2%BA%20COMETA%20REDA%C3%87%C3%83O%20-%202019.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2020.

COSSETIN, Márcia. **As políticas educacionais no Brasil e o Movimento Todos pela Educação:** parcerias público-privadas e as intencionalidades para a Educação Infantil.

337 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017.

Fundação Cargill comemora aniversário de seus programas. **O Gife**. set. 2009. Disponível em: <https://gife.org.br/fundacao-cargill-comemora-aniversario-de-seus-programas/?lang=em>. Acesso em: 28 ago. 2020.

Prefeitura e fundação firmam parceria para novo projeto educacional em Sinop. **Só Notícias**. Sinop, nov. 2005. Disponível em: <https://www.sonoticias.com.br/educacao/prefeitura-e-fundacao-firmam-parceria-para-novo-projeto-educacional-em-sinop/>. Acesso em: 22 jul. 2020.

Mosaic é apresentado aos profissionais da rede pública de ensino de Rondonópolis. **Agora Mato Grosso**. Rondonópolis-MT, set. 2017. Disponível em: <https://www.agoramt.com.br/2017/09/projeto-mosaic-e-apresentado-aos-profissionais-da-rede-publica-de-ensino-de-rondonopolis/>. Acesso em: 24 ago. 2020.

Eterno aprendiz qualificará mais de 6 mil professores. **Secom/MT**. Cuiabá, jul. 2006. Disponível em: <http://www5.sefaz.mt.gov.br/-/terceira-etapa-do-eterno-aprendiz-qualificara-mais-de-6-mil-professores>. Acesso em: 22 jul. 2020.

OLIVEIRA, Romualdo Portela de. O direito à educação. In: OLIVEIRA, Romualdo Portela de; ADRIÃO, Theresa (orgs.). **Gestão, financiamento e direito à educação: análise da Constituição Federal e da LDB**. 3. ed. São Paulo: Xamã, 2007. p. 15 – 41.

GESTÃO ESCOLAR NA REDE PAULISTANA DE ENSINO E A ENTRADA DE AGENTES EXTERNOS NA FORMAÇÃO CONTINUADA DOCENTE

GESTIÓN ESCOLAR EN LA RED DE ENSEÑANZA PAULISTÁN E INGRESO DE AGENTES EXTERNOS EN LA FORMACIÓN CONTINUA DE PROFESORES

Renata Livia Soares Perini
renatalivia@hotmail.com

Palavras Chave: Gestão escolar; Formação continuada; Educação Básica

Palabras Clave: Gestión escolar; Educación continua; Educación básica

Introdução

O presente relato de experiência versa sobre a gestão escolar no âmbito das unidades educacionais em escolas públicas no município de São Paulo e procura discutir

em qual medida a ação de agentes externos nas escolas provenientes de parcerias, contratações ou conveniamentos de entidades privadas com a administração pública, convergem ou não com as atribuições e o fazer diário dos gestores escolares, em especial no que se refere às ações de formação continuada docente.

Compreendemos a gestão escolar à luz das discussões realizadas por Lück (2006) e Paro (2015), destacando as aproximações entre os autores: a gestão escolar deve ter por princípio o compartilhamento das responsabilidades na perspectiva da democracia (LÜCK, 2006), e se configura como uma mediação do uso racional de recursos para a busca de fins educacionais (PARO, 2015). Na Rede Municipal de Ensino de São Paulo (RME-SP), a equipe gestora das unidades educacionais é composta pelo diretor de escola, o assistente de diretor e o coordenador pedagógico. Suas atribuições vão desde questões práticas referentes ao funcionamento da escola até o acompanhamento do trabalho pedagógico, avaliações, projetos, etc.

Assim constituídas, veem-se diante de múltiplos desafios, dentre os quais está a formação continuada da equipe docente, pauta cada vez mais latente nos debates sobre educação. Na RME-SP, o Projeto Especial de Ação - PEA (SÃO PAULO, 2020) é o espaço institucionalizado para tanto. As escolas elencam suas necessidades formativas em consonância com as diretrizes da rede, e então realizam estudos, pesquisas, propõem ações, avaliam e reorientam suas práticas visando o alcance dos objetivos propostos. Esse modelo de formação se aproxima do que Imbernón (2010; 2011) aponta como adequado ao trabalho educacional, pois parte da busca por soluções às situações problemáticas enfrentadas pela escola, reforçando a natureza colegiada dessa formação, em oposição a propostas que lidam com problemas genéricos.

Observa-se ao longo dos anos um movimento de entrada de instituições do setor privado ou de organizações da sociedade civil nos diversos segmentos da educação pública paulistana, como o conveniamento para atendimento de bebês e crianças nos Centros de Educação Infantil, a terceirização de serviços de cozinha, limpeza e vigilância, empresas para realizações de avaliações externas. Destacamos para esse relato a entrada de agentes externos para a realização de ações formativas em escolas da rede ocorridas no ano de 2019, a exemplo da *Falconi Educação* em escolas prioritárias de Ensino Fundamental com ações de formação docente nos horários coletivos com o objetivo de melhoria do ensino e, conseqüentemente, dos índices demonstrados em avaliações, e da *Fundação Maria Cecília Souto Vidigal* nas unidades de Educação Infantil, com ações de avaliação com base em uma metodologia internacional pautada na observação das aulas

- mesmo se tratando de ação avaliativa, ela se configura como potente instrumento formativo. Tais ações (avaliação, formação, acompanhamento) são passíveis de serem realizadas pelas equipes gestoras das unidades educacionais em parceria com os docentes e em diálogo com a proposta curricular da rede e constam, inclusive, de suas atribuições enquanto gestores escolares (SÃO PAULO, 2013).

Em 2020 houve a suspensão dos Projetos Especiais de Ação na rede em decorrência da pandemia do novo Coronavírus, que interrompeu o atendimento/aulas presenciais nas escolas. Em 2021, quando se aventa a possibilidade de retorno às aulas presenciais na rede, a SME determina, entre outras coisas, a manutenção da suspensão do PEA (SÃO PAULO, 2021), ao mesmo tempo em que publica, já no dia seguinte, o edital SME nº 01 de 29 de janeiro de 2021, para habilitação de cursos e eventos formativos e composição da rede de parcerias do sistema de formação de educadores da rede municipal de ensino de São Paulo.

Aspectos Metodológicos

O relato apresentado é de natureza qualitativa (ALONSO, 2016; LÜDKE, ANDRÉ, 1986) e partiu de levantamento bibliográfico e documental. No levantamento bibliográfico, buscou-se autores que discutem os temas *gestão escolar* e *formação continuada*, aproveitando suas contribuições para a reflexão a que esse relato se propõe e identificando as teorias subjacentes. Já a coleta de dados foi realizada por meio de documentos oficiais da rede (orientações, propostas curriculares, leis, decretos, portarias, instruções normativas).

Conclusão

A discussão apresentada revela que há um movimento de inserção de agentes externos às escolas para o desenvolvimento de atividades de formação continuada que, a princípio, fazem parte das atribuições dos próprios servidores da rede, em especial, dos gestores escolares. O cenário leva a questionar o motivo dessas intervenções institucionais no trabalho dos gestores e professores dentro das escolas. Elas colocam em xeque a capacidade da escola desenvolver seu trabalho com autonomia e garantia de qualidade, e o próprio papel dos gestores escolares. Tais inserções são incipientes e seus efeitos carecem de investigação, porém, questiona-se em que medida o trabalho que

desenvolvem poderia ou deveria ser realizado pelas equipes gestoras das unidades em parceria com a equipe docente.

Referências

ALONSO, A. **Métodos qualitativos de pesquisa: uma introdução**. In: Abdal, A. et al. Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo. São Paulo: Sesc/Cebrap, 2016.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação Continuada de Professores**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

_____. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LÜCK, Heloísa. **Gestão Educacional: uma questão paradigmática**. Série: Cadernos de Gestão. Vol. I. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em Educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986

PARO, Vitor Henrique. **Diretor de Escola: Educador ou Gerente?** São Paulo: Cortez, 2015.

SÃO PAULO. Decreto nº 54.453, de 10 de outubro de 2013. **Fixa as atribuições dos Profissionais de Educação que integram as equipes escolares das unidades educacionais da Rede Municipal de Ensino**. São Paulo: SME, 2013.

_____. Secretaria Municipal de Educação. Instrução Normativa SME nº 02 de 24 de janeiro de 2020. **Reorganiza o Projeto Especial de Ação – PEA elaborado pelas unidades educacionais da rede municipal de ensino e dá outras providências**. São Paulo: SME, 2020.

_____. Secretaria Municipal de Educação. Instrução Normativa SME nº 01 de 28 de janeiro de 2021. **Estabelece procedimentos para a organização das unidades educacionais da rede municipal de ensino por ocasião do início do ano letivo e retorno dos estudantes às atividades presenciais**. São Paulo: SME, 2021.

REFORMAS EDUCACIONAIS EM SÃO PAULO: DA GESTÃO DEMOCRÁTICA AO LÍDER GERENCIAL

REFORMAS EDUCATIVAS EN SÃO PAULO: DE LA GESTIÓN DEMOCRÁTICA HASTA EL LÍDER GERENCIAL

Luís Renato Silva Maldonado

Universidade Federal de São Paulo - Unifesp
Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas
Programa de Pós-Graduação em Educação
lrsmaldonado@unifesp.br

Palavras-chave: Reforma educacional; gerencialismo; gestão escolar.

Palabras clave: Reforma educacional; gerencialismo; gestión escolar.

Introdução

Esta pesquisa, que teve início em março de 2020, analisa o processo de reelaboração da concepção de gestão escolar, sobretudo no que se refere à direção de escola, por meio das reformas educacionais realizadas entre os anos de 2007 e 2020 pela Secretaria de Estado da Educação de São Paulo (Seduc). Essas reformas, compreendidas no âmbito dos programas São Paulo faz Escola (SPFE) e o Programa Educação Compromisso de São Paulo (PECSP) e pautadas pelo princípio da Nova Gestão Pública (NGP), introduziram e fortaleceram a ação de dispositivos oriundos do gerencialismo para reformar o sistema escolar.

Como objetivo geral, visamos compreender a percepção de diretores (as) acerca das recentes reformas na educação paulista com o intuito de identificar as mudanças em sua prática, sobretudo no que se refere à paradoxal relação entre autonomia, gestão democrática e as finalidades da escola pública num contexto de permeabilidade às lógicas privatizantes, bem como compreender as mudanças produzidas em sua subjetividade.

Nossa hipótese é a de que as reformas perpetradas pelos dois programas objetivaram instalar uma nova governabilidade na qual a gestão escolar articula medidas gerencialistas da Seduc, intensificando mecanismos de controle, sobretudo no que se refere à efetivação do currículo paulista. Essas reformas, apesar de sua longa temporalidade e suas especificidades, apresentam uma lógica de fortalecimento de órgãos centrais em relação às decisões estratégicas, em detrimento da autonomia das unidades escolares e seus gestores, num esvaziamento dos espaços decisórios.

A pesquisa, assim, se justifica pela necessidade de melhor delinear os caminhos da mudança educacional em São Paulo, mas com fortes reflexos no país, em um contexto de avanço das práticas da NGP e de crise do mundo do trabalho (ANTUNES, 1995). Nesse sentido, a pesquisa em gestão escolar é um espaço privilegiado de encontro entre o Estado, suas políticas e a sociedade civil na escola (KRAWCZYK, 1999).

Metodologia

Para análise da relação entre Estado, sociedade civil e políticas públicas, a teoria gramsciana do Estado integral nos parece de suma importância uma vez que o conceito destaca que apesar das diferentes formas de coerção de que as políticas educacionais fazem uso, dificilmente se convertem em práticas sem algum grau de consenso entre os sujeitos sociais, sobretudo no que chamamos de chão de escola.

No que se refere à coleta de material, os procedimentos foram organizados sob dois aspectos distintos e complementares. Primeiramente, a pesquisa bibliográfica constituída de resoluções, leis, orientações e outros materiais da Seduc e de seus parceiros, a qual nos forneceu pistas acerca do processo de elaboração das políticas públicas, a reconfiguração da gestão escolar, bem como da conjuntura política, econômica, social e cultural de sua produção (CELLARD, 2008). O segundo procedimento, com início previsto para o segundo semestre de 2021, será pautado em entrevistas semiestruturadas, cujo objetivo é o ingresso à subjetividade dos gestores pesquisados, de modo a encaminhar o diálogo e favorecer o surgimento das representações sociais do cotidiano vivenciado.

Resultados e conclusão

Apesar do caminho apenas iniciado, algumas conclusões já puderam ser feitas: a bibliografia indica que as reformas gerencialistas têm promovido a intensificação do trabalho, um aumento nas responsabilidades do diretor no que se refere às demandas institucionais, bem como mudanças no processo de provimento do cargo, o qual transita de meios mais democráticos (eleição, concurso público) para menos democráticos (designação, indicação), não apenas em São Paulo, mas em outros estados brasileiros e em várias capitais do mundo. São características desse processo a responsabilização por resultados, menor autonomia e controle sobre a escola e, em contrapartida, maior controle externo sobre o trabalho, a ampliação do escopo de suas atividades e, conseqüentemente, maiores desgastes e insatisfação por parte desses trabalhadores da educação. (DRABACH, 2018), (LIMA, 2013).

Por fim, estudos apontam para um processo de perda da autonomia da escola vinculada à conformação de um novo perfil de direção sob a influência dos princípios da NGP. Destacamos que a perda da autonomia da gestão escolar, emparedada entre o que Licínio Lima chama de hiperburocratização da administração educacional e o discurso de

gestão democrática da Seduc, o qual centraliza decisões fundamentais e as distancia do corpo gestor da escola, aprofunda a separação entre concepção e execução.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo: Cortez, 1995.

CELLARD, André. A pesquisa qualitativa: Enfoques epistemológicos e metodológicos. 3.ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

DRABACH, Nadia Pedrotti. "**Processos de provimento, exigências e atribuições para os dirigentes escolares em contextos de reformas gerencialistas**". Tese de doutorado. - Faculdade de Educação (UNICAMP) Campinas, 2018.

KRAWCZYK, N. A gestão escolar: um campo minado... Análise das propostas de 11 municípios brasileiros. **Revista Educação & Sociedade**, Campinas, ano 20, n. 67, p. 112-149, ago. 1999. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v20n67/v20n67a04.pdf>>. Acesso em: 27 jan. 2021.

LIMA, Licínio. **Elementos da hiperburocratização da administração educacional**. São Paulo: Editora Xamã, 2012.

PREFERÊNCIA NACIONAL POR FEIJÓ: APONTAMENTOS INICIAIS SOBRE A (IN)EFICÁCIA DA ABSOLUTA PRIORIDADE DO ART. 227 DA CF/88

PREFERENCIA NACIONAL DE FEIJÓ: EXCEPCIONES INICIALES SOBRE LA (IN)EFECTIVIDAD DE LA PRIORIDAD ABSOLUTA DEL ART. 227 DA CF/88

Santiago Castigio e Monteiro
Universidade de São Paulo
castigio@usp.br

Palavras-chave: Eficácia da norma jurídica. Planejamento das políticas educacionais. Absoluta prioridade da infância e adolescência.

Palabras clave: Efectividad del estándar legal. Planificación de políticas educativas. Prioridad absoluta para la infancia y la adolescencia.

Introdução

O presente estudo é fruto do doutorado, em andamento, junto ao Programa de Pós-Graduação em Educação, da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, da Universidade de São Paulo, inserindo-se, conjuntamente, à pesquisa “Mapeamento das estratégias da privatização da educação básica no Brasil (2005-2018)”, desenvolvida pelo Grupo de Estudo e Pesquisas em Políticas Educacionais (GREPPE). Tem-se como objetivo: trazer à baila, das discussões sobre a privatização da educação promovidas pelo GREPPE, a temática da eficácia do princípio da prioridade absoluta dos interesses das crianças, adolescentes e jovens, uma vez que, as relações entre o público e o privado no Brasil estão obrigatoriamente imbuídas de certas formalidades jurídicas e, neste sentido, alguns elementos principiológicos normativos são essenciais para a devida exegese dos instrumentos de “parcerias” firmados, bem como, a apropriação de tais juridicidades são imprescindíveis para a identificação de eventuais contradições na pretensa busca da efetivação do direito humano à educação. Buscou-se estabelecer uma interface entre a *teoria da norma e do ordenamento jurídico* (BOBBIO, 2008), a proposta classificatória sobre a *aplicabilidade das normas constitucionais* (SILVA, 1998) e estudos desenvolvidos pelo GREPPE (ADRIÃO; GARCIA, 2018).

Metodologia

Estamos diante de um estudo exploratório, fundamentado em revisão bibliográfica e pautado por documentos disponibilizados por órgão oficiais em seus sítios eletrônicos, como: legislações, jurisprudências do Supremo Tribunal Federal (STF), resoluções dos Tribunais de Contas e pareceres do Ministério Público. Por se tratar de pesquisa em andamento, os resultados parciais aqui apresentados não pretendem sistematizar a realidade brasileira em seu todo, limitando-se em publicizar as fontes consultadas e apresentar apontamentos analíticos dos caminhos já percorridos e dos desafios a serem enfrentados.

Discussão dos resultados

No Brasil, o direito à educação é um direito social que se inclui no rol de direitos e garantias fundamentais, sendo um direito de todos e dever do Estado e da família, conjuntamente com a sociedade, com objetivo de atingir, ao menos, três finalidades, inalienáveis e indivisíveis: preparar para o exercício da cidadania, para o mercado de trabalho e o pleno desenvolvimento da pessoa. Para além da relação universal de responsabilidade, conforme art. 227 da CF/88 e art. 4º do ECA (BRASIL, 2020, 2021), o

ordenamento pátrio fixa a *absoluta prioridade* em assegurar os direitos de crianças, adolescentes e jovens, tratando-se de regra hermenêutica balanceadora para orientar a ação dos atores sociais (BOBBIO, 2008), sejam públicos ou privados. Isso quer dizer que esse critério de desempate nos casos de planejamento e execução das ações sociais sopesa favoravelmente os interesses desses grupos etários sobre os demais interesses em conflito, por exemplo: no caso de um impasse orçamentário entre pagar os juros dos especuladores da dívida pública e aumentar o repasse público para a expansão das vagas em creche, por mais que o direito de propriedade seja também um direito fundamental, a *absoluta prioridade* faz com que a lógica interpretativa favoreça o segundo caso, pois, ao contrário, estaríamos em flagrante lesão ao dispositivo legal, o que motivaria a responsabilização civil, criminal e/ou administrativa dos envolvidos, como, mas não somente, os crimes e infrações previstos nos art. 225 e seguintes do próprio ECA (BRASIL, 2018a, p. 54).

Talvez, a aplicabilidade material dessa prioridade de atendimento se veja limitada dada as condições reais de nosso país, o que poderia favorecer a eventualidade do argumento da “reserva do possível” em face de uma norma programática (SILVA, 1998), porém, em nossa exploração documental, a jurisprudência do STF (BRASIL, 2021), no atinente a matéria, manifesta-se pela supremacia do interesse da criança e do adolescente, como no caso do RE 956.475 (BRASIL, 2016mppr), em que há limitação do uso da *reserva do possível*. Além disso, o Ministério Público e o Tribunal de Contas do Estado do Paraná têm buscado a efetivação da proteção integral dessa faixa etária, disponibilizando diversos materiais e orientações acerca do campo da responsabilização daqueles que, por ação ou omissão, deixarem de cumprir com o dever legal de garantir a absoluta prioridade, destacando o protagonismo de instâncias de participação popular, como é o caso dos Conselhos Municipais (PARANÁ, [2021]). Nesta seara, existe um campo oportunista de expansão do setor privado (ADRIÃO; GARCIA, 2018), em que a busca por garantir o direito à educação acaba culminando em políticas imediatistas e que obedecem a uma lógica quantitativa, criando-se na sociedade bolhas de desigualdade, como é o caso, por exemplo, das escolas de baixo custo.

Conclusão

De fato, até então, pudemos verificar que a eficácia desse princípio ainda é *para inglês ver*, como que uma herança cultural da experiência da *Lei Feijó* de 1831. O princípio da absoluta prioridade, fixado no art. 227 da CF/88, acaba por expor tais contradições e mostra-se como ferramenta que pode ser mais bem explorada para

fiscalizar e responsabilizar os agentes públicos e privados, que, muitas vezes, acabam por lesar os direitos e garantias constitucionalmente firmados.

Referências

ADRIÃO, Theresa; GARCIA, Teise. **Currículo, gestão e oferta da educação básica brasileira**: incidências de atores privados nos sistemas estaduais (2005-2015). 1. ed. Curitiba: CRV, 2018. Disponível em: https://www.greppe.fe.unicamp.br/pf-greppe/download_do_e-book.pdf. Acesso em: 13 fev. 2021.

BOBBIO, Norberto. **Teoria geral do direito**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 13 fev. 2021.

BRASIL. **Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2019. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 13 fev. 2021.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **A Constituição e o Supremo**: Anotações do Supremo, notas pessoais e outras informações: Art. 227. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal, 2021. Disponível em: <https://constituicao.stf.jus.br/dispositivo/cf-88-parte-1-titulo-8-capitulo-7-artigo-227>. Acesso em: 13 fev. 2021.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. **Decisão do ministro Celso de Mello assegura matrícula de criança em creche**. Brasília, DF: Supremo Tribunal Federal, 2016. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/cms/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=316660>. Acesso em: 13 fev. 2021.

PARANÁ. Ministério Público. **Criança e adolescente**: Orçamento prioridade. Curitiba: Ministério Público do Paraná, [2021]. Disponível em: <https://crianca.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=40>. Acesso em: 13 fev. 2021.

SILVA, José Afonso. **Aplicabilidade das normas constitucionais**. 3. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1998.

PARCERIA PÚBLICO-PRIVADO E A GESTÃO DA EDUCAÇÃO: uma análise a partir do Programa Formar da Fundação Lemann

ASOCIACIÓN PÚBLICO-PRIVADA Y GESTIÓN DE LA EDUCACIÓN: una análise desde el Programa Formar de

Fundación Lemann

Aline Oliveira Costa
Universidade Federal de Campina Grande
alineoliveiracosta@gmail.com

Prof.Dr. Antonio Lisboa Leitão de Souza
Universidade Federal de Campina Grande
lisboaleitao@gmail.com

Palavras-Chaves: relação público-privado; programa formar; gestão educacional; privatização.

Palabras clave: relación público-privada; programa de formas; gestión educativa; privatización.

Resumo

Este artigo tem por objetivo analisar a relação público-privado, no tocante a gestão da educação, a partir do Programa Formar, para uma compreensão mais aprofundada sobre a atuação da Fundação Lemann em Campina Grande/PB, por meio de o referido Programa Formar.

Observando como o conceito de público vem se configurando na gestão educacional, recorreremos a Ball (2014) quando afirma que a partir das redes de política, a gestão educacional vem mudando cada vez mais, incluindo uma gama de participantes na atuação deste serviço e estabelecendo relações complexas de interdependência recíproca (Jessop, 2002 apud BALL, 2014, p. 34). Ou seja, emerge outra esfera de poder que passa a participar e influenciar cada vez mais intrinsecamente na gestão da educação pública: a esfera privada, autodenominada social ou sem fins lucrativos.

Nesse sentido, faz-se necessário entender os novos modos de gestão e como a mesma, a partir dos resultados obtidos, cede espaço para um modelo gerencial que possibilita o ingresso do setor privado nas tomadas de decisões, favorecendo sobre maneira essa esfera da sociedade civil, que é o “terceiro setor”.

Buscamos entender os mecanismos de privatização existentes a partir da relação do setor empresarial com a educação pública, e como esta vem se intensificando no Brasil. De acordo com Adrião (2018), a privatização se configura a partir de três dimensões: a oferta da educação; gestão pública da educação; e currículo.

A partir dessas dimensões, o setor privado vai firmando parceria com a esfera governamental pública. Essa relação público-privado se caracteriza, fundamentalmente, por processos de privatização. De acordo com estudos de Freire (2018), a privatização pode ser por meio de assessorias, de serviços de apoio, de contratos ‘parceria’, terceirização de oferta, aquisição de sistemas de ensino e matérias didáticos, ou mesmo pela política de vouchers, considerada uma das formas mais avançadas da privatização, ou seja, a privatização plena.

Como afirma Freitas (2018), entender como ocorre esse processo de inserção do privado nas escolas pública e seus objetivos finais são fundamentais para que se possa organizar a resistência. Nesse sentido, o estudo desse tema – objetivo a que nos propomos – tem relevância para que os educadores, sindicatos e toda comunidade entenda o que está acontecendo nos espaços públicos, principalmente na educação, e tenham fundamentos para defender a escola pública com gestão pública.

Uma das organizações privadas que vem intensificando participação na educação é a Fundação Lemann, cuja atuação vem sendo influente na assessoria à educação pública, dizendo-se buscar colaborar para uma educação de qualidade.

Nesse sentido, recorreremos a uma análise documental, sendo utilizados os documentos referentes ao edital de seleção pela Fundação Lemann em 2020, por meio do qual se deu a contratação do Programa e conteúdos disponibilizados pela Secretaria municipal de educação de Campina Grande/PB, e pela a página da própria Fundação Lemann.

A Fundação Lemann se autodenomina como uma organização que atua em parceria com os governos e outras entidades da sociedade civil, sem fim lucrativo, de maneira plural e inclusiva (FUNDAÇÃO LEMANN, 2020). Os (eixos) qualidade, excelência, equidade, norteiam as iniciativas desta fundação, visando transformações profundas e duradouras. Pretende uma atuação relacionada à gestão das escolas e à formação docente, orientando e direcionando as práticas pedagógicas, visando à melhoria da educação e, consecutivamente, a economia do país, sendo que a gestão deve ser pautada em moldes e estilos empresariais.

De acordo com a página da Fundação Lemann (2020), a mesma firma parcerias com as redes públicas de educação através de o Programa Formar, por exemplo. As redes de educação, a partir do Formar, são apoiadas no período de dois a três anos, recebendo suporte para o desenvolvimento de políticas públicas e com formações pedagógicas em gestão e formações em didáticas específicas.

A partir das análises desse estudo, considerando os avanços do terceiro setor na Sociedade Civil, e a expansão dos serviços do setor privado no âmbito educacional, nos mostra que o Programa Formar enfatiza uma responsabilização verticalizada na educação, sendo esta, isolada das questões sociais.

Conclui-se que a relação público-privado se caracteriza como um mecanismo de privatização, e a parceria firmada entre a rede de ensino e a Fundação Lemann, endossam o modelo de gestão gerencial na educação, e de acordo com Adrião (2018), se insere na perspectiva da privatização por meio do âmbito da gestão educacional. Traz para a escola a gestão dos resultados, característico do gerencialismo.

Referências

ADRIÃO, Tereza. Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: Caracterização a partir do mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Curriculo Sem Fronteiras**, 2018 (1), 8–28.

BALL, Stephen. **Educação global S. A.**: novas redes políticas e o imaginário neoliberal. Tradução de Janete Bridon. Ponta Grossa, PR: Editora da UEPG, 2014.

FUNDAÇÃO LEMANN (Brasil). Projeto Formar. São Paulo: Fundação Lemann, 2020. Disponível em: https://fundacaolemann.org.br/projetos/formar?gclid=Cj0KCQjwxMjnBRCTARIsAGwWnBOORKliq1BUb7YGMdgC7_uHg3atQfR37Ram2O1eNcekTZ-Q_LFyOl8aAvFDEALw_wcB. Acesso: 10 fev 2020.

FREITAS, LC de. **A reforma empresarial da Educação. Nova direita, velhas ideias**, p. 160, 2018.

A PRIVATIZAÇÃO DA GESTÃO DA ÚLTIMA ETAPA DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO ESTADO DO PARÁ ENTRE 2015 E 2020

PRIVATIZACIÓN DE LA GESTIÓN DE ÚLTIMO PASO DE LA EDUCACIÓN BÁSICA EN EL ESTADO DE PARÁ ENTRE 2015 Y 2020

Alice Raquel Maia Negrão UFPA-Brasil.
E-mail: aliceraquelmaia@yahoo.com.br

Prof.^a Dra. Dinair Leal da Hora UFPA-Brasil.
E-mail: tucupi@uol.com.br

Palavras-Chave: Política Educacional. Ensino Médio. Privatização.

Palabras clave: Políticas educativas. Escuela secundaria. Privatización.

Introdução

O presente texto objetiva identificar atores e programas do Governo Federal e/ou instituições privadas que vêm atuando na política de gestão da última etapa da Educação Básica do Pará.

Este trabalho tem origem na dissertação de mestrado realizada sobre o período de 2015 a 2019 e defendida em 2020, no Curso de Pós-Graduação em Gestão e Currículo da Escola Básica (PPEB) e ao Núcleo Transdisciplinar de Educação Básica (NEB), da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Neste estudo, a concepção de gestão trata-se como “mediação para alcançar determinados fins” (PARO, 2016, p. 38). E a implementação das políticas por meio das ações, dos programas e dos projetos, é entendida como “[...] uma ação e um processo que compreende tudo o que acontece, tratando-se de alcançar os objetivos da política” (PRESSMANN; WILDAWSKY, 1973, p. 75 apud ROTULO, 2004, p. 1), e que se estabelece, segundo Mainardes (2006, p.49), como a “política em uso”, ou seja, trata-se, das ações no âmbito da gestão e da relação público-privada, enquanto esforços que favorecem a ampliação de processos de privatização da educação pública do Pará.-

Metodologia

No caminho metodológico, optou-se pela pesquisa documental, estudo bibliográfico e análise de conteúdo (BARDIN, 2006), categorizando a *gestão* e a *relação público-privada* possibilitando análise do objeto enquanto política educacional prescrita por atores e programas do governo estadual e/ou instituições privadas. O mapeamento das referências teóricas deu-se à luz da ótica de representantes dos estudos das políticas públicas (BALL, 2008; KRAWCZYK, 2014, PERONI, 2016; ARAÚJO, 2019), permitindo identificar implicações que fragilizam o direito à educação e o estreitamento da formação da educação por meio da privatização nas políticas.

Discussão dos Resultados

À luz das categorias gestão e relação público-privada, o Pacto pela Educação configurou-se como estratégia política, de iniciativa do Pará em conjunto com o Banco Internacional de Desenvolvimento (BID) e as empresas privadas, Institutos Synergos, Natura e Unibanco, e as Fundações Itaú Social, Telefônica, Itaú BBA e Vale, objetivando “[...] aumentar, em 30%, o Ideb do Ensino Fundamental I e II, e do Ensino Médio pelo combate à evasão e à repetência, através de políticas de aceleração da aprendizagem e correção do fluxo escolar dos estudantes em distorção” (SYNERGOS, 2018, p.1).

No âmbito da gestão identificou-se que no sentido de elevar os índices do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), atores como a Secretaria de Estado de Educação (SEDUC/PA) em ação conjunta ao Conselho Estadual de Educação (CEE/PA), fortaleceu a bandeira do Pacto intensificando, a partir de 2015, medidas e ações como: a criação do Centro de Formação de Profissionais da Educação Básica do Pará (CEFOR/PA) e a contratação de assessorias do setor privado como a Tuneduc e a Falconi.

No campo da *ação política* à gestão do Ensino Médio encontra-se: a) Programa Ensino Médio Inovador e Projeto Jovem do Futuro (ProEMI/PJF, 2010-2021), mediado pelo Instituto Unibanco; b) Projeto Mundiar (2014-2021), pela Fundação Roberto Marinho; c) Sistema Educacional Interativo (SEI, 2017-2021), pelo *Institute for Learning & Performace*; d) Programa de Fomento as Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral (EMTI) e Programa de Apoio Novo Ensino Médio (ProNem), pelo Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (CENPEC, 2017-2021).

Esses atores e programas passaram a ser o “carro-chefe” do governo estadual, visando mudança da realidade educacional preconizada pelos organismos internacionais; soma-se as normatizações da Lei nº 13.415/2017, associada à política de ajuste fiscal da Emenda Constitucional - EC nº 95/2016. Nesse cenário, em 2018 e 2019, identificou-se aumento de 65,63% de recursos destinados às instituições privadas (PARÁ, 2019a).

Em 2019, o Movimento EDUCA PARÁ fortaleceu a privatização através da atuação de atores privados que representavam interesses privados na educação: Institutos Natura, Unibanco/JF, e Fundações Lemann e Itaú Social para desenvolver a Agenda da Aprendizagem, com foco à garantia do direito de aprender (VALE; PEREIRA 2018).

Segundo Peroni (2016) o processo de mercantilização da educação é uma realidade no Brasil e fortalece a ampliação da relação público-privada na política educacional. Para Araujo (2019, p. 117) no Pará, tais medidas são atravessadas pelo que denomina de “vale-tudo das políticas educacionais para a educação dos jovens”.

Conclusão

Identificou-se que no Pará, entre 2015 a 2020, a Tuneduc, a Falconi, os Institutos Unibanco/JF, Natura e *Institute for Learning & Performace*, as Fundações Roberto Marinho, Lemann e Itaú Social, o CENPEC, são atores do setor privado que, junto à Secretaria de Estado de Educação (SEDUC/PA) e ao Conselho Estadual de Educação (CEE/PA) vêm atuando sobre o Ensino Médio paraense por meio da Gestão para resultados, dos Projetos Foco Brasil, ProEMI/JF, Mundiar, SEI, dos Programas EMTI e ProNem, além da Agenda de Aprendizagem, fortalecido pelo Movimento EDUCA PARÁ por meio de uma Agenda financiada pelo BID.

Conclui-se que a orientação da gestão educacional no Pará não fugiu à lógica de mercado de grupos privados, favorecendo implicações diretas à Educação Básica Pública, houve aumento de recursos destinados às instituições privadas, e se intensificou a relação público-privada, por meio de assessorias técnicas, sendo estas, portanto, as que de fato vêm conduzindo as políticas educacionais do Ensino Médio.

Referências

- ARAUJO, R. M. L. Ensino Médio Brasileiro: dualidade, diferenciação e desigualdade social. **Cad. Pesq.**, v. 26, n. 4, p. 107-122, out./dez. 2019.
- BALL, S. J. **Nova filantropia, novas redes e nova governança na educação**. Political Studies, v. 56, n. 4, p. 747–765, 2008.
- BRASIL. **Emenda constitucional nº 95, de 15 de dezembro de 2016**. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime Fiscal, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2016.
- BRASIL. **Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017**. Altera as Leis n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Brasília, DF: Presidência da República, 2017.
- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2006.
- KRAWCZYK, N. Ensino Médio: empresários dão as cartas na escola pública. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 35, n. 126, p. 21-41, jan./mar. 2014.
- PARÁ. Tribunal de Contas do Estado. **Processo n. 2019/51266-0**. Parecer Complementar das Contas do Governo – Análises das Contrarrazões – Exercício 2018, Belém Pará, agosto/2019. Belém: Ministério Público de Contas do Estado do Pará, 2019a.
- PARO, V. H. **Diretor escolar: educador ou gerente?** São Paulo: Cortez, 2016.
- PERONI, V. M. V. Conferência de Abertura. **Implicações da Relação Público-Privada para a democratização da Educação**. XI ANPED SUL. XI ANPED SUL. Reunião

Científica da ANPED: Educação, movimentos e políticas sociais. 24 a 27 de jul. 2016. UFPR-Curitiba/Paraná, 2016.

ROTULO, D. E. A Teoria da Implementação de Políticas Públicas Aplicada na Análise de Processos e Eficácia da implementação de Acordos Internacionais Ambientais: o caso data de Jaguarão (Brasil - Uruguai) 1990-2003. In: ENCONTRO DA ANPAD, 28, 2004, Curitiba. **Anais...** Maringá: ANPAD, 2004.

SYNERGOS. Pacto pela Educação do Pará: Relato e avaliação (2012 a 2017), Synergos, SP, 2018.

A POLÍTICA EDUCACIONAL PAULISTA: UMA ANÁLISE DAS RELAÇÕES DE TRABALHO PRATICADAS NO MUNICÍPIO DE CAMPINAS

POLÍTICA EDUCATIVA PAULISTA: UN ANÁLISIS DE LAS RELACIONES LABORALES PRACTICADAS EN EL MUNICIPIO DE CAMPINAS

Gabriel Hidalgo de Lucena
Faculdade de Educação - Unicamp
delucenagabriel@gmail.com

Palavras-chave: Relações de trabalho; Precariedades; Trabalho Docente

Palabras clave: Relaciones laborales; Precariedad; Trabajo Docente

Introdução

Esta comunicação é fruto de pesquisa de iniciação científica sob orientação da Prof. Dr. Selma Venco e vinculado ao projeto “A política educacional no Brasil e na França: um estudo sobre as relações de trabalho no território” e tem como objetivo estudar as relações de trabalho dos docentes da Diretoria de Ensino (DE) Campinas-leste, do município de Campinas, no território e compreendidas entre o período de 2011 a 2018, a fim de verificar a hipótese de que professores com contratos mais precários se encontram nas regiões periféricas do referido município.

Considera-se que após a reforma do Estado ocorrida no governo FHC (1995–2003), via Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado (MARE),

possibilitou a ampliação da contratação flexível no setor público por meio do Decreto nº 2271 de 7 de julho de 1997 que permitia a contratação de serviços públicos de forma indireta. Nos anos seguintes da promulgação do Decreto houve um aumento significativo de professores não efetivos contratados, chegando a 72% em 1999 e com permanência média de 50% ao longo de 17 anos (1999 a 2016) (VENCO, 2016a, 2016b).

Admite-se que a Nova Gestão Pública, ao suscitar aspectos gerenciais do setor privado para a administração pública (PAULA, 2005) chegou ao Brasil com a reestruturação produtiva e promoveu a precariedade das relações de trabalho dos docentes mediante à flexibilização dos contratos. Coloca-se aqui a distinção conceitual entre precariedade e precarização, pois compreende-se precariedade como sendo o fenômeno no qual os contratos trabalhistas podem sugerir algum tipo de vulnerabilidade social, enquanto a precarização é o processo de degradação das condições de vida em razão dos contratos flexíveis (CASTEL, 1998).

Metodologia

A pesquisa de caráter documental cuja característica, segundo Cellard (2008, p. 295), é aquela que permite eliminar “ao menos em parte a eventualidade de qualquer influência a ser exercida pela presença ou intervenção do pesquisador no conjunto das interações, acontecimentos ou comportamentos”, pois tais informações são externas ao pesquisador, mas sim referentes a um dado contexto social, cabendo a este agir sobre os documentos, momento em que se faz presente a sua influência e expõe a sua análise. Com base nessa concepção, foram sistematizados dados estatísticos sobre a contratação dos docentes da rede estadual paulista, com recorte geográfico relativo à Região Metropolitana de Campinas.

Observou-se, a partir da série histórica construída de 2011 a 2018, uma média de 42,2% de docentes não efetivos, no estado de São Paulo, tendo como extremos: o máximo em 2013, com aproximadamente 51,8% nesta condição; e, mínimo, em 2017, que registrou 35,7% contratos temporários. Percebeu-se, também, que após o ápice de contratações de docentes categoria “O” em 2013, a quantidade dos docentes da referida categoria passou a decair gradativamente. As análises indicam que tal fenômeno ocorre por ações políticas, a saber: o estabelecimento da “duzentena” (LC 1.093/2009) posto que os docentes foram obrigados a aguardar um intervalo de 180 dias para poder renovar o contrato em caráter temporário, cuja medida foi revista em 2017 passando o intervalo para 40 dias, após alteração feita pela LC 1.314/2017. Além disso, constata-se o

fechamento de salas, aumento do número de alunos por turma e incentivo ao fim do ensino noturno.

Considerações finais

Sustenta-se, na presente análise, que isso seja o reflexo de uma política baseada na racionalidade econômica e que pode levar ao esfacelamento da educação pública, pois tais medidas exemplificam um aumento da precariedade nas relações de trabalho dos docentes, dada a expressiva quantidade de docentes com contratos que sugerem instabilidade (VENCO, 2016a, 2016b).

Constatou-se que Campinas possui áreas de maior vulnerabilidade social na região sudoeste, ligadas à Diretoria de Ensino (DE) Campinas-oeste onde notou-se uma concentração de escolas com um número maior de professores com contratos flexíveis. As escolas da DE Campinas-leste, recorte desta pesquisa, possui maior número de docentes com contratos precários e se concentram na região central de baixa vulnerabilidade, não sendo possível, portanto, constatar o limite da hipótese de que as escolas da região Campinas-leste estão em áreas de maior vulnerabilidade.

Referências

- CASTEL, Robert. **Metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- CELLARD, André. A análise documental. In POUPART, J. et al. (orgs.). **A pesquisa qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- LINHART, Danièle. Modernisation et précarisation de la vie au travail. **Papeles del CEIC**. Vol. 1, marzo-sin, 2009, pp.1-19. Universidad del País Vasco.
- PAULA, Ana Paula Paes de. **Por uma nova gestão pública**: limites e potencialidades da experiência contemporânea. Rio de Janeiro: FGV, 2005.
- VENCO, Selma. A multifacetada política educacional no estado de São Paulo: por que estandardizar? **XI SEMINARIO INTERNACIONAL DE LA RED ESTRADO**, XI., 2016a. Cidade do México. Disponível em: http://redeestrado.org/xi_seminario/pdfs/eixo2/151.pdf. Acesso em: 29 agosto 2020.
- VENCO, Selma. Precariedades: desdobramentos da Nova Gestão Pública no trabalho docente. **Crítica e Sociedade. Revista de Cultura Política**. V.6, N.1, nov, 2016b.

TERCEIRIZAÇÃO E RECURSOS DESTINADOS PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

SUBCONTRATACIÓN Y RECURSOS PARA LA ALIMENTACIÓN ESCOLAR

Jokasta Pires Vieira Ferraz
Prefeitura Municipal de Curitiba e UFPR
jokastaferraz@hotmail.com

Palavras-chave: merenda escolar, políticas educacionais, privatização.

Palabras clave: alimentación escolar, políticas educativas, privatización.

Introdução

Na base das relações entre o público e o privado está a disputa pelo fundo público, e os processos de privatização do público se consolidam de diferentes formas, no caso da educação podem interferir diretamente nas práticas pedagógicas, no currículo, na concepção de gestão escolar, na oferta de vagas e na execução de ações e programas educacionais, ou nas palavras de Peroni “através da alteração da propriedade; [...] de parcerias entre instituições públicas e privadas com ou sem fins lucrativos; [...] ou, ainda, aquilo que permanece com a propriedade estatal, mas passa a ter a lógica de mercado.” (PERONI, 2018, p. 213).

Uma das formas de privatização é a terceirização de alguns serviços ligados a rotina das escolas, dentre ele a oferta de alimentação. E esta pesquisa problematiza o volume de recursos destinados para a alimentação dos estudantes da rede pública municipal de Curitiba. Os dados aqui apresentados fazem parte de um estudo maior sobre o custo-aluno, mas a discussão deste texto é centrada no custo da alimentação.

Metodologia

O objeto de análise deste artigo é o valor do contrato assinado entre a Prefeitura Municipal de Curitiba e a empresa Risotolândia no ano de 2016, o contrato foi publicado no portal da transparência do município, tem vigência de 12 meses e o valor do contrato é de R\$ 63.104.400,00. Para desagregar o valor da alimentação por aluno-ano, foi realizado o seguinte procedimento:

- 1º) levantamento do número de refeições diárias que a rede municipal de Curitiba demanda, a partir dos dados das matrículas do ensino fundamental segundo o Censo Escolar de 2017.
- 2º) Foram consideradas três refeições para cada estudante matriculado em tempo integral e uma refeição para as matrículas em tempo parcial.
- 3º) Para a pesquisa maior, da qual esse artigo deriva, o objetivo foi obter os valores desagregados por escola, então com o levantamento de quantas refeições cada escola precisa e com o valor total do contrato foi possível calcular o custo-aluno-alimentação.

Resultados e discussão

Os valores apresentados deste trecho em diante estão atualizados pelo INPC de julho de 2019.

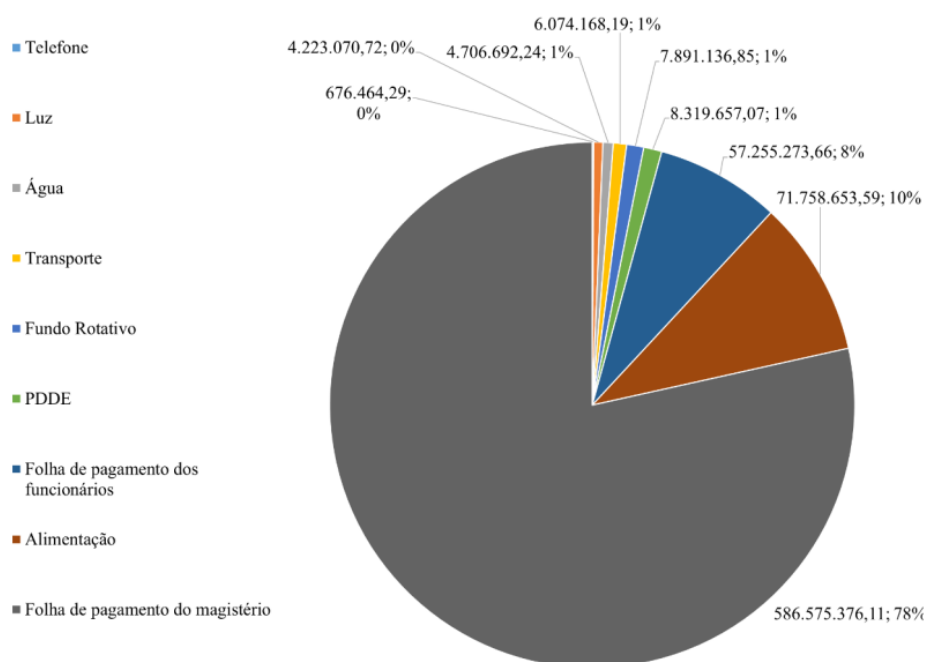
Conforme o esperado o menor custo é referente as escolas que ofertam exclusivamente tempo parcial, nestas escolas o custo anual por aluno com as refeições é de R\$ 583,15, dividindo esse valor pelos duzentos dias letivos temos um custo de R\$ 2,91 por refeição.

As demais escolas têm oferta mista, sendo um percentual de estudantes matriculados em tempo parcial e outro percentual em tempo integral, isso significa que na mesma escola temos custos de alimentação diferentes entre os estudantes.

No grupo de escolas onde matrículas em tempo integral representam entre 71% e 100% dos estudantes a média do custo-aluno-alimentação anual varia entre R\$ 1.460,36 e R\$ 1.749,44.

Outra constatação interessante é o percentual que o contrato destinado a alimentação representa em relação a outros insumos (telefone, água, luz, transporte, recursos do PDDE, recursos do fundo rotativo municipal, folha de pagamento dos funcionários e folha de pagamento das profissionais do magistério). O gráfico sintetiza a parte da pesquisa de Ferraz (2020) e nos permite observar que a alimentação é a segunda maior variável do custo total das escolas da rede pública municipal de Curitiba.

GRÁFICO 1 – COMPOSIÇÃO PERCENTUAL DO CUSTO POR VARIÁVEL



FONTE: FERRAZ, 2020, p. 78.

Este gráfico agrega os custos tipificados e não tipificados como MDE, as pesquisas do campo do financiamento da educação indicam quem a folha de pagamento é o maior componente do custo, conforme os dados da rede municipal de Curitiba demonstram, entretanto o fato da alimentação ser o segundo maior custo pode ser problematizado, nesse custo estão incluídos os serviços e os lucros da empresa terceirizada, assim cabe levantar a seguinte reflexão: se esse serviço fosse integralmente público, não estaria gerando empregos estáveis, melhor qualidade da alimentação e possivelmente com custos similares ou até mesmo menores?

Conclusão

Os valores encontrados indicam que o valor por refeição em 2016 foi em média de R\$ 2,91, sendo que anualmente o custo da alimentação dos estudantes regulares é de R\$ 583,15 e com os estudantes matriculados em tempo integral o custo é de R\$ 1.749,44

Os dados não permitiram calcular a diferença de valores entre o que destinado ao lanche e ao almoço.

Olhando para os dados segundo o perfil de oferta das escolas o resultado é obvio: maior o percentual de estudantes matriculados em tempo integral indica maior é o custo da alimentação por aluno. Mas diante disso precisamos problematizar que na mesma rede de ensino temos condições de oferta educacional desigual, enquanto algumas crianças

têm a educação integral com direito a 3 refeições outras não conseguem acessar essa modalidade de oferta.

Referências

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial da União, Brasília, 1996.

Ferraz, J.P.V. **O custo por aluno das escolas da Rede Municipal de Curitiba: tensões entre desigualdade e diferença de recursos**, 2020. 186 f. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Paraná. Setor de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação.

PERONI, V .M V. Múltiplas Formas de Materialização do Privado na Educação Básica Pública no Brasil: sujeitos e conteúdo da proposta. **Currículo sem Fronteiras**, v. 18, n. 1, p. 212-238, jan./abr. 2018. Disponível em: < <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss1articles/peroni.pdf> > Acesso em Fev/2020.

CONSTRUÍDO DIÁLOGOS ENTRE O GERENCIALISMO E AS TENDÊNCIAS PRIVATISTAS NO CAMPO EDUCACIONAL

CONSTRUYENDO DIÁLOGOS ENTRE EL GERENCIALISMO E LAS TENDENCIAS PRIVATISTAS EN EL CAMPO EDUCACIONAL

Kelly Marques dos Santos
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus Rio Claro
kelly.m.santos@unesp.br

Raquel Fontes Borghi
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus Rio Claro
raborghi@unesp.br

Palavras-chave: Gerencialismo. Privatização. Educação

Palabras claves: Gerencialismo. Privatización. Educación.

Introdução

Os debates acerca da privatização da Educação Básica no Brasil (ADRIÃO *et al*, 2009; ADRIÃO, 2018) têm se aprimorado, na medida em que se discute, o fenômeno em questão, em uma perspectiva histórica, de modo contextualizado e à luz das correntes filosóficas e sociológicas que o perpassam. Nesse sentido, considera-se pertinente debater os conceitos que fundamentam e caracterizam as tendências privatistas. Em especial, enquanto objeto de estudo, o conceito de gerencialismo, norteará as discussões contidas no interior deste trabalho.

O trabalho ora apresentado é um elemento constituinte do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) intitulado “As múltiplas facetas da privatização no trabalho docente: perspectivas, desafios e resistência” (SANTOS, 2018). No decorrer da investigação supracitada, constatou-se a influência do gerencialismo no que corresponde à privatização da “gestão” (ADRIÃO *et al*, 2009). Deste modo, dar-se-á enfoque às tendências privatistas circunstanciadas, predominantemente, na “privatização da gestão da educação básica”.

Em conformidade com Ball e Yodell (2008), a privatização, pode se manifestar de modo “endógeno” e “exógeno”. Em consonância com o objeto de estudo em questão, nos debruçaremos, nos processos de privatização associados à dimensão endógena, uma vez que os mesmos, consistem em disseminar, nas instituições públicas, princípios e valores oriundos da esfera privada.

Ancorada no objetivo de compreender os desdobramentos dos princípios gerencialistas na gestão escolar, a presente investigação, consiste em identificar os interesses ideológicos do setor privado na gestão da educação pública.

Justifica-se a relevância de discutirmos o referido objeto de estudo partindo da premissa de que a incorporação de princípios gerencialistas na educação pública altera os princípios e as finalidades do direito à educação.

Metodologia

O delineamento metodológico da pesquisa é trivial na concretização dos objetivos previstos pela investigação. Mediante ao exposto, adotar-se-á o uso de instrumentos metodológicos de natureza qualitativa (LUDKE; ANDRÉ, 1986). No que tange aos procedimentos de coleta de dados, os dados serão coletados a partir de uma revisão bibliográfica.

Discussão dos resultados

O reconhecimento das dimensões endógenas e exógenas (*idem, ibidem*) nas tendências privatistas no campo educacional, possibilita o aprimoramento da caracterização dos referidos fenômenos, a partir da identificação de seus princípios, bem como, de suas estratégias. Por mais que, conceitualmente, as dimensões se diferenciam em virtude de suas especificidades, dialeticamente, ambas se complementam. Perante tal premissa, os autores, consideram que esses movimentos desencadeiam novos processos privatistas.

A dimensão endógena, está estreitamente associada à “gestão de resultados, responsabilidade e salários em função dos resultados” (BALL, YODELL, 2008, p. 28). O gerencialismo, ao incorporar “[...]novas lógicas de tomada de decisão que privilegiavam economia e eficiência acima de outros valores públicos.” (NEWMAN; CLARKE, 2012, p. 358), se aproxima da dimensão endógena, explicitando a intersecção entre os elementos.

Segundo Paula (2005), o gerencialismo, foi elementar na constituição da “Nova Gestão Pública”, uma vez que, a partir do mesmo, consolidou-se um novo paradigma na administração pública, pautado em princípios gerenciais e centrado na figura do “gerente”. Entretanto, considera-se pertinente problematizar se a figura do “gerente” não é mais um dos processos de descentralização do Estado.

O gerencialismo, enquanto um princípio, enquanto ideologia (NEWMAN; CLARKE, 2012), ultrapassa a dimensão técnica e atinge uma dimensão política na gestão escolar. A partir da revisão bibliográfica aponta-se as limitações do gerencialismo no que corresponde à autonomia e a democracia na gestão escolar.

Conclusão

O gerencialismo, enquanto ideologia, ressignifica a finalidade da educação, anulando os sujeitos e o processo educativo em detrimento da exponenciação dos resultados.

Mediante ao exposto, percebe-se que a incorporação de princípios gerencialistas na gestão educacional, é apenas uma estratégia adotada pelo setor privado para responsabilizar os sujeitos envolvidos pelos resultados alcançados e disseminar o princípio de competitividade. Em síntese, a eficácia do gerencialismo é desencadeada pela sua potencialidade em intensificar, bem como, agrupar, outras formas de privatização e exploração.

Referências

ADRIÃO, T (coord.). **Estratégias municipais para a oferta da educação básica: as parcerias público-privadas**. Relatório de pesquisa: Fapesp. 2009.

_____. Dimensões e Formas da Privatização da Educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. **Currículo Sem Fronteiras**, v. 18, p. 8-28, 2018.

BALL, S.; YODELL, D. **Privatización encubierta en la educación pública**, Internacional de la Educación. Bruselas, 2008.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. C. **A Pesquisa em educação: Abordagens Qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

PAULA, A. P. P. **Por uma Nova Gestão Pública: Limites e potencialidades da experiência contemporânea**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 204p

SANTOS, Kelly Marques dos. **As Múltiplas Facetas Da Privatização No Trabalho Docente: perspectivas, desafios e resistência**. 2018. 49 f. TCC (Graduação) - Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, Instituto de Biociências, Universidade Estadual Paulista " Júlio de Mesquita Filho", São Paulo, 2018.

GESTÃO ESCOLAR PAULISTA: O GERENCIALISMO COMO FATOR DE EXCELÊNCIA

LA GESTIÓN ESCOLAR EN SÃO PAULO: EL GERENCIALISMO COMO FACTOR DE EXCELENCIA

AUTORA: Aline Gabriela Anacleto do Nascimento
alineg.nascimento@hotmail.com

CO-AUTORA: Carolina Rodrigues Finette
carolinafinette@gmail.com

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Palavras-Chave: SEDUC; Gestão Escolar; Privatização.

Palabras Clave: SEDUC; Gestión Escolar; Privatización.

Introdução

Este trabalho é fruto das convergências dos projetos de pesquisa em fase inicial: “Implementação do Programa Gestão em Foco e o MMR-Método de Melhoria de Resultados: análise na rede pública estadual paulista” e “Projeto Líderes Públicos e a Gestão Democrática da Educação Pública em São Paulo”. São realizados pelas autoras, em nível de Doutorado e Mestrado, respectivamente.

Objetivos

Discutir as ações desenvolvidas na educação pública paulista- que têm como concepção de gestão o gerencialismo-, bem como analisar possíveis influências das mesmas na escola. Essas ações são justificadas pela SEDUC como forma de melhoria da qualidade do ensino.

Programa Gestão em Foco-MMR

A iniciativa da SEDUC em parceria com o Instituto Falconi, visa promover a “melhoria contínua da qualidade do aprendizado” pelo “Método de Melhoria de Resultados. (SÃO PAULO [ESTADO] 2020).

A melhoria da qualidade, segundo a SEDUC, é verificada pelo aumento do Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo-IDESP. Para aumentá-lo, as escolas deverão definir e alcançar resultados por meio do MMR, que é o pilar sobre o qual se assenta o Gestão em Foco. O MMR está estruturado em oito passos que aparecem de forma detalhada no material referente à formação de gestores, elaborado pela própria Secretaria.

Projeto Líderes Públicos

O Projeto Líderes Públicos foi instaurado pela Secretaria de Educação do Estado de São Paulo em 2019, com o intuito de “adotar uma metodologia de avaliação baseada em competências”, além de “implementar um modelo de gestão de pessoas no setor público, assim como ocorre em grandes empresas privadas” (SEDUC, 2019). A elaboração se deu através da parceria entre a SEDUC e a Fundação Brava, Fundação Lemann, Instituto Humanize e Instituto República.

Metodologia

As pesquisas de abordagem qualitativa (LUDKE E ANDRÉ, 2005), contarão com a análise de conteúdo (BARDIN, 1977) por meio da construção de categorias de análise.

Os estudos serão desenvolvidos por meio de três pilares principais: análise bibliográfica; análise de portarias e demais materiais publicados; apreensão das representações dos gestores envolvidos na implementação das ações; permitindo assim compreender as coerências e contradições nas iniciativas.

Discussão dos Resultados

A SEDUC tem histórico de adoção dos parâmetros privados como forma de qualificar a educação pública (ADRIÃO, 2006). Analisando a documentação do Programa Gestão em Foco e do Projeto Líderes Públicos, inferimos que as ações estudadas têm como padrão uma concepção de Gestão Escolar próxima do Gerencialismo.

O Programa propõe elevar o IDESP das escolas. Questionamos: o aumento do IDESP melhorará as práticas cotidianas da escola? Como os atores envolvidos enxergam essa ação? Para responder as questões, na continuidade dos estudos será feita análise dos dados de estrutura física, fluxo (matrícula, promoção e evasão), valores do IDESP antes e depois da implementação do Programa, bem como aplicação de questionários e entrevistas com os atores envolvidos.

Em relação ao Projeto Líderes Públicos, a hipótese é que as novas formas de ingresso dos gestores, na realidade, implantam medidas gerencialistas, sem de fato ter efeitos positivos no processo de ensino ou na organização da escola. Podendo, inclusive, servir como forma de legitimação para uniformizar processos, sem tomar em conta as particularidades de cada núcleo escolar. Os próximos passos do estudo incluem a continuidade da revisão bibliográfica, a utilização de questionários, entrevistas com gestores escolares e análise das portarias da SEDUC.

Conclusão

Considerando o histórico da rede, a adoção do Programa Gestão em Foco-MMR e do Projeto Líderes Públicos, vemos elementos que remetem aos princípios da Nova Gestão Pública-NGP ou Gerencialismo, aqui tratados como sinônimos.

Almerindo (2009) traz a NGP como uma tentativa de transplantar para a escola pública formas de gestão de "tipo empresarial", formas mais adequadas a organizações industriais ou de serviços, as quais funcionam em economia de mercado e visam ao lucro. Estes elementos têm estado presentes nas análises iniciais de ambos os projetos, explicitando a hipótese da presença do Gerencialismo nas iniciativas estudadas.

As pesquisas têm como conclusão preliminar que as iniciativas advindas do setor privado e inseridas no setor público, desconsideram as especificidades deste último e podem ter consequências na prática da Gestão Democrática das escolas, consequências estas a serem analisadas na continuidade dos estudos.

Referências

ADRIÃO, Theresa. *Educação e Produtividade: a reforma do ensino paulista e a desobrigação do estado*. 1.ed. São Paulo: Xamã, 2006.

AFONSO, Almerindo Janela. Nem tudo o que conta é mensurável ou comparável. Crítica à accountability baseada em testes estandardizados e rankings escolares. *Revista Lusófona de Educação*, Lisboa, v. 13, n.1, p. 13-29, 2009.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Lisboa: Edições 70, 1977.

LUDKE, Menga & ANDRÉ, Marli E.D.A. *Pesquisa em educação: Abordagens Qualitativas*. São Paulo: EPU, 1986.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Projeto Líderes Públicos*. Portal do Governo, 2019. Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/lideres-publicos/>. Acesso em 07 fev. 2021.

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: <https://www.educacao.sp.gov.br/institucional/a-secretaria/>. Acesso em 10 fev. 2020

SÃO PAULO [ESTADO]- Gestão em Foco-Expansão. Disponível em: <https://www.saopaulo.sp.gov.br/spnoticias/gestao-em-foco-chega-a-5-mil-escolas-e-anuncia-aporte-de-r-50-milhoes/>. Acesso em 10 fev. 2020

PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA: O CRESCIMENTO E EXPANSÃO DA HOLDING ELEVA EDUCAÇÃO

PRIVATIZACIÓN DE LA EDUCACIÓN BÁSICA: EL CRECIMIENTO Y EXPANSIÓN DE LA HOLDING ELEVA EDUCACIÓN

Felipe de Souza Araujo (GREPPE-UNICAMP)
felipesaraujo.fsa@gmail.com

Palavras-chave: Privatização da Educação Básica; Holding Eleva Educação; Gera Venture Capital.

Palabras clave: Privatización de la Educación Básica; Holding Eleva Educação; Gera Venture Capital.

Introdução

A presente proposta parte do pressuposto teórico de que a privatização corresponde à transferência de atividades, bens e responsabilidades das instituições de governo/público a organizações particulares e agências, com ou sem fins lucrativos (LEVIN, 2010; ADRIÃO, 2017). E que a privatização é levada a cabo por um processo de financeirização que apesar de sistêmico e mundial, e de impactar em graus distintos os países de economia capitalista, tende chamar a atenção de investidores que são atraídos pela expectativa de ganhos gerados pela especulação, (BASTOS, p. 2, 2013). Assim, este texto tem a intenção de apresentar impressões iniciais de uma pesquisa de tese que buscará explicitar e analisar a atuação no campo educacional brasileiro da Holding Eleva Educação, a fim de dimensionar a sua contribuição no processo de privatização da educação básica nas dimensões da oferta, gestão e currículo.

O Gera é uma empresa brasileira gestora de recursos cujo objetivo é gerar retornos lucrativos aos seus investidores atuando em setores de impacto e tem como principal holding a Eleva Educação, criada em 2013 através da fusão entre o colégio Elite Rede de Ensino e o Pensi Colégio e Curso (RJ), focado na atuação e preparação de alunos para vestibulares (ENEM e afins) e exames militares. Desde a fundação a holding vem adquirindo colégios menores e/ou concorrentes que atuam no mesmo seguimento e investindo na elaboração de “insumos pedagógicos” que são utilizados nas escolas próprias e parceiras (privadas e públicas). O ano de maior expansão (6 novos colégios) da Holding foi em 2017, com um aporte internacional no valor de R\$ 300 milhões da Warburg Pincus (gestora de *Private Equity*), a marca atingiu o valor de mercado de R\$ 1 bilhão. Desse modo a realização da pesquisa se justifica no fato de a holding estar realizando estudos para abertura de capital na bolsa de valores, a fim de arrecadar fundos para crescimento e expansão.

Metodologia

De abordagem qualitativa, a presente pesquisa se utiliza da revisão bibliográfica (recorte temporal de 2013 a 2020) na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações

(BDTD), no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, na *Scientific Library Online* (SciELO) e no *Web of Science*, bem como da análise documental para coletar informações através de consultas aos websites relacionados a Holding Eleva Educação.

Discussão dos resultados

Hoje o grupo Eleva Educação conta com 80 mil alunos matriculados em 130 colégios próprios, localizados em 11 estados e no Distrito Federal, além de 100 mil alunos matriculados em 300 escolas parceiras que estudam com o Sistema de Ensino e material didático da holding. O grupo com apenas 7 anos de existência possui presença nas 5 regiões do Brasil, um valor de mercado excedendo a marca de R\$ 1 bilhão e com perspectiva de crescimento acelerado.

É na oferta de produtos e serviços pedagógicos que começa a incidência da holding sobre a rede pública de ensino nas dimensões da gestão e do currículo. Com a proposta de vender soluções pedagógicas, o sistema de ensino e o material didático tem sido comercializado nas esferas pública e privada. Há uma lógica implícita no *modus operandi* do “Grupo Lemann” (Eleva Educação e Fundação Lemann) que se caracteriza como uma versão brasileira de *venture philanthropic entities*, um modelo de investimento em educação endossado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e que tem intensificado a transformação dos sistemas públicos de ensino em mercados. As *venture philanthropic entities*, são fundações ou instituições similares ao grupo Eleva que estão ligadas ao setor empresarial, que oferecem os seus produtos e serviços a diferentes governos na finalidade de expandir os seus negócios (ADRIÃO & DOMICIANO, 2018; ADRIÃO et al., 2020).

Conclusão

Reconhecendo as limitações da análise inicial feita até aqui, merece destaque o fato de que o caminho percorrido pela Holding Eleva Educação (aquisição de colégios tradicionais e de alto rendimento em vestibulares) se assemelha ao percurso de grandes conglomerados educacionais que lideram o setor no país. Concomitante a aquisição de escolas com potencial acadêmico e de menor porte, observa-se a criação de produtos e serviços pedagógicos (Eleva Plataforma de Ensino, Laboratório Inteligência de Vida – LIV, Espaço de SER e Tecnologias e Experiências Criativas – TEC) que são comercializados para escolas públicas e privadas. Os produtos e serviços oferecidos incluem assessoria na implementação e distribuição de material didático de acordo com

cada pacote vendido (ELEVA, 2020). Dessa feita, observa-se que a Holding atua no “mercado” educacional com a intenção de ampliar seus negócios, intensificando a financeirização da educação que ao cabo tem levado a privatização da educação pública.

Referências

ADRIÃO, T.; et al. **A Influência de Atores Privados na Educação Paulista: a primeira geração da privatização**. Políticas Educativas, Paraná, v. 13, n. 2, p. 96-108, 2020.

ADRIÃO, T.; DOMICIANO, Cassia. **Educação Pública e as Corporações: avanços e contradições em uma década de ampliação de investimento no Brasil**. FINEDUCA – Revista de Financiamento da Educação, Porto Alegre, v. 8, nº. 3, 2018.

ADRIÃO, T. A Privatização da Educação Básica no Brasil: considerações sobre a incidência de corporações na gestão da educação pública. In: PINTO, José Marcelino; ARAUJO, Luiz (Org.). **Público x Privado em tempos de golpe**. São Paulo: Fundação Lauro Campos/Fineduca, 2017.

BASTOS, Pedro. **Financeirização, Crise, Educação: Considerações preliminares**. Texto para Discussão. IE/UNICAMP, Campinas, n. 217, mar. 2013.

ELEVA, Educação. 2020. Disponível em: <https://elevaeducacao.com.br>. Acesso em: 18 de jan. 2020.

LEVIN, H. M. (ed) **Privatizing Education. Can the marketplace deliver choice, efficiency, equity and social cohesion?** Westview Press, Cambridge, USA, 2010.

EIXO 3- PRIVATIZAÇÃO DO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

A ATUAÇÃO DOS ATORES PRIVADOS NA DEFINIÇÃO DA POLÍTICA CURRICULAR PARA O ENSINO MÉDIO: ANÁLISE DAS AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

EL PAPEL DE LOS ACTORES PRIVADOS EN LA DEFINICIÓN DE LA POLÍTICA CURRICULAR PARA LA ESCUELA SECUNDARIA: ANÁLISIS DE AUDIENCIAS PÚBLICAS

Fernando Martins Parreira e Sousa
fernadoparreira@usp.br

Cristine de Fátima Lima Souza

Palavras-chaves: Privatização; Atores privados; Política curricular; Ensino médio; Audiência pública.

Palabras clave: privatización; Actores privados; Política curricular; Escuela secundaria; Audiencia pública.

Introdução

A construção de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC), está prevista na Constituição Federal (CF/88) em seu Artigo 210, fixando conteúdos, assegurando a formação básica comum a nível nacional, (BRASIL, 1988). A investigação a respeito da BNCC, para o ensino médio, apresenta um componente que se relaciona com a qualidade da educação (KUENZER, 2007, 2017).

No cenário educacional, a promoção da qualidade na educação emerge da agenda neoliberal, intensificando a articulação entre representantes dos órgãos públicos, com agentes do setor privado, bem como a construção de bases comuns curriculares (FREITAS 2018).

Estudar a BNCC para o ensino médio se faz necessário, uma vez observado que as políticas educacionais estão inseridas em um contexto político neoliberal, norteadas e submetendo a educação aos interesses dos atores privados.

Desta forma, este artigo se insere no debate das relações entre o público e o privado, no que tange à privatização da educação pública brasileira, especificamente referente à construção da BNCC, tendo por objetivo apresentar os resultados parciais da análise dos atores privados que foram convidados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE), para participarem das audiências públicas, bem como identificar seus interesses em discutir a BNCC nas referidas audiências.

Metodologia

A fim de averiguarmos os atores privados atuantes sobre o currículo, sobretudo em relação à atuação na BNCC, analisamos as audiências públicas realizadas pelo CNE, buscando entender as razões das entidades privadas serem convidadas para o debate da construção da Base. Para tanto utilizamos como metodologia a análise de vídeo, apontado

por POWELL; FRANCISCO; MAHER (2004) como uma metodologia que permite ao pesquisador realizar análises detalhadas do fenômeno pesquisado, a partir da transcrição dos eventos críticos selecionados nos vídeos.

Utilizamos o modelo de transcrição de vídeo construído por LIMA (2015), decorrente de seis fases, sendo a primeira, assistir aos vídeos, a segunda, selecionar os eventos críticos, a terceira descrever os eventos selecionados como críticos, a quarta fase compreender a transcrição dos eventos críticos. Na quinta fase com os dados encontrados uma discussão é realizada, e na sexta e última fase, os dados úteis à pesquisa são separados para operacionalizar melhor o desenvolvimento da pesquisa.

Discussão dos resultados

O Conselho Nacional de Educação (CNE), submeteu a proposta da BNCC referente à etapa do ensino médio, a cinco audiências públicas. Tal procedimento tem como mecanismo propiciar a participação da sociedade civil a fim de se produzir um projeto de resolução, para ser devolvido ao Ministério da Educação para homologação, da referida política pública nacional.

Segundo os termos do Regimento das Audiências Públicas, foram destinadas 400 vagas para participação dos interessados e convidados, nomenclatura utilizada pelo próprio CNE seguindo características básicas das audiências públicas realizadas no âmbito do governo federal, com caráter consultivo, presencial, coletivo e com manifestação oral dos participantes, como lembra Soares (2002).

A quantificação dos participantes das audiências está em processo de análise, cabendo neste momento apenas sinalizar algumas percepções analíticas.

As Audiências da BNCC evidenciam a participação de atores privados como o Instituto Inspirare, a Fundação Lemann e o Movimento Santa Catarina pela Educação, além de representantes das escolas particulares como a Confederação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (CONFENEN), a Federação Nacional das Escolas Particulares (FENEP) e a Associação Nacional de Educação Católica do Brasil (ANEC). As audiências não se restringiram somente a instituições privadas, mas também a sociedade civil esteve presente no debate via diretores, professores e estudantes.

O que nos chamou a atenção foi a participação da Fundação Lemann presente em todas as audiências públicas. E esse é o recorte que damos para essa intervenção. É

necessário entendermos os motivos que levam Paulo Jorge Lemann, empresário bem-sucedido no mercado financeiro e de investimentos, a discutir uma base educacional para todo o país. A partir do slogan da Fundação “criar oportunidades para gente boa agir grande e transformar o Brasil”, podemos inferir que seus interesses vão além das dimensões do currículo, oferta e gestão, apontadas por Adrião (2017), são interesses políticos e de projeto de nação.

Conclusão

O Ensino Médio no Brasil, desde sua origem, apresenta contradições e dualidades que perpassam o século XX e continua sendo objeto de discussão e disputa também no século XXI, principalmente quanto aos seus objetivos e organização curricular, meio pelo qual, ADRIÃO (2008) destaca que novos mercados têm se estruturado, a partir da formação de monopólio de corporações e grupos empresariais através da criação de insumos na concepção estrita de currículo.

Embora as Audiências Públicas realizadas pelo CNE incorporem a ideia de discussão e construção de uma política pública nacional de forma colaborativa, percebemos que garantir a participação dos convidados foi uma forma de legitimar que a iniciativa privada não só discute tais questões, como também, ocupem espaços no cenário educacional Brasileiro, uma vez que a proposta de base apresentada e defendida por tais convidados assenta-se na lógica do mercado e da performatividade.

O que ficou implícito foi a utilização das audiências como instrumentos para legitimar e dar transparência, a transferência da educação pública para os atores e as organizações privadas, possibilitando desta forma, como aponta Adrião (2017) a privatização da educação pública por meio do currículo.

A DISPUTA PELO CURRÍCULO – DOCÊNCIA E FINALIDADES EDUCATIVAS

CONTROVERSIA POR CURRÍCULO – ENSÑANZA Y FINES EDUCATIVOS

Marili Moreira da Silva Vieira
Jorge Luiz Travassos Campos

Palavras-chaves: Currículo, Finalidades educativas, Políticas educacionais

Palabras clave: Currículum, Fines educativos, Políticas educativas

Introdução

Que conteúdos, com que pressupostos e que legados a escola deve garantir às futuras gerações? A essa seleção damos o nome de currículo escolar e sua escolha é permeada por decisões das esferas de poder, sendo uma decisão política.

Forquin (1993) define o currículo como um programa com atividades, de professores e alunos, organizadas no contexto escolar para o alcance de determinadas finalidades educativas. Pensar o currículo é abordar aquilo que os alunos objetivamente deveriam saber ao saírem da escola.

Vivemos hoje a implantação de uma nova BNCC, focada em competências e resultados, com forte ênfase no protagonismo e na atividade do aluno. A discussão e implementação dessa nova base, traz consigo forte presença dos grupos empresariais que atuam, ou mesmo pretendem atuar, na educação brasileira. Esses grupos, nacionais e a forte pretensão de entrada dos grupos estrangeiros, lançam mão de estratégias mercadológicas, que visam cooptar os interesses públicos para a defesa de seus interesses e visão daquilo que deve ser a escola.

A reforma curricular é introduzida nas políticas públicas com argumentos de inovação, modelando o trabalho dos professores e o funcionamento da escola, a partir de orientações dos organismos internacionais.

O Banco Mundial propõe orientações para educação, com um caráter que se pretende humanitário, mas como nos mostra Libâneo (2019), para “promover o uso produtivo do discurso mais abundante dos pobres, o trabalho”. Essa reforma chega à escola e passará pelo filtro dos professores.

Metodologia

A pesquisa, descritiva, parte de uma análise preliminar documental abalizada pela fundamentação teórica sobre o entranhamento das ideias neoliberais nos discursos e documentos oficiais da educação brasileira em geral e da formação de professores em

particular. Em uma segunda etapa, será aplicado um questionário com discentes dos cursos de pedagogia de instituições públicas e privadas, para levantamento da percepção deles sobre currículo.

A pesquisa ainda investiga a BNCF e sua “coerência sistêmica” com a BNCC, a partir de Libâneo (2019), Forquin (1993) e Young (2007, 2014 e 2016) para identificar o direcionamento da formação docente, considerando as possibilidades de desenvolver um trabalho que possa superar a realidade e tensões das propostas vigentes.

Discussão dos resultados

Pudemos observar que há uma falsa dicotomia entre o currículo integral, que Young denomina conhecimento poderoso, e o currículo de resultados. Compreender as intenções, as origens e os debates ideológicos que fundamentam a escolha do currículo é essencial na compreensão de suas finalidades. Em meio a discordâncias dos diversos agentes sociais e políticos, podemos encontrar nos documentos oficiais discrepâncias entre as propostas e seus enunciados, além de uma tensão entre a socialização e o conhecimento como finalidade da educação.

Os grupos empresariais de educação privada propõem, em consonância com as proposições dos organismos internacionais, um Currículo de Resultados, expressão mais visível do neoliberalismo e a visão hegemônica hoje, que busca nos conhecimentos úteis para mercado de trabalho a intencionalidade da educação como forma de alívio à pobreza, e assim, por meio da produtividade e individualidade, tem por objetivo ser funcional ao mercado (LIBÂNEO, 2019).

Um currículo referenciado em conhecimentos teóricos e poderosos, representado pelos conteúdos e conhecimentos acumulados pela humanidade, com uma pedagogia apropriada, oferece aos estudantes acesso ao diálogo que se dá na sociedade, alimentando-os cognitivamente e socialmente, oferecendo-lhes a possibilidade de transcenderem suas realidades cotidianas para pensar o impensável (YOUNG, 2007).

Entendemos que “a escola é um meio indispensável à formação do ser humano, e o professor deve ter uma formação adequada para atuar nesse meio e o reconhecimento de sua atuação” (WALLON, 1975, p. 77), contudo, a escolha do tipo de formação que terá o professor, escolha do currículo e as finalidades educativas são fundamentais para nortear qual escola queremos.

Conclusão

Consideramos fundamental a discussão sobre que conhecimentos e transmissões culturais, bem como que grupos e finalidades estão atuando na cultura escolar. Nos últimos anos, “[...] é o instrumentalismo [...] que reina, o discurso da adaptação e da utilidade momentânea, enquanto as questões fundamentais, as que dizem respeito a justificação cultural da escola, são sufocadas ou ignoradas”. (FORQUIN, 1993, p.10)

A visão hegemônica é economicista, mas há dissensos quanto aquilo que essa visão determina como educação de qualidade. A execução, a fundamentação e a articulação do trabalho docente, consciente das finalidades educativas da escola, são fundamentais para transposição dessas contradições.

Referências

FORQUIN, J. C. **Escola e Cultura**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.

LIBÂNEO, J. C.; et al (org.). **Em defesa do direito à educação escolar**: didática, currículo e políticas educacionais em debate. VII Edipe. Goiânia: Editora da UFG, 2019.

WALLON, H. **Psicologia e Educação da Infância**. Lisboa: Estampa, 1975.

YOUNG, M. F. D. O futuro da educação em uma sociedade do conhecimento. **Revista Brasileira de Educação**. RJ, v. 16, n. 48, p. 609-623, dec. 2011. (e-pub.).

_____. Para que servem as escolas?. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 28, n. 101, p. 1287-1302, dec. 2007. (e-pub. Seção: artigos).

_____. Por que o conhecimento é importante para as escolas do século XXI?. **Cadernos de Pesquisa**. SP, v. 46, n. 159, p. 18-37, mar. 2016. (e-pub.).

_____. Teoria do currículo: o que é e por que é importante. **Cadernos de Pesquisa**. SP, v. 44, n. 151, p. 190-202, mar. 2014. (e-pub.).

ANTAGONISMO NAS RUAS E NA EDUCAÇÃO: A REFORMA DO ENSINO MÉDIO E AS ORGANIZAÇÕES ESTUDANTIS

ANTAGONISMO EN LAS CALLES Y EN LA EDUCACIÓN: LA REFORMA DE LA ESCUELA SECUNDARIA Y LAS ORGANIZACIONES ESTUDIANTILES

Marcelo Paziano da Silva
Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)
marcelo.paziano@unifesp.br

Palavras-chaves: Ensino Médio; Polarização Política; Projetos Educacionais.

Palabras clave: Escuela Secundaria; Polarización Política; Proyectos Educativos.

Introdução

A educação é um campo de disputas entre forças sociais distintas, as quais representam diferentes projetos societários.

A partir de 2016, o Brasil entra em um curso de grandes reformas em diversas áreas. No âmbito educacional, a Medida Provisória 746/16, que torna-se Lei 13.415/2017, propôs alterações significativas no Ensino Médio, tendo por objetivo tornar os currículos mais flexíveis (FERRETI, 2017).

Com isso, estudantes de todo o Brasil mobilizaram-se e ocuparam instituições escolares. Em contrapartida, há um movimento de jovens que não concordaram com as ocupações e apoiaram a reforma. Esse jogo de forças tornou-se comum no Brasil desde 2013, em uma polarização política e heterogeneização de atores e reivindicações (GALVÃO; TATAGIBA, 2019).

A pesquisa busca compreender como agiram, perante o projeto de Reforma do Ensino Médio, dois movimentos em campos políticos distintos: o Movimento Brasil Livre (MBL) e o movimento secundarista, comparando seus projetos societários para a educação, trabalhando em três eixos: I. Polarização política; II. Reforma do Ensino Médio; III. Projetos educacionais dos secundaristas e MBL.

As ações estudantis contra ou a favor da reforma são fenômenos importantes do último ciclo de protestos estudantis iniciados em 2015 e trazem um potencial explicativo dos estudantes como sujeitos políticos e da articulação de uma complexa configuração social de interesses de classes em movimento e confronto, também expressa pela defesa ou não das formas de privatização da e na educação.

Metodologia

A metodologia utilizada foi bibliográfica, documental e qualitativa.

A pesquisa bibliográfica foi direcionada aos três eixos que compõem o trabalho. Na análise documental, mobilizamos o método de avaliação crítica de Cellard (2012).

Para o levantamento de dados no sentido de comparar as enunciações dos dois grupos, foi utilizada a entrevista semidirigida (COMBESSIE, 2004). Recorremos ao

método de análise de conteúdo, em que Bardin (2011) apresenta em três passos: Pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados. Foram realizadas e transcritas quatro entrevistas, duas com ex-secundaristas e duas com militantes do MBL. Pelo fato da pesquisa ainda estar em andamento, já foram realizadas mais três entrevistas, que ainda serão analisadas.

Discussão dos resultados

Conforme recomenda Bardin (2011), o material das entrevistas foi organizado em categorias, a saber: 1. Experiência, percepção e formação política; 2. Ocupações; 3. Visões sobre a escola; 4. A escola que querem; 5. Noção de liberdade e escolha; 6. Noção de social e coletivo; 7. Mercado e privatização; 8. Reforma do Ensino Médio. As categorias foram tratadas de forma comparativa, extraindo pontos relevantes do MBL e do movimento secundarista enquanto grupos sociais.

Através das entrevistas, análise documental e pesquisa bibliográfica, mostramos que o MBL discute a escola enquanto empresa (LAVAL, 2019), defendendo práticas gerencialistas para a educação. Tratam o neoliberalismo não só como projeto de gestão do Estado capitalista, mas também como projeto da subjetividade, ao homogeneizar o indivíduo em torno da figura empresarial (DARDOT; LAVAL, 2015). O grupo atuou como contrapúblico ultraliberal (ROCHA, 2018), aproveitando a Estrutura de Oportunidades Políticas (TARROW, 2009), em um contexto de organização dos aparelhos de difusão do liberalismo e de ação doutrinária¹⁶ (CAMISIRO, 2018).

Já os secundaristas defendem e entendem a educação enquanto direito social, como também mostra o estudo de Santos e Dickmann (2019), em que possam desfrutar da arte, cultura, conhecimento, com a respeito à diversidade e participação horizontal de toda a comunidade escolar, em uma escola mais plural e aberta. As falas dos secundaristas buscam formas alternativas à capitalização da educação (KRAWCZIK, 2005), baseando-se na administração de professores, estudantes e outros trabalhadores educacionais, com críticas à meritocracia, às parcerias público-privadas, às avaliações em larga escala e aos rankings educacionais.

Conclusão

¹⁶ No caso do MBL, inserido enquanto cédula de atuação política e articulação de protestos do Estudantes Pela Liberdade (EPL), numa rede de *think tank* pró-mercado, como é o caso da *Atlas Network* (CASIMIRO, 2018).

O MBL recorre a tradição liberal para justificar seus argumentos, ao considerar a escola e o próprio sujeito como empresas, enquanto os secundaristas falam de suas experiências na escola e de que maneira a tentaram ressignificar com as ocupações, exaltando o caráter coletivo do movimento.

Através das entrevistas, revisão bibliográfica e análise documental, percebe-se que a noção de conflito perpassa todas as esferas da sociedade civil, inclusive movimentos que reivindicam um projeto de educação.

Foi mostrado que o MBL faz parte de uma rede que defende a mercadorização da educação e, ao mesmo tempo, muito dos seus integrantes relacionam-se com outro setor, neoconservador, que age em torno do projeto Escola Sem Partido. De outra parte, os secundaristas têm uma concepção de educação pública que supere a organização hierárquica e práticas que reduzem a escola à lógica do mercado, como é o caso da Lei 13.415/2017.

Trata-se, portanto, de um processo de correlação de forças que têm projetos distintos para a educação pública (PERONI; SCHEIBE, 2017), que aparece não só na esfera institucional e no conflito entre fundações empresariais e instituições científicas, mas no interior das organizações estudantis que, como parte do modo de produção capitalista, estão em constante luta.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011, 229 p.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 13.415/2017, de 13 de fevereiro de 2017, Altera as Leis nos 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei no 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei no 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. 2017. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm>. Acesso em: junho de 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Conhecimentos de Sociologia, Antropologia e Política** (pp. 3643). In: *Parâmetros Curriculares Nacionais (Ensino Médio)*. Parte IV: Ciências Humanas e suas Tecnologias. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 1999.

CASIMIRO, Flávio Henrique Calheiros. **A nova direita: aparelhos de ação política e ideológica no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

CÁSSIO, Fernando. **Existe vida fora da BNCC?** In: CÁSSIO, Fernando; CATELLI JR., Roberto. *A educação é a Base?* São Paulo: Ação Educativa, 2019, p. 13-40.

CELLARD, André. **A análise documental.** In: A pesquisa qualitativa: Enfoque epistemológicos e metodológicos. Tradução de Ana Cristina Nasser, 3. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

COMBESSIE, Jean-Claude. **O método em sociologia.** São Paulo: Edições Loyola, 2004.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo:** Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Editora Boitempo, 2015.

FERREIRA, Isabelle Azevedo. **Movimento Brasil Livre (MBL): dinâmicas e repertório de ação coletiva na disputa por hegemonia.** XXXI Congresso ALAS Uruguay, 2017.

GALVÃO, Andreia; TATAGIBA, Luciana. **Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016).** Opinião Pública, Campinas, vol. 25, n. 1, jan-abr., p. 63-95, 2019.

KRAWCZYK, Nora. **Políticas de regulação e mercantilização da educação: socialização para uma nova cidadania?** Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 92, p. 799-819, Especial – Out. 2005.

PERONI, Vera; CAETANO, Maria Raquel; DE LIMA, Paula. **Reformas educacionais de hoje: As implicações para a democracia.** Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 11, n. 21, p.415-432, jul./dez. 2017.

PERONI, Vera; SCHEIBE, Leda. **Privatização da e na educação: Projetos societários em disputa.** Revista Retratos da Escola, Brasília, v. 11, n. 21, p. 387-392, jul./dez. 2017.
PERONI, Vera Maria Vidal; LIMA, Paula Valim de. **Políticas conservadoras e gerencialismo.** Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 15, e2015344, p. 1-20, 2020. Disponível em: <<https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>>

ROCHA, CAMILA. **“Imposto é Roubo!” A Formação de um Contrapúblico ultraliberal e os Protestos Pró-Impeachment de Dilma Rousseff.** DADOS, Rio de Janeiro, vol.62(3), 2019.

ROCHA, CAMILA. **“Menos Marx, Mais Mises”: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018).** orientador Adrian Gurza Lavalle. São Paulo, 2018. 232 f.

SANTOS, Melody Rodrigues Fialho dos; DICKMANN, Ivo. **Primavera secundarista e escola sem partido: projetos ideológicos de educação e sociedade.** Rev. Ciências Humanas. Frederico Westphalen, RS, p. 69-91. Set./Dez. 2019.

TARROW, Sidnei. **O poder em movimento: movimentos sociais e confronto político.** Petrópolis: Vozes, 2009.

AS RELAÇÕES PÚBLICO-PRIVADAS E O ENVOLVIMENTO DO MOVIMENTO TODOS PELA BASE NAS REDES PÚBLICAS ESTADUAIS DE MINAS GERAIS

LAS RELACIONES PÚBLICO-PRIVADAS Y LA PARTICIPACIÓN DEL MOVIMIENTO TODO POR LA BASE EN LAS REDES PÚBLICAS ESTATALES DE MG

ANDRESA CÓSTOLA, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
(UNESP), andresacostolaa@gmail.com

RAQUEL FONTES BORGHI, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita
Filho” (UNESP), raborghi@gmail.com

Palavras-chave: Currículo. Base nacional comum curricular. Movimento empresarial na educação.

Palabras clave: Currículo. Base curricular nacional común. Movimiento empresarial en la educación.

Introdução

O presente trabalho é oriundo de pesquisa de mestrado em andamento e integra pesquisa interinstitucional (UNICAMP, UNESP, USP)¹⁷, tendo como intuito investigar no estado de Minas Gerais o envolvimento dos agentes privados que compõe o Movimento Todos pela Base (MBNC) nas redes públicas estaduais no período de 2013-2019. Para tal, buscou-se mapear e caracterizar as tendências de privatização da dimensão do currículo, conforme ADRIÃO, et. al (2018), na educação básica, identificando as diversas ações, projetos e programas que são oferecidas as instituições escolares por esses atores, além de investigar também, a frequência de influência de cada agente pertencente ao Movimento¹⁸.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

¹⁷ Projeto de Pesquisa financiado pela Fapesp - 2019/12230-7: Adrião, et al. Análise do mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil: atores, programas e consequências para a educação pública, (2019-2021).

¹⁸ Os agentes que compõe o Movimento são Abave; CEIPE/FGV; Cenpec; Cedac; Consed; Mariza Abreu; Fundação Lemann; Fundação Maria Cecília Souto Vidigal; Fundação Roberto Marinho; Fundación SM; Instituto Ayrton Senna; Instituto Inspirare; Instituto Natura; Instituto Unibanco; Itaú BBA; Singularidades; Todos Pela Educação; Undime (CÓSTOLA, BORGHI, 2018).

O Movimento se formou em 2013 e se denomina uma iniciativa da sociedade civil, que conta com a participação de diversas instituições que se colocam como atuantes da área da educação, “são organizações da sociedade civil, acadêmicos, pesquisadores, professores de sala de aula, gestores municipais, estaduais e federais, especialistas em currículos, avaliações e políticas públicas” (MOVIMENTO PELA BASE NACIONAL COMUM, 2016). Entretanto como apontam estudos, “[O Movimento] visa de fato o vasto mercado educacional e a imposição de uma agenda neoliberal” (SILVA, CANTARELLI 2019, p. 785).

Tendo em vista esse interesse do MBNC no mercado educacional, pretendemos apontar como as ações desses atores se caracterizam como um processo complexo de privatização da e na educação, substituindo e reformando o setor público ao mesmo tempo, como bem apontam Ball e Youdell (2007). Para os autores a privatização se dá por dois processos, a **privatização exógena**, que é aquela definida como a **privatização da educação**, na abertura por meio de acordos dos serviços públicos de educação para setor privado, baseados nos benefícios econômicos, permitindo e incentivando os provedores privados a expandir suas atividades na educação; e a **privatização endógena**, que se refere à **privatização na educação**, com a importação de métodos, normas, regras, práticas e ideias gerencialistas, como seleção, competitividade, incentivos baseados em resultados, com o objetivo de tornar o público cada vez mais próximo de uma empresa. Logo, a privatização na/da educação é multifacetada, não se realizando apenas pela transferência da propriedade do setor público para o setor privado, mas se configurando como uma “simbiose” na interação entre as esferas pública e privada (ADRIÃO, et. al, 2012).

A pesquisa se desenvolveu em três etapas: I) levantamento bibliográfico; II) mapeamento de programas/ações de atores privados do MBNC, de 2013 a 2019, a partir de busca direcionada no site da Secretaria Estadual de Educação de MG, usando o nome dos agentes entre aspas como os descritores da pesquisa; III) uso dos dados do mapeamento realizado pelo GREPPE (ADRIÃO, et. al, 2018), buscando apenas as informações relacionadas às estratégias de privatização do currículo com envolvimento dos agentes do MBNC dentro do período pré-estabelecido. Os dados relativos a etapa II e III serão apresentados a seguir.

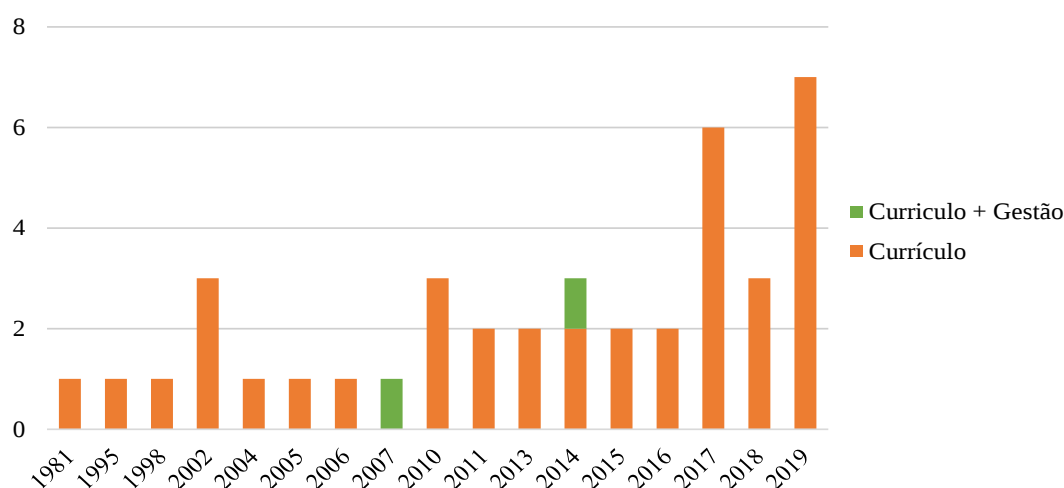
Resultados e discussões

As informações obtidas com a etapa II e III revelaram no estado de MG no período pesquisado, 40 programas de privatização do currículo na rede estadual de ensino. Nesses programas predomina o ensino médio como a etapa da escolarização mais atingida; com atuação dos programas voltada para a inserção de conteúdos nos projetos pedagógicos e a capacitação de professores; tendo como público-alvo prevalecente a classe docente (quadro 1) e com aumento significativo de ações iniciadas em 2019 (figura 1).

Quadro 1 – Envolvimento dos agentes do MBNC em estratégias de privatização curricular em MG (2013 a 2019).

Área de atuação dos programas	
Capacitação de professores	42%
Inserção nos projetos pedagógicos	42%
Insumos curriculares digitais	10%
Material didático	4%
Atividade curricular além do obrigatório	2%
Total	100%
Etapas da escolaridade atingida pelos programas	
Ensino médio	48%
Ensino fundamental	39%
Ensino infantil	9%
Ensino superior	2%
EJA	2%
Total	100%
Público-alvo atingido pelos programas	
Docentes	43%
Gestores	29%
Estudantes	28%
Família	0%
Total	100%
Vigência dos programas	
Ativos em 2019	26
Encerrados	13
Sem informação	1
Ano de criação dos programas	
De 1981 até 2019	
Projetos iniciados em 2019	
7 novos	

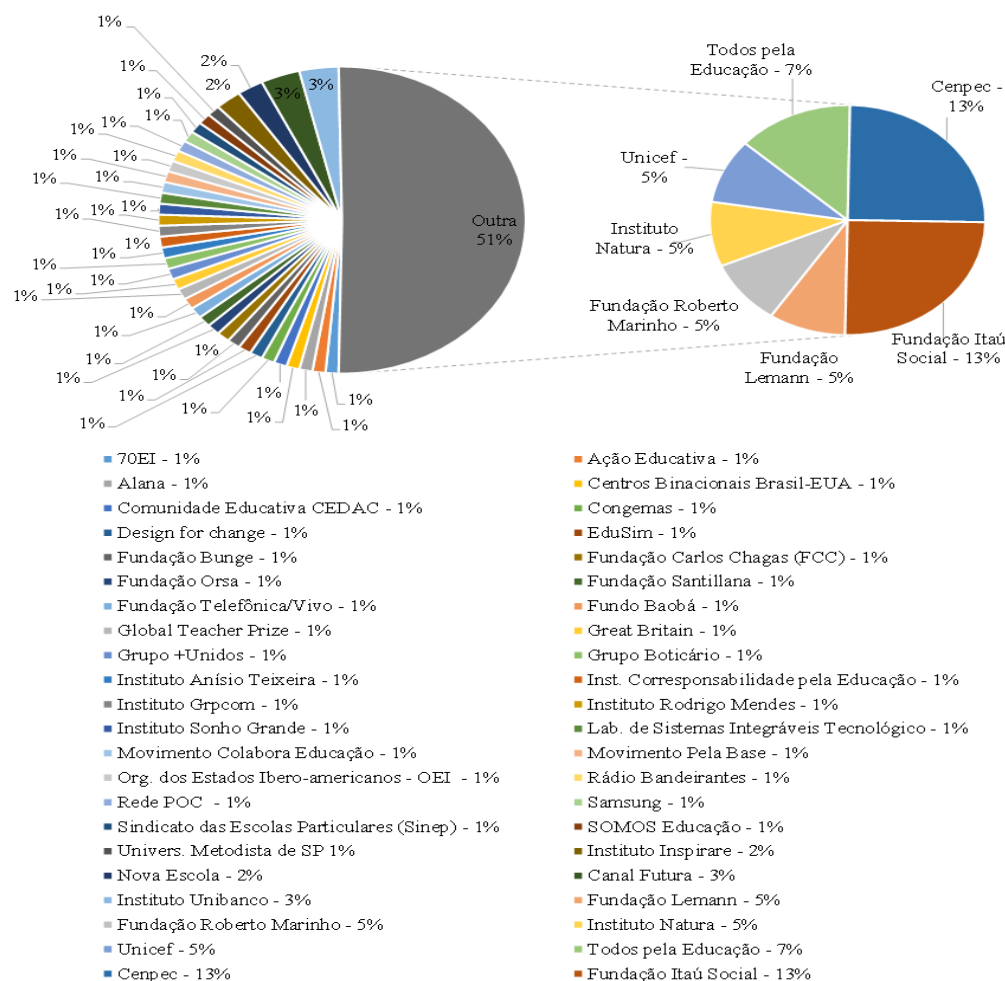
Figura 1 – Total de programas curriculares por ano de início em Minas Gerais (1998-2019).



Nesses 40 programas foram identificados 10 atores do MBNC, sendo ele: Comunidade Educativa CEDAC; o próprio Movimento Pela Base; Instituto Inspirare; Instituto Unibanco; Fundação Lemann; Fundação Roberto Marinho; Instituto Natura; Todos pela Educação; Cenpec; Fundação Itaú Social. Identificamos ainda, uma rede de relação entre entidades públicas e privadas para além dos agentes que são parte do Movimento. Juntando estes atores com os do Movimento temos 22 instituições públicas e 44 privadas envolvidos com ações voltadas para a dimensão curricular nas instituições públicas estaduais.

A frequência desse envolvimento pode ser observada na figura 2, com a porcentagem de vezes que o nome de cada um surgiu no mapeamento. O círculo menor da figura mostra os atores mais frequentes, isto é, os grupos mais envolvidos com projetos de privatização do currículo na rede pública estadual de Minas Gerais que surgiram neste mapeamento, onde todos, exceto a UNICEF, fazem parte do Movimento.

Figura 2 - Frequência de atores privados nos programas de currículo em Minas Gerais, entre 2013 a 2019.



Considerações finais

O presente trabalho encontra-se em andamento, com isso, não consolidamos todas as reflexões e análises para compreender como e se o avanço da homologação e implantação da BNCC, podem estar interligados com o aumento das ações do setor privado no sistema público estadual de ensino de Minas Gerais, mas podemos afirmar, conforme mostra o mapeamento, que houve um aumento na incidência de projetos e ações iniciadas em 2019, e que o corpo docente atuante no ensino médio, é o principal grupo que se pretende atingir com essas ações.

Além disso, essa grande incidência de programas voltados para a formação e capacitação de professores identificados no mapeamento, tem se consolidado nas últimas décadas conforme Souza e Sarti (2013) bem apontam em seus estudos, como um amplo e diversificado mercado formativo dirigido aos docentes. As autoras apresentam que uma linha de argumentação tem se destacado dando espaço e força à consolidação dessa cultura de formação docente, essa linha vincula a baixa qualidade da formação oferecida aos professores com a baixa qualidade da educação escolar oferecida aos estudantes. A

formação docente é então eleita um elemento estratégico para solucionar os problemas escolares, firmam um mercado que envolve diversos produtos e serviços que são “politicamente convenientes e de ampla visibilidade social” (idem, p. 606), mercado este que pôde ser visto através do mapeamento.

Referências

ADRIÃO, T. M. F., et al. **Análise do mapeamento das estratégias de privatização da educação básica no Brasil: atores, programas e consequências para a educação pública**, 2018.

ADRIÃO, T.; GARCIA, T. G.; BORGHI, R.; ARELARO, L. R. G. As parcerias entre prefeituras paulistas e o setor privado na política educacional: expressão de simbiose? **Educação e Sociedade** [online]. 2012, vol.33, n.119, pp.533-549.

BALL, S.; YODELL, D. **Privatización encubierta en la educación pública, Internacional de la Educación**. Bruselas, 2007.

COSTOLA, A.; BORGHI, R. F. Os reformadores empresariais e as políticas educacionais: análise do movimento todos pela base nacional comum. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 22, n. esp. 3, p. 1313-1324, dez., 2018.

SILVA, S. G.; CANTARELLI, J. M. Justiça social e discurso neoliberal: problematizações sobre a base nacional comum curricular. **Espaço Pedagógico**, v. 26, n. 3, Passo Fundo, p. 777-794, set./dez. 2019.

SOUZA, D. T. R. S.; SARTI, F. M. Mercado de formação docente: constituição e funcionamento. **Anais II Encontro Luso-Brasileiro sobre o Trabalho Docente e Formação**, 2013. Universidade Federal de Alagoas (UFAL) e Rede Latino-Americana de Estudos Sobre Trabalho Docente (Red ESTRADO).

MOVIMENTO PELA BASE NACIONAL COMUM. **O Movimento**. Disponível em: <<http://movimentopelabase.org.br/o-movimento/>>. Acesso em 01 de set. de 2020.

CONTRIBUIÇÕES DO DISCURSO ANTIDOUTRINAÇÃO PARA PRIVATIZAÇÃO DO CURRÍCULO DA EDUCAÇÃO BÁSICA

CONTRIBUCIONES DEL DISCURSO ANTI ADOCTRINAMIENTO PARA PRIVATIZACIÓN DEL CURRÍCULO DE LA EDUCACIÓN BÁSICA

dominyque.ddo@gmail.com

Henrique Eduardo de Andrade Teixeira
Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP/ Marília
henriqueducardo9@gmail.com

Palavras-chave: educação, doutrinação, privatização.

Palabras clave: educación, adoctrinamiento, privatización.

Introdução

A pesquisa consiste em sistematização de resultados parciais obtidos através de análise documental e bibliográfica realizada para elaboração de dissertação de mestrado acerca do tema “Escola sem Partido”. Ancorada nos conceitos de Adrião (2018) sobre as dimensões da privatização no Brasil, apresenta como a difusão do ideário antidoutrinação, fomentado sobretudo pelo “Movimento Escola sem Partido” (MESP), passou a influenciar as políticas públicas educacionais a partir de um discurso favorável à privatização da educação básica, sobretudo no que compete ao currículo.

Metodologia

De caráter explicativo e abordagem qualitativa, foi baseada na metodologia de análise no/do/pelo uso de mídias digitais (HINE, 2015; MILLE, 2016) para subsidiar a realização de levantamento documental nas plataformas virtuais (blog, facebook e instagram) de atuação do MESP, possibilitando compreendê-lo a partir de seu próprio campo de atuação: as mídias digitais.

Discussão dos Resultados

Inserido no processo de conformação do contrapúblico ultraliberal no país (ROCHA, 2019), o MESP é um *think tank* educacional de destaque que atua por meio das mídias digitais e diz defender uma pretensa neutralidade política. Sob o “diagnóstico de doutrinação” (ALMEIDA & CALDAS, 2017) produz um discurso favorável à privatização da educação - em suas variadas dimensões – que busca influenciar os rumos das políticas educacionais e regulamentação dos parâmetros curriculares.

A disseminação de suas ideias obteve espaço em uma conjuntura marcada pela elevação de discursos da extrema direita em nível internacional, constituindo-se como desdobramento do atual contexto regressivo que incide sobre a América Latina (BARBOSA, 2020). Faz parte de um processo de rearticulação das direitas pautado na formação de uma rede de difusão e propaganda favorável à ideologia neoliberal que criou fundações e instituições voltadas à promoção da lógica de mercado como a mais eficiente para resoluções dos problemas sociais. Financiados pelo empresariado, os *think tanks* atuam como mecanismos de pressão junto a instituições e sociedade civil a ponto de influenciarem a conjuntura política.

A privatização da dimensão curricular não restringe-se à aquisição de materiais e insumos, mas a um processo de “transferência para o setor privado da definição do que ensinar, do como ensinar e do quando ensinar, [...] ou seja da definição dos desenhos curriculares” (ADRIÃO, 2018, p.20). Advindo de grupos conservadores da direita estadunidense, e de referenciais teóricos do liberalismo econômico, seus princípios político-ideológicos produziram um discurso aglutinador das demandas que constituem o projeto do liberal-conservadorismo para a educação brasileira. Baseado na lógica de mercado, o MESP articulou-se junto a parlamentares e partidos conservadores, sobretudo da chamada bancada BBB (MOURA, 2016), por meio do Programa Escola sem Partido.

Inspirado no Código de Defesa do Consumidor, segundo seu próprio fundador Miguel Nagib, o PESP ancora-se em uma concepção de educação-mercadoria. A “convicção moral”, “doutrinação ideológica” e “ideologia de gênero”, conceitos nucleares de seu discurso (PEREIRA, 2017), reivindicam aos pais um direito privado à escolha das diretrizes educacionais que nortearão o processo de ensino-aprendizagem de seus filhos. Temas que consideram de responsabilidade da família, somente poderão ser tratados pela escola quando estipulados previamente mediante contrato entre escola e pais.

Como livre escolha do cliente, propõe o cerceamento à prática educativa e o livre pensar, defende a despolitização da escola e a separação entre formação e ensino (CARVALHO, 2018). Proíbe o debate público nos espaços escolares e reprime as experiências de História Pública e Cidadania (ALMEIDA; CALDAS, 2017), defende a reprivatização da educação (ABREU, 2019), a secularização da escola pública e o fim da laicidade do Estado (PEREIRA, 2017; ROSENO, 2017). Legitima a aprovação de políticas neoliberais e adere a propostas de “livre escolha da escola”, “vouchers” e “charters” dos novos reformadores educacionais (FREITAS, 2018) ao mesmo tempo em

que abarca discursos favoráveis às “escolas militares” e “homeschooling” (SCHIAVON, 2020).

Esteve presente nos argumentos que permearam a polêmica em torno da exclusão do termo gênero no Plano Nacional de Ensino de 2014 (ROSENO, 2017), bem como na elaboração das resoluções da nova Base Nacional Comum Curricular, deslocando suas negociações políticas (MACEDO, 2017). Além disso, sua articulação junto a *think tanks* educacionais especializados na produção de conteúdo de educação e entretenimento, como o “Guia Politicamente Incorreto da História do Brasil”, utiliza do revisionismo histórico de direita (ORFFENI, 2020).

Conclusões

Atuante de 2004 a 2020, o MESP contribuiu significativamente para a difusão do ideário antidoutrinação no Brasil, passando a influenciar os rumos das políticas públicas educacionais. Influenciou debates, decisões parlamentares e eleições. Como parte do projeto educacional liberal-conservador, destaca-se como elemento importante do discurso ideológico neoliberal. Objetiva dissimular os conflitos socioeducacionais para legitimar o projeto de privatização de educação pública. No que compete à dimensão curricular, busca definir os desenhos curriculares a partir do ideário antidoutrinação, aderindo a perspectivas conservadoras sob um falso discurso de neutralidade.

Referências

ABREU, Ricardo. **Da educação moral e cívica ao Escola sem Partido: a ideia de família e a contenda moralizante no campo da educação**. Rio de Janeiro, 2019. 131 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2019.

ADRIÃO, Theresa. **Dimensões e formas da privatização da educação no Brasil: caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais**. Currículo sem Fronteiras, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018.

ALMEIDA, J. R.; CALDAS, R. R. História Pública e Educação Democrática: “Professores contra o projeto Escola Sem Partido” - Narrativas em Debate. **Revista Observatório**, v. 3, n. 2, p. 66-91, 1 abr. 2017. Disponível em: <https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/3359/9605>. Acesso em 04 de ago. de 2020.

BARBOSA, J.R. A “Escola Sem Partido”: grupos políticos e empresariais e o ativismo político liberal - conservador no Brasil atual. In: Dossiê: A forma partido, alternativas e cenários da luta de esquerda. **Revista Mouro**.

CARVALHO, Celso de Prado Ferraz de. **Negação da política e politização da educação: a prática discursiva do movimento Escola Sem Partido.** Revista Educação em Questão, Natal, v. 56, n. 50, p. 65-87, out./dez. 2018.

CARVALHO, Cristina Helena Almeida de. **A mercantilização da educação superior brasileira e as estratégias de mercado das instituições lucrativas.** Revista Brasileira de Educação v. 18 n. 54 jul.-set. 2013. p.761 – 801. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v18n54/13.pdf>. Acesso em 08 de ago. de 2020, às 19h 51 min.

FREITAS, Luiz Carlos de. **A Reforma Empresarial da Educação:** Nova Direita, velhas ideias. 1ª edição. São Paulo: Expressão Popular, 2018.

MACEDO, Elizabeth. As demandas conservadoras do Movimento Escola sem Partido e a Base Nacional Comum Curricular. **Educa. Soc.** [online]. 2017, vol.38, n.139, pp.507-524. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v38n139/1678-4626-es-38-139-00507.pdf>. Acesso em 04 de ago. de 2020, às 01h 21min.

MOURA, Manoel Oriosvaldo de. (org.). Atividade Pedagógica na Teoria Histórico-Cultural. P. 81-108, Líber Livro, Brasília, DF, 2010.

OFFERNI, Rodrigo Leonardo. **Escola sem Partido: origem e *modus operandi* de um movimento liberal-conservador e desdobramentos para os conteúdos de Sociologia e História.** 2020, 199 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual Paulista (UNESP), Faculdade de Ciências Farmacêuticas, Araraquara.

PEREIRA, Isabela Bruna Lemes. **As identidades de gênero e sexualidade na visão de parlamentares da Câmara Federal: uma análise do discurso a partir dos projetos Escola sem Partido.** 2017, 242 f., Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

PERONI, Vera Maria Vidal. **Múltiplas formas de materialização do privado na educação básica pública no Brasil:** Sujeitos e conteúdo da proposta. Currículo sem Fronteiras, v. 18, n. 1, p. 212-238, jan./abr. 2018.

ROCHA, Camila; SOLANO, Esther. (org.). **As direitas nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil.** São Paulo: Expressão Popular, 2019.

ROSENO, Camila dos Passos. **Escola sem Partido: um ataque às políticas educacionais em gênero e diversidade sexual no Brasil.** 2017, 90 f., Dissertação de Mestrado Profissional em Educação – Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares. Universidade de Pernambuco. Petrolina. 2017.

SCHIAVON, Caroline Rieger Masseti. **Irmãos Koch, think tank, coletivos juvenis: a atuação da rede libertariana sobre a educação.** 2020, 233 f., Dissertação de Mestrado em Educação: História, Política, Sociedade. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo. 2020.

ESTUDOS SOBRE A ADOÇÃO DE SISTEMAS PRIVADOS DE ENSINO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL POR MUNICÍPIOS PAULISTAS

ESTUDIOS SOBRE LA ADOPCIÓN DE SISTEMAS DE EDUCACIÓN PRIVADA PARA LA EDUCACIÓN INFANTIL POR LOS MUNICIPIOS PAULISTAS

Viviani Vicentin Bergamaschi
Mestrado em Educação - GREPPE/Unicamp
vivianivb@gmail.com

Palavras-Chave: educação infantil; sistema apostilado; privado

Palabras clave: educación infantil, sistema de apostilla; privado

Os dados aqui inicialmente apresentados compõem a Dissertação de Mestrado, ainda em andamento, intitulada “Estudos sobre a adoção de Sistemas Privados de Ensino para a Educação Infantil por municípios paulistas” desenvolvida no Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Educacionais/GREPPE, ligado a linha de pesquisa Estado, Políticas Públicas e Educação, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação/UNICAMP. Como objetivo geral, a proposta é identificar e analisar as tendências e consequências de uma das formas de privatização do ensino público, que é a adoção de sistemas privados na educação infantil, particularmente na pré-escola, por municípios paulistas, com população de 50.001 até 100.000 habitantes,¹⁹. Os chamados Sistemas Privados de Ensino (SPEs) consistem em um “pacote” de produtos e serviços composto por “atividades tradicionalmente desenvolvidas pelas equipes pedagógicas dos órgãos da administração pública e das escolas: formação continuada de educadores, acompanhamento e supervisão das atividades docentes; investimento na produção e distribuição de materiais didáticos aos alunos; processos de avaliação interna e externa, entre as principais encontradas” (Adrião, 2016).

¹⁹ A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB n.9394/96), ao definir os níveis escolares, no art. 21, inciso I dispõe que a educação básica é formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio e especificamente no artigo 30, incisos I e II, que a educação infantil se divide em creche (ou entidade equivalente), para as crianças de até três anos de idade, e pré-escola, para as crianças de quatro a seis anos de idade.

Inicialmente, como percurso metodológico foi realizado um levantamento em fontes primárias de dados referentes a adoção de sistemas privados de ensino na educação infantil de cada município, dentro da faixa de população. Por acesso e pesquisa no site do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE²⁰ verificou-se quantos e quais municípios estariam na faixa de população entre 50.001 a 100.000 habitantes.

Como resultado, obteve-se uma lista de 59 (cinquenta e nove) municípios que constituem essa faixa de população no Estado de São Paulo. Para separar os municípios por região administrativa²¹, acessou-se e foi realizada a pesquisa de cada município no site da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados/Fundação SEADE, em Produtos, Regionalizações de SP. Esta primeira amostra se refere a Região Administrativa de Ribeirão Preto²², composta por três municípios: Jaboticabal, Monte Alto e Pontal.

Com relação a adoção de sistemas privados de ensino, o primeiro município pesquisado foi Jaboticabal. Foi realizada a pesquisa no Google com as palavras Prefeitura e Jaboticabal. Acessou-se o site da Prefeitura de Jaboticabal, em Secretarias, optando-se pela Secretaria de Educação, Cultura, Esportes e Lazer, na qual encontra-se disponível a opção Sistema Apostilado, na qual constam informações a respeito da adoção do Sistema Uno de ensino realizada pela Prefeitura nas escolas municipais a partir do ano de 2010. Buscou-se no espaço para pesquisa do site da Prefeitura de Jaboticabal mais informações a respeito do sistema privado de ensino adotado. Para isso foram utilizados os descritores Educação Infantil, Sistema Apostilado, Apostila e o nome da Secretária de Educação adicionado aos descritores citados, mas não foram obtidos outros resultados.

Da mesma forma, realizou-se a pesquisa no Google para acesso a Prefeitura de Monte Alto. Acessou-se o site da Prefeitura do Município, na opção Prefeitura, em Educação obteve-se acesso a Secretaria Municipal de Educação. No site, são encontradas divisões da Secretaria Municipal de Educação por Departamentos de Ensino, Atividades Escolares, Gestão Estratégica Educacional, Administração de Educação, Transporte Escolar e Alimentação Escolar. Não foi possível acessar nenhum departamento. Realizou-

²⁰ Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE – com data de referência de 1 de julho de 2020 e publicação no Diário Oficial da União em 27/08/2020.

²¹ As mesorregiões e microrregiões do Brasil constituíram a divisão geográfica regional do país vigente entre 1989 e 2017, segundo a composição elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Foram substituídas, respectivamente, pelas regiões geográficas intermediárias e imediatas, com a revisão da divisão regional brasileira em 2017.

²² Fonte: Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados/Fundação SEADE – www.seade.gov.br em Produtos/Regionalizações de SP – acesso em 29/01/2021

se busca no campo de pesquisa do site com os descritores Educação Infantil, Sistema Apostilado, Apostila e com o nome da secretária de educação adicionado a esses descritores e não foram obtidos resultados.

Finalmente, para acesso ao site da Prefeitura de Pontal, realizou-se pesquisa no Google, com os termos Prefeitura e Pontal. No acesso ao site, em Secretarias, Secretaria de Ensino. Verificou-se que as informações disponíveis são somente o nome da Secretária de Ensino do município e logo abaixo o endereço da Secretaria de Ensino da Prefeitura de Pontal. Foi utilizado o campo de pesquisa do site com os mesmos descritores, inclusive adicionados ao nome da secretária de ensino, mas não foram obtidos resultados.

Segue abaixo o Quadro Informativo de coleta inicial de dados:

Quadro Informativo – Amostra de Coleta Inicial de Dados Municípios de São Paulo por população – 50.001 a 100.000 habitantes Região Administrativa de Ribeirão Preto Municípios			
	Jaboticabal	Monte Alto	Pontal
População	77652	50772	50852
Formas e dimensões da Privatização – Educação Infantil	Sistema Apostilado UNO de Ensino	Não informado	Não informado
Nome da empresa	Editora Moderna Ltda	Não informado	Não informado
Início	2010	Não informado	Não informado
Fim	Em vigor	Não informado	Não informado
Nome da Secretária de Educação/Partido Político	Lucia Helena Vasques/PATRIOTA	Regina Tavares/PTB	Shirley Aparecida Pedro Berchan/PSB

Quadro informativo construído pela autora.

Referências

ADRIÃO, Theresa, GARCIA, Teise, BORGHI, Raquel, BERTAGNA, Regiane Helena, PAIVA, Gustavo B. IMENES, Salomão Barros. **GRUPOS EMPRESARIAIS NA EDUCAÇÃO BÁSICA PÚBLICA BRASILEIRA: LIMITES À EFETIVAÇÃO DO DIREITO À EDUCAÇÃO**. Educ. Soc., Campinas, v. 37, nº. 134, p.113-131, jan.-mar., 2016.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996

O CURRÍCULO COMO ELEMENTO DE PRIVATIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO PÚBLICA

EL CURRÍCULO COMO ELEMENTO DE PRIVATIZACIÓN DE LA EDUCACIÓN PÚBLICA

Renata Cecilia Estormovski
Universidade de Passo Fundo
E-mail: renataestormovski@gmail.com

Palavras-chave: Políticas educacionais. Currículo da educação básica. Privatização da escola pública.

Palabras clave: Políticas educativas. Plan de estudios de educación básica. Privatización de la escuela pública.

Introdução

Distintos movimentos são forjados na realidade de forma a aproximarem a educação da dinâmica mercadológica, com o neoliberalismo escolar transformando a escola em uma empresa (LAVAL, 2019). Nesse contexto, o currículo é um dos elementos que se tornam objeto de ressignificação, de forma que, a partir dele, os saberes escolares favoreçam as necessidades mercantis e formem sujeitos articulados a seus anseios. O competente curricular Projeto de Vida, proposto para estudantes dos Anos Finais do Ensino Fundamental e do Ensino Médio, a partir de 2020, na rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul, articula-se a essa percepção de acordo com a hipótese que se intenta comprovar neste estudo.

Articulada como parte da reforma curricular proposta pela Base Nacional Comum Curricular, essa disciplina reflete a privatização do conteúdo da educação (PERONI, 2015) engendrada pelos distintos grupos empresariais que motivaram a elaboração, a aprovação e a implementação da BNCC. Objetivando discutir quais as implicações de sua inserção na grade curricular das escolas públicas, nesta pesquisa realiza-se uma análise da documentação orientadora do componente Projeto de Vida na rede estadual de ensino do Rio Grande do Sul. Utilizando-se de uma análise de conteúdo (BARDIN, 2016), pretende-se identificar qual categoria ampara seus preceitos, discutindo-se esse resultado a partir de referenciais como Laval (2019), Dardot e Laval (2016) e Garcia (2015).

Metodologia

Neste estudo, que se constitui como de cunho qualitativo, optou-se por realizar uma análise categorial temática (BARDIN, 2016). Após a leitura flutuante, que entendeu o documento enviado às escolas da rede supracitada como o mais relevante para a pesquisa, houve a exploração do material e sua codificação em dois indicadores principais, que orientam todo o material: o protagonismo e a autonomia. Após, partiu-se para o tratamento dessas unidades de registro, o que resultou na categorização pretendida. O empreendedorismo sobressaiu-se como a categoria analítica que sistematiza a proposta, um conceito que tem norteado a dinâmica social e, como discutido em seguida, tem sido estimulado também pelo currículo oferecido nas escolas públicas de educação básica.

Discussão dos Resultados

O atual período do capitalismo intensifica uma "subjetivação contábil e financeira" (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 28) em que "a empresa é promovida como modelo de subjetivação: cada indivíduo é uma empresa que deve se gerir e um capital que se deve fazer frutificar" (p. 372). Assim, a responsabilização individual pelos problemas sociais e o estímulo ao protagonismo se disseminam nas condutas, sendo entendidos como princípios que devem nortear as relações sociais. Os fracassos ou sucessos individuais são entendidos como "a justa recompensa do mérito" (idem, p. 51), como se todos tivessem as mesmas condições, mas com seus resultados dependendo apenas de seu esforço.

Essa dinâmica sistematiza o componente curricular Projeto de Vida proposto na rede estadual do Rio Grande do Sul. Articulado à Base Nacional Comum Curricular, planifica percepções neoliberais atinentes ao empreendedorismo, frisando continuamente a autonomia dos discentes e seu protagonismo como bases de sua formação e atuação na sociedade. A proatividade e a autoconfiança, ainda, são incluídas como fundamentais para que habilidades e competências não somente cognitivas, mas também socioemocionais, conduzam o processo formativo dos adolescentes e garantam, a partir da resolução de problemas locais e da criação de novas respostas para as dificuldades de seu cotidiano, um futuro melhor.

Preocupações com o futuro profissional, com dinâmicas que levem os estudantes a conhecerem as especificidades do mercado no local em que residem, por

exemplo, orientam parte das aulas. Educação financeira e gerenciamento de recursos, bem como a reflexão sobre maturidade emocional e convivência social, também figuram entre os temas. A importância de que o estudante seja resiliente e tenha uma atitude de transformação perante a realidade, ainda, reforçam sua formação. Tanto na apresentação e no perfil do professor que deve conduzir a disciplina, quanto nos eixos, objetos de conhecimento e habilidades a serem desenvolvidas em cada ano, essas questões se salientam, reforçando ano a ano uma formação pautada pelo *empreendedorismo de si*.

Conhecer sua realidade e se autoconhecer, esforçar-se para superar seus problemas sem depender de ajuda externa, “fazer acontecer” diante da realidade e ser resistente diante das crises, usando-se delas para empreender. Garcia (2015) indica, esse movimento como estrutural ao empreendedorismo, o que pode ser relacionado às prescrições que o componente Projeto de Vida elenca como basilares à formação que proporciona aos estudantes da educação básica. Insistindo na conformação de opiniões que entendem cada um dos indivíduos como responsável por transpor os empecilhos que se apresentam em sua vida, o componente curricular promove a subjetivação capitalista através da privatização do conteúdo do currículo escolar.

Conclusão

O componente curricular Projeto de Vida colabora com a naturalização das desigualdades que marcam o neoliberalismo. Ao fazer isso, promove também a manutenção dessa sociabilidade e a formação de um trabalhador ideal para ela: resiliente, capaz de administrar seu precário salário sem reclamar, com habilidades que sejam as mesmas requeridas pelos empregadores de sua região, resignado e com autocontrole para não contrariar ou reclamar das condições que lhe são impostas. Por mais que princípios neoliberais estejam presentes na realidade da escola, essa disciplina os torna ainda mais explícitos, utilizando-se da privatização do currículo da escola pública para ressignificá-los, romantizando a precariedade da vida e do trabalho na atualidade.

Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução e Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016. 3ª reimpressão.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

GARCIA, F. Empreender é acreditar sempre, mesmo em tempos de crise. **UOL**, 2015. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/ultimas-noticias/colunistas/filomena-garcia/2015/09/15/empreender-e-acreditar-sempre-mesmo-em-tempos-de-crise.htm>. Acesso em 12 fev. 2021.

LAVAL, C. **A Escola não é uma empresa**: o neoliberalismo em ataque ao ensino público. São Paulo: Boitempo, 2019.

PERONI, V. (Org.). **Diálogos sobre as redefinições das fronteiras entre o público e o privado**: implicações para a democratização da educação. São Leopoldo: Oikos, 2015.

O GRUPO LEMANN E SUA POLÍTICA DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: DEBATES INICIAIS

EL GRUPO LEMANN Y SUYA POLÍTICA DE FORMACIÓN DE PROFESORES: DEBATES INICIALES

Fabiana Cristina Lucca - Estudante de Pedagogia da UNINTER/Pr -
fabianalucca@hotmail.com

Viviane Cardoso da Silva - Doutoranda em Educação na FE/UNICAMP -
viviansylva@gmail.com

Palavras-chave: BNCC; Formação de Professores; Grupo Lemann.

Palabras claves: BNCC; Formación de Profesores; Grupo Lemann.

Analisar como o Grupo Lemann tem realizado a sua política de implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) na formação dos professores nos sistemas públicos e privados de ensino, respondendo a pergunta: de que forma o Grupo Lemann tem se articulado na implementação da BNCC (MEC, 2017), a partir da execução de serviços educacionais pela Elos Educacional? - são os desafios desta pesquisa.

A metodologia é a perspectiva histórica, que segundo Aróstegui (2006, p. 470) “[...] surge de ‘achados’ - de novas fontes, de novas conexões [...], de comparações - ou surge de insatisfações com os acontecimentos existentes, [...] provocadas pelo surgimento

de novos pontos de vista, de ‘novas teorias’ ou de novas curiosidades sociais”. Os instrumentos utilizados foram: o estudo bibliográfico de referências na área e a análise documental do Grupo Lemann e materiais de formação de professores, tais como os livros “Aula nota 10” (2011) e o “Aula Nota 10 2.0” (2018) de Lemov.

Como resultados destacamos que a administração pública vem desenvolvendo projetos e parcerias junto à iniciativa privada e, dentre as instituições, encontramos o Grupo Lemann que atua na formulação, na implementação e execução das políticas educacionais no Brasil. Uma das instituições dessa rede é a Fundação Lemann (2017) que se define como uma empresa familiar de iniciativa privada e funciona como mediadora de parcerias junto aos sistemas públicos e privados de ensino, oferecendo assessoria na elaboração de políticas (como por exemplo o Plano Municipal ou Estadual de Educação e políticas curriculares com base na BNCC) e formação para todos os profissionais da educação.

A Elos Educacional (2021), outra instituição que integra o Grupo, se destina à efetivação dos projetos voltados à área da educação junto às Secretarias de Educação com as frentes de trabalho na “educação pública de qualidade” e na “formação de lideranças para impacto social”. Ao navegarmos pela página da Elos Educacional (2021,s/p) encontramos as suas atividades desenvolvidas: “O trabalho com escolas envolve o mapeamento de toda a estrutura de processos escolares, incluindo o clima estabelecido na comunidade, seleção de profissionais e avaliação de objetivos e estratégias da gestão” e as “[...] formações têm o foco na qualificação docente, equipe de coordenação e direção escolar, com base no diagnóstico e nos objetivos da gestão.”. Evidenciamos a influência da Elos Educacional no desenvolvimento de toda a base educacional que será implementada, retirando a autonomia dos sistemas de ensino na construção de suas políticas públicas. Outros dados da Elos Educacional (2021) tratam da: apresentação de soluções para melhorar os índices do IDEB, cruzando dados históricos da rede e as metas das instituições; proposição de formações com foco nos resultados e a implementação da BNCC nos currículos.

Compreendemos que, estes dados, trazem indícios da política neoliberal e da pedagogia das competências, no qual Laval (2019, p. 79) diz que “[...] a tendência é introduzir a ‘lógica da competência’ na escola e combinar a certificação concedida pelo sistema educacional à determinação mais estrita da formação da mão de obra pelas empresas que fazem uso dela.”, adequando-se à “[...] Capacidade de adaptação, comunicação, trabalho em equipe e iniciativa - essas e outras competências ‘genéricas’ -

são fundamentais hoje em dia para assegurar a competitividade das empresas.” (LAVAL, 2019, p. 80), ou seja, a organização, a rotina e estrutura de trabalho das empresas vai se tornando também a lógica dos sistemas de ensino e os resultados que deveriam produzir alinhados aos interesses do mercado e suas demandas de formação. Em relação aos materiais de formação de Lemov, o autor apresenta no primeiro livro “49 técnicas para ser um professor campeão de audiência” e no segundo “62 técnicas para melhorar a gestão da sala de aula”, porém o segundo livro é uma reedição do primeiro livro revisado e ampliado. Lemov dá grande destaque a eficácia das técnicas que apresenta, enfatizando o sucesso em sala de aula.

Em diversas técnicas notamos a ênfase no tempo, no controle da sala com ênfase na obediência, na disciplina e inclusive na disposição das carteiras em fileiras. É possível perceber que faz uso de linguagem empresarial quando utiliza os termos: sucesso, eficiência, eficácia, alto desempenho, resultados, excelência, etc., como práticas da teoria das competências e habilidades que induz a concepção de escola como empresa em busca de produtividade, maximização de resultados e metas e total engajamento dos atores envolvidos (professor e aluno).

Por fim, concluímos que tanto as relações das empresas em rede como a sua atuação na educação estão ligadas a formação de um tipo de sociedade na lógica capitalista, com a intenção de que os sistemas de ensino sejam as instituições reprodutoras desta lógica, porém sem levar em consideração as dinâmicas sociais, locais, culturais e de vida tanto dos profissionais da educação quanto dos estudantes. Há contradições e resistências latentes neste processo e que precisam ganhar lugar de destaque nesta história.

Referências Bibliográficas

ARÓSTEGUI, J. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Tradução Andréa Dore. Bauru, SP: EDUSC, 2006. (Coleção História).

ELOS EDUCACIONAL. **Quem somos**. s.d., s.p.. Disponível em: <https://www.eloseducacional.com/quem-somos/>. Acesso em fevereiro de 2021.

FUNDAÇÃO LEMANN. **Quem somos**. s.d., s.p.. Disponível em: <http://www.fundacaolemann.org.br/quem-somos/> Acesso em maio de 2017.

LAVAL, C.. **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público**. São Paulo: Boitempo, 2019.

LEMOV, D. **Aula nota 10**: 49 técnicas para ser um professor campeão de audiência. São Paulo: Da Boa Prosa: Fundação Lemann, 2011.

_____. **Aula nota 10 2.0**: 62 técnicas para melhorar a gestão da sala de aula. 2a. Edição. Porto Alegre: Penso. 2018.

MEC. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, DF: Fundação Carlos Alberto Vanzolini Gestão de Tecnologias em Educação, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf Acesso em janeiro de 2021.

OS ATORES PRIVADOS COM MAIOR PRESENÇA EM SEIS MUNICÍPIOS DO ESTADO DE MATO GROSSO - 2000-2020

ACTORES PRIVADOS CON MAYOR PRESENCIA EN SEIS MUNICIPIOS DEL ESTADO DE MATO GROSSO - 2000-2020

Fabiana Oliveira da Silva
Universidade Federal de Rondonópolis/UFR
fabiana_2012_roo@gmail.com

COSSETIN, Márcia
Universidade Federal de Rondonópolis/UFR
marciacossetin@yahoo.com.br

Palavras-chave: Educação. Privatização. Municípios Mato-grossenses.

Palabras clave: Educación. Privatización. Municipios de Mato Grosso.

Introdução

A pesquisa ora apresentada teve por objetivo de identificar se há alguma intervenção de agentes privados nos municípios mato-grossenses na esfera educacional pública, mais especificamente na Educação Básica Pública, delimitando-se a Educação Infantil e o Ensino Fundamental. Seleccionamos para tal pesquisa seis municípios do estado que foram: Barra do Garças, Cáceres, Cuiabá, Rondonópolis, Sinop e Várzea Grande.

A motivação para pesquisar tal temática deu-se a partir da participação no grupo de pesquisa - Grupo de Estudos e Pesquisa em Políticas Educacionais – Greppe/MT. A

partir das leituras, estudos e discussões realizadas no grupo gerou-se o interesse de conhecer como ocorrem os processos de privatização da Educação Pública nos municípios do estado de Mato Grosso, sobretudo, por meio das denominadas parcerias entre o setor público e o privado. Com esse envolvimento, submetemos projeto para entrada no Programa de Iniciação Científica – PIBIC/UFMT – e a partir disso submetemos, também o mesmo projeto para o recebimento de Bolsa para pesquisa por meio da Fundação de Amparo à Pesquisa do estado de Mato Grosso – FAPEMAT – (Processo FAPEMAT.0465838/2019) ambos os projetos foram aprovados e recebemos bolsa para o desenvolvimento da pesquisa.

Para a coleta de dados realizamos buscas nos sites oficiais das Secretarias municipais de Educação dos municípios selecionados, posteriormente, considerando-se que poucas informações foram encontradas, definimos como possibilidade a utilização da plataforma digital *Google*, com os períodos a serem pesquisados 2000 a 2019 e o nome do município.

Tendo por base estudos e pesquisas desenvolvidas por Adrião (2018) sobre como os processos de privatização que tem ocorrido no âmbito da Educação Básica, nas dimensões oferta, gestão e currículo. Assim, trazemos os dados encontrados inicialmente para, posteriormente em pesquisas futuras, nos dedicarmos ao estudo das dimensões.

Tecemos, por fim, as considerações a que pudemos chegar, considerando os estudos e dados provenientes da pesquisa e indicamos a necessidade de continuidade de dedicação à temática para que possamos apreendê-la com maior vinculação com a realidade e para que a Educação Pública, Gratuita e de qualidade social seja fortalecida.

A implementação da Educação como Direito Social no Brasil e os processos de Privatização em municípios mato-grossenses

O direito à Educação no Brasil só se consolida como direito social na Constituição Federal de 1988 no Capítulo II que indica que: “[...] a Educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados” (BRASIL, 1988, s/p).

Além de a Educação pública estar assegurada na Constituição Federal de 1988, que é o mais importante documento legislativo do Brasil, ela também está assegurada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394 de 1996, (LDB), no título II que menciona os princípios e finalidades da Educação Nacional:

Art. 2º A Educação, dever da família e do Estado, inspira nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualidade para o trabalho (BRASIL, 1996, s/p).

Nessa perspectiva, a Educação é entendida como elemento constitutivo e constituinte das relações sociais mais amplas, contribuindo, contraditoriamente, desse modo, para a transformação e a manutenção dessas relações (DOURADO; OLIVEIRA, 2009).

Todavia, nesse contexto, acirram-se as interligações entre o público e o privado e o incentivo financeiro-público para instituições privadas. Assim, ao mesmo tempo em que se ampliava o direito à Educação, ao final dos anos de 1980 e na década de 1990, iniciava-se o processo de desmonte desse mesmo direito que ainda estava em processo de efetivação. Nesse período, aprovam-se legislações que alteram a Constituição Federal de 1988 e possibilitam a privatização de direitos recém conquistados.

Cossetin (2017), aponta no contexto o Estado permanece com financiador das políticas sociais, mas, são projetados parceiros para atuar no âmbito da oferta dos serviços públicos, dentre eles: Organizações não Governamentais - ONGs, Organizações Sociais sem Fins Lucrativos - OSCIPs, fundações, institutos, entre outros. Os novos atores são anunciados como parceiros na definição e na execução de políticas sociais, dentre essas políticas públicas educacionais.

Nesse ínterim estariam os processos de privatizações generalizadas e, também a descentralização para o setor não-estatal da execução de serviços que não envolveriam o exercício do poder de Estado, mas permanecem subsidiados por ele, tais como: Educação, saúde, cultura e pesquisa científica (COSSETIN, 2017)²³.

A partir desse entendimento apresentamos os atores privados, os programas e em quais municípios tiveram incidência no estado de Mato Grosso, considerando-se os municípios selecionados. No quadro a seguir tem-se uma sistematização dos dados encontrados nos seis municípios mato-grossenses que nos indicassem possíveis interligações entre o público e o privado na Educação pública.

²³ A pesquisadora aponta ainda as legislações que viabilizaram a partir da década de 1990 até os anos 2000 os processos de privatização: a Lei n.º 9.637, de 15 de maio de 1998; Lei n.º 9.790, de 23 de março de 1999; Lei n.º 13.019/2014; Lei n.º 13.204/2014 (COSSETIN, 2017).

Quadro 1: Privatização da Educação em municípios mato-grossenses:

Ator privado	Projeto/Programa	Município
Fundação <u>Cesgranrio</u>	Eterno Aprendiz	Barra do Garças Cáceres Cuiabá Rondonópolis Sinop
Instituto Ayrton Senna	Escola Campeã Gestão Nota 10	Cáceres
Fundação Cargill	Fura Bolo Grão em Grão	Sinop
Instituto Cometa	Cometa Educação	Cáceres
Instituto <u>Mosaic</u>	<u>Mosaic Educa</u>	Rondonópolis
Serviço Social do Comércio - Senac	Programa Senac Gratuidade (PSG)	Várzea Grande

Fonte: Elaboração da pesquisadora, 2020, a partir de informações coletadas nos sites pesquisados.

A partir dos dados encontrados pudemos compreender que a privatização da Educação Básica pública vem ocorrendo nos seis município mato-grossenses. Observamos, ainda, que a Fundação Cesgranrio tem maior capilaridade estando presente em cinco dos seis municípios pesquisados (Barra do Garças, Cáceres, Rondonópolis, Cuiabá, Sinop).

Considerações Finais

Por meio dos estudos realizados podemos compreender que no contexto das políticas sociais estão as políticas educacionais que são uma conquista da classe trabalhadora, mas, ao mesmo tempo em que a Educação é universalizada no que diz respeito ao acesso, há um movimento de desmonte dos direitos conquistados, de tal modo as políticas sociais, implantadas por meio do Estado, especificamente as educacionais, mostram-nos em estreita relação com os interesses do capital.

Desse modo, no bojo das políticas sociais que têm sido implementadas, especificamente nos municípios pesquisados existem processos de privatização da Educação Pública em andamento. Podemos inferir que os chamados “parceiros”, que na verdade indicam a interligação entre o público e o privado, a privatização das políticas sociais, encontram-se em todos os seis municípios que foram abrangidos por nossa pesquisa.

Apreendemos também a necessidade de darmos continuidade à pesquisa, aprofundando-a e buscando, ainda, compreender as consequências desses processos de privatização que em nosso entendimento, ainda inicial, pode fragilizar e precarizar a

Educação como direito social e espaço de acesso ao saber sistematizado que propicie aos sujeitos uma formação humanizadora.

Referências

ADRIÃO, Theresa. **Dimensões e Formas da Privatização da Educação no Brasil:** caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais. Currículo sem Fronteiras, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018 ISSN 1645-1384 (online), Disponível em: www.curriculosemfronteiras.org. Acesso em: 8 ago. 2020.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>. Acesso em: 23 set. 2020.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 23 ago. 2020.

COMETA, Coordenador. **Resultado dos ganhadores do 15º cometa redação-2019.** Out. 2019. Disponível em: <file:///C:/Users/tiago/Downloads/Resultado%20dos%20Ganhadores%20do%2015%C2%BA%20COMETA%20REDA%C3%87%C3%83O%20-%202019.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2020.

COSSETIN, Márcia. **As Políticas Educacionais no Brasil e o Movimento Todos pela Educação:** Parcerias Público-Privadas e as Intencionalidades para a Educação Infantil. 337 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2017.

DOURADO, Luiz Fernandes; OLIVEIRA, João Ferreira De. A qualidade da Educação: perspectivas e desafios. **Cad. Cedes**, Campinas v. 29, n. 78, p. 201-215, maio/ago. 2009.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado.**

Fundação Cargill comemora aniversário de seus programas. **O Gife**. set. 2009. Disponível em: <https://gife.org.br/fundacao-cargill-comemora-aniversario-de-seus-programas/?lang=em>. Acesso em: 28 ago. 2020.

Prefeitura e fundação firmam parceria para novo projeto educacional em Sinop. **Só Notícias**. Sinop, nov. 2005. Disponível em: <https://www.sonoticias.com.br/educacao/prefeitura-e-fundacao-firmam-parceria-para-novo-projeto-educacional-em-sinop/>. Acesso em: 22 jul. 2020.

Projeto Mosaic é apresentado aos profissionais da rede pública de ensino de Rondonópolis. **Agora Mato Grosso**. Rondonópolis-MT, set. 2017. Disponível em: <https://www.agoramt.com.br/2017/09/projeto-mosaic-e-apresentado-aos-profissionais-da-rede-publica-de-ensino-de-rondonopolis/>. Acesso em: 24 ago. 2020.

RANGEL, Lucimary. Prefeitura de Várzea Grande e Sena firmam parceria. **Secom/VG**. Várzea Grande-MT, jul. 2013. Disponível em: <https://www.mt.senac.br/Noticias/Prefeitura-de-varzea-grande-e-senac-firmam-parceria-50>. Acesso em: 28 ago. 2020.

Terceira etapa do ‘eterno aprendiz’ qualificará mais de 6 mil professores. **Secom/MT**. Cuiabá, jul. 2006. Disponível em: <http://www5.sefaz.mt.gov.br/-/terceira-etapa-do-eterno-aprendiz-qualificara-mais-de-6-mil-professores>. Acesso em: 22 jul. 2020.

O SISTEMA BRASILEIRO DE APOIO À MICRO E PEQUENAS EMPRESAS (SEBRAE) E A PRIVATIZAÇÃO DO CURRÍCULO DO ENSINO MÉDIO E DA EDUCAÇÃO DO TRABALHADOR NO BRASIL

EL SISTEMA BRASILEÑO DE APOYO A LAS MICRO Y PEQUEÑAS EMPRESAS (SEBRAE) Y LA PRIVATIZACIÓN DEL CURRÍCULO DE LA ESCUELA SECUNDARIA Y EDUCACIÓN DEL TRABAJADOR EN BRASIL

Edirleine dos Santos Pereira
Unimontes
cristine.souza@usp.br

Úrsula Adelaide de Lélis
Unimontes
ursulalelis@gmail.com

Palavras-chave: Educação Básica; Privatização; SEBRAE.

Palabras clave: Educación Básica; Privatización; SEBRAE.

Introdução

A análise histórica da criação do Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) e suas intervenções na educação formal, no Brasil, é o objetivo deste texto. Tendo como metodologia a revisão de literatura (NASCIMENTO, 2007; SHIROMA; MORAIS; EVANGELISTA, 2011; BORGHI, 2018) e a análise teórico-

documental a partir da década de 1940, traz dados parciais de uma pesquisa de mestrado em Educação.

Resultados e Discussões

Para atender ao nascente e retardatário projeto econômico capitalista brasileiro, nos anos 1940, o governo Vargas executou políticas para adequação do contexto educacional aos ideais de desenvolvimento econômico em voga, imprimindo na educação uma racionalidade mercadológica. A criação do Sistema S, pela formação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), marcou o início e a oficialização “[...] da transferência para o setor privado da responsabilidade pela formação e qualificação da mão de obra necessária para o crescimento da indústria” (NASCIMENTO, 2007, p. 82).

No ano de 1972, foi criado o Centro Brasileiro de Assistência Gerencial à Pequena Empresa (CEBRAE), como entidade pública, transformado no Serviço de Apoio à Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE) em 1990, desvinculando-se da administração pública, acompanhando a onda privatista do governo Collor.

No curso desse processo de privatização, ressalta-se o amparo da legislação educacional, com destaque para a Lei n.º 9.394/96, implementada no contexto da reforma neoliberal do Estado (BRASIL, 1996), que, assentada nas raízes histórico-sociais da desigualdade de classes no Brasil, contribui para “[...] assegurar uma política educacional orgânica, nacional e abrangente para controle político e ideológico da educação escolar em todos os níveis e esferas” (SHIROMA; MORAES; EVANGELISTA, 2011, p. 29).

Transformado em uma instituição privada, sem fins lucrativos, o SEBRAE passou a integrar o Sistema S, deixando de atuar exclusivamente com a formação de pessoal das empresas e operando diretamente nas escolas de Educação Básica e Superior. Nessa linha, a primeira ação do SEBRAE foi o curso Jovens Empreendedores Primeiros Passos (JEPP), em 2001, no estado de São Paulo. Mas foi pelo Programa Nacional de Educação Empreendedora (PNEE), criado em 2013, que a sua investida na área educacional ganhou contornos ainda mais densos, corporativos e ideológicos, atuando principalmente na formação dos professores para desenvolverem conteúdos de empreendedorismo no currículo escolar de modo interdisciplinar. De 2014 a 2019, foram realizados pelo PNEE cinco cursos, sendo três deles direcionados para o Ensino Médio, com aproximadamente três milhões de atendimentos (professores e estudantes), em parceria com os sistemas estaduais e municipais de educação e instituições de ensino superior, nos 26 estados e

Distrito Federal, totalizando um investimento de cerca de 106 milhões de reais (SEBRAE, s.d.).

Na cúpula do SEBRAE estão as grandes confederações patronais, o que lhe reveste de poderosa atuação e influência política junto aos poderes legislativo e executivo. A sua fonte de recursos provem de um percentual das contribuições sociais das grandes empresas, além de subvenções e auxílios, inclusive públicos, prestação de serviços, aplicações de seus bens patrimoniais e contribuições voluntárias.

Apesar de se autodenominar uma instituição sem fins lucrativos, o valor movimentado no período reforça a ideia de filantropocapitalismo (BORGHI, 2018), escamoteada pelo ativismo social sob o discurso de melhoria da qualidade da educação e inserção do jovem no mundo do trabalho. Além disso, iniciativas como as do SEBRAE coloca no jovem empreendedor a responsabilidade por sua empregabilidade.

Apontamentos Finais

Com base nos estudos parciais realizados pressupõe-se que as ações do SEBRAE para a inclusão do empreendedorismo no currículo do Ensino Médio, no contexto do processo privatizador, altera o currículo, concepções sobre empreendedorismo e mundo do trabalho, promovem a disseminação da lógica de mercado na educação, alteram as relações entre capital e trabalho, e induzem a desresponsabilização do Estado no desenvolvimento de políticas públicas sociais. Em continuidade à pesquisa, realizar-se-ão pesquisas documental e de campo nas escolas do Sistema Estadual de Educação de Minas Gerais, em Montes Claros/MG, participantes do Programa do SEBRAE, nas quais serão realizadas entrevistas com os gestores e professores, e aplicados questionários online aos estudantes do último ano do Ensino Médio, e em seguida serão realizados grupos focais com uma amostra de 30% destes estudantes. Também será entrevistada a coordenadora do PNEE/SEBRAE, nesse município.

Referências

BORGHI, Raquel Fontes. Incidência do setor privado na dimensão do currículo da Educação Básica (2005-2015). In: GARCIA, Teise; ADRIÃO, Theresa (Org.). **Curriculum, gestão e oferta da educação básica brasileira: incidências de atores privados nos sistemas estaduais (2005-2015)**. Curitiba: CRV, 2018, p. 63-71 (Coleção Estudos sobre a privatização da Educação no Brasil, v. 1).

BRASIL. **Lei nº 9.394**, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, de 20 de dezembro de 1996.

NASCIMENTO, Manoel Nelito Matheus. Ensino médio no Brasil: determinações históricas. **Publicatio UEPG: Ciências Sociais Aplicadas**, v. 15, n. 1, 2007. Disponível em: <revistas.apps.uepg.br/index.php/sociais/article/view/2812>. Acesso em: nov. 2020.

SEBRAE. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas. **Quem somos**. [s.d.] Disponível em: <www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/canais_adicionais/conheca_quemsomos>. Acesso em: Jan. 2021.

SHIROMA, Eneida Oto; MORAES, Maria Célia Marcondes de; EVANGELISTA, Olinda. **Política educacional**. 4. ed. Lamparina: Rio de Janeiro, 2007.

**PERCEPÇÃO DO JOVEM ESTUDANTE DO PAPEL DA
EDUCAÇÃO ESCOLAR EM SUA FORMAÇÃO E A
PERSPECTIVA DE SUA CONTRIBUIÇÃO PARA SOCIEDADE –
RELATÓRIO PARCIAL DE PESQUISA**

**PERCEPCIÓN DEL JOVEN ALUMNO DEL PAPEL DE LA
EDUCACIÓN ESCOLAR EN SU FORMACIÓN Y LA
PERSPECTIVA DE SU CONTRIBUCIÓN A LA SOCIEDAD -
INFORME DE INVESTIGACIÓN PARCIAL**

Jorge Luiz Travassos Campos
Universidade Presbiteriana Mackenzie
jorgeltcampos@gmail.com

Palavras- Chave: Educação Básica, Currículo Escolar, Cultura Escolar.

Palabras Clave: Educación básica, Plan de estudios escolar, Cultura escolar.

Introdução

As relações construídas e que se desenvolvem na escola são as primeiras relações interpessoais independentes dos nossos pais que construímos na vida. O que aprendemos, ou deveríamos aprender, é o sustentáculo do conhecimento futuro e do desenvolvimento profissional.

Percebe-se que, na escola, as pesquisas relativas aos alunos são frequentemente mercadológicas e não acadêmicas, passando diretamente pelos pais, que muitas vezes

filtram a partir de outros fatores a verdadeira vontade dos alunos. Nos parece, também, que a lógica neoliberal é a que melhor satisfaz as perspectivas dos pais no momento da escolha das escolas para seus filhos, deixando de observar as possibilidades que os próprios jovens pretendem para suas vidas quando lançam um olhar mais atento às suas expectativas, sendo assim empurrados, a partir dessa mesma lógica, aos sabores do mercado de trabalho.

Quando propomos investigar a percepção do jovem estudante sobre o papel da educação na formação do aluno, nos referimos a educação formal oferecida pela escola particular com seus amparos e previsões legais. Já quanto a perspectiva de contribuição social, trata-se de como o estudante imagina ser seu papel social e como retribuir à sociedade o que aprendeu.

Analizamos a escola e suas finalidades, lançando um olhar sobre a instituição de forma mais específica de seu contexto social para compreendermos suas características a partir de Forquin (1993), de Libâneo (2019) e da teoria walloniana.

Metodologia

O universo de coleta de dados desse estudo foram duas escolas particulares bilíngues, no centro expandido do município de São Paulo, voltada ao público de classe média alta. Delimitamos nosso objeto de estudo nos alunos dos anos finais do ensino fundamental II e dois primeiros anos do ensino médio, entre 13 e 16 anos.

Além de levantamento bibliográfico, os dados foram coletados com aplicação de questionário via formulário online para 55 estudantes pertencentes à duas escolas.

Dos estudantes respondentes ao questionário mencionado, foram selecionados 16 alunos em uma roda de conversa, a partir de questões semiestruturadas também em ambiente virtual.

Discussão dos resultados

Os questionários foram enviados aos e-mails dos participantes e respondidos entre os dias 07/12/2020 e 11/12/2020, foram recebidas 56 respostas das duas instituições integrantes da pesquisa.

Quanto a relação dos jovens com o conhecimento, pudemos perceber que a preocupação com o futuro na busca de qualificação para o trabalho está no topo da importância (73,2%), a visão utilitarista, o que segundo Libâneo (2019), estaria dentro da proposta neoliberal para a escola se apresenta como a principal finalidade da escola para

os jovens da pesquisa, mesmo em se tratando de um público pertencente as camadas mais abastadas da sociedade.

A transmissão do conhecimento científico aparece na percepção dos jovens estudantes como o menor dos focos da instituição, já o que podemos entender como uma visão tradicional do currículo, para eles, é o principal foco da escola. Para essa questão tentamos captar a compreensão dos alunos quanto a visão de currículo, conforme denomina o Libâneo (2019), que é oferecido pelas escolas.

Os alunos percebem que aprendem aquilo que a escola se propõe a transmitir, principalmente na observação e na utilização em seu cotidiano, porém apresentam uma perspectiva voltada para resultados, um olhar para suas vidas e possibilidades de carreiras que introjetam os valores e a lógica neoliberal.

Conclusão

A escola, desde suas origens, é um campo de conflitos e contradições que se expressam desde as disputas político-ideológicas de suas finalidades, até dentro de seus muros com suas subculturas internas.

Há uma disputa entre as diferentes concepções de currículo. Quando Libâneo (2019) mostra as finalidades educativas, percebemos que a proposta de um modelo de currículo escolar que se baseie na visão neoliberal vem se mostrando cada vez mais hegemônica. Nas escolas particulares, onde uma perspectiva de baixo custo associado uma ideia de produtividade, que tem sido experimentado nas vidas e carreiras das famílias, alinhadas ao discurso dos mercados e organismos internacionais, se apresentam como a principal possibilidade daquilo que comercialmente é chamado de “educação de qualidade”.

A escola ainda é o espaço que as famílias, com grandes sacrifícios e deixam as crianças e adolescentes, por cada vez mais tempo, procuram e confiam para oferecer aos seus filhos explicações confiáveis, conhecimentos específicos e novas leituras de mundo que não podem ser oferecidas em casa.

É uma responsabilidade a que as escolas não podem se furtar, oferecer aos jovens um conhecimento, nominado por Young (2011), como “poderoso”. Um conhecimento especializado nas diversas áreas, que estimule e desafie intelectualmente os alunos, levando em consideração os conhecimentos prévios dos indivíduos, mas diferenciando de forma clara o que é escolar do não-escolar.

Referências

- FORQUIN, J. C. **Escola e Cultura**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1993.
- LIBÂNEO, J. C.; et al (org.). **Em defesa do direito à educação escolar**. Goiânia: Ed. da UFG, 2019.
- MAHONEY, A. A.; et al (org). **Henry Wallon**. 11. ed. SP: Ed. Loyola, 2012.
- YOUNG, M. F. D. O futuro da educação em uma sociedade do conhecimento. **Revista Brasileira de Educação**. RJ, v. 16, n. 48, p. 609-623, dec. 2011. (e-pub).

PRIVATIZAÇÃO PELA POLÍTICA CURRICULAR: INOVA EDUCAÇÃO NA REDE ESTADUAL PAULISTA E LABORATÓRIO DE CURRÍCULO NO CENTRO PAULA SOUZA

LA PRIVATIZACIÓN A TRAVÉS DE LA POLÍTICA CURRICULAR: INOVA EDUCACIÓN EN LA RED DEL ESTADO DE SÃO PAULO Y EL LABORATORIO CURRICULAR EN EL CENTRO PAULA SOUZA

Felipe Alencar
USP e UFABC
felipealencar@usp.br

Palavras- Chave: Políticas educacionais; Inova Educação; Educação e trabalho

Palabras Clave: Políticas educativas; Inova Educação; Educación y trabajo

O trabalho analisa a privatização da educação pela política curricular, com foco no programa Inova Educação, em implantação na rede estadual paulista. Por meio de fontes documentais, buscam-se aproximações do programa com ações da rede de ensino técnico, como o Laboratório de Currículo do Centro Paula Souza (CPS), identificando incidência de agentes privados e formação para o trabalho por meio de análise documental em fontes primárias (CELLARD, 2008).

A privatização da educação é concebida como um processo através do qual organizações privadas e indivíduos participam cada vez mais e ativamente em uma gama de atividades e responsabilidades educacionais que tradicionalmente têm sido da competência do Estado (VERGER; FONTDEVILA; ZANCAJO, 2016). Com relação ao

programa Inova Educação e ao Laboratório de Currículo, trata-se de um tipo *sui generis* de privatização endógena, que ocorre *através* da política educacional, que confere um crescente e ativo papel de agentes privados na formulação de políticas (BALL, 2020). No estudo em questão, considera-se que a escola mantém-se pública mas seu conteúdo é privatizado por meio da política curricular, o que endossa a definição elaborada por Apple (2006) do papel historicamente utilizado do currículo escolar como instrumento de consenso normativo e cognitivo entre sujeitos de uma sociedade, para induzir à padronização de uma comunidade com o pensamento único, cuja finalidade é o consentimento com políticas econômicas e sociais da classe dominante.

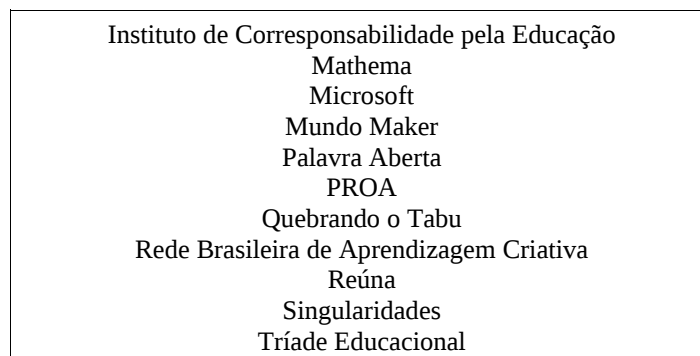
Com características de uma reforma sistêmica, o programa Inova Educação propõe nova matriz curricular para o ensino fundamental II e o ensino médio, com inserção de três disciplinas (Projeto de Vida, Tecnologia e Eletivas) na parte diversificada, ampliação do horário de permanência na escola para 5 horas e 15 minutos, sete aulas por dia, ajuste do tempo de aula de 50 para 45 minutos e atividades de formação para educadores (SÃO PAULO, 2019). As bases do referido programa constam no Programa Ensino Integral (PEI), um dos pilares de programa anterior, Educação – compromisso de São Paulo, implementado em número restrito de escolas, cujos componentes curriculares são referência para o conjunto da rede paulista a partir de 2020.

O programa Inova Educação conecta-se às mudanças oriundas da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e da reforma do ensino médio, pois, além de ter sua origem no referido contexto, o atual secretário de educação de São Paulo, Rossieli Soares, foi diretor titular da Secretaria de Educação Básica Federal, na gestão Temer (PMDB), aprovando a BNCC, o que pode caracterizar uma expressão dessas reformas para a rede estadual paulista.

Em dezembro de 2019, no evento *Movimento Inova*, apresentou-se o programa, contando com estudantes, equipes das escolas, membros da Secretaria de Educação (Seduc) e de um seletivo grupo de palestrantes do setor privado. Dentre eles, havia grupos de forte influência nacional, configurando um arranjo de formuladores da nova política curricular da rede estadual, como sintetizado abaixo:

Quadro 1: Agentes privados no Movimento Inova (2019)

Ashoka Empreendedores Sociais Fundação Telefônica Inspirare Instituto Ayrton Senna (IAS)
--



Fonte: elaboração própria

No evento, temáticas centrais compunham o conteúdo das palestras: empreendedorismo, competências socioemocionais, recursos tecnológicos de baixo custo, materiais didáticos hiperestruturados²⁴. O secretário-executivo de educação de São Paulo, Haroldo Campos, argumentou que aliar inovação e flexibilidade deve ocorrer por meio da escolha da disciplina que o estudante desejar visando à inserção no mundo do trabalho:

Estamos conversando com uma *startup* que é uma espécie de *LinkedIn* para estudantes, para todo mundo fazer seu projeto de vida e ir administrando seu projeto de vida [...] e atuando na escola de acordo com seu projeto de vida.

Destaca-se Viviane Senna, presidente do IAS, que toma empresas como exemplo para indicar que a seleção de novos trabalhadores nas corporações não é baseada em currículo mas na avaliação de competências socioemocionais.

alunos que estão sentados hoje nas salas de aula, eles vão trabalhar em empregos que não existem [...]. Como você vai preparar esse aluno para o emprego que você nem sabe que existe? [...] Eles vão precisar de habilidades como abertura, criatividade, flexibilidade, capacidade de se adaptar a mudanças cada vez num volume maior.

A incidência de agentes privados na política curricular da rede regular paulista não é recente, no entanto, sua atuação no âmbito do Inova Educação se assemelha à tendência já posta em prática na rede técnica, com o Laboratório de Currículo do CPS, onde se realizam reformas curriculares com agentes privados desde 2000. Segundo Fernanda Demai (2019), coordenadora do CPS, o objetivo é de atrelar formação por

²⁴ O conjunto das falas está disponível [aqui](#). Acesso em 12 fev. 2021.

competências com demandas do mercado, com duas edições anuais do Fórum de Educação Profissional²⁵ com ênfase no planejamento curricular desde 2008.

Corporações como Google, Microsoft, IBM e Rede Globo/Fundação Roberto Marinho atuam tanto na formatação de cursos e até mesmo demanda por novas unidades escolares do CPS. Para a superintendente do CPS, elaborar os currículos dos cursos técnicos com agentes privados é uma ação estratégica:

O melhor caminho para formar profissionais bem preparados é ouvir o que as empresas têm a dizer sobre as suas necessidades – isso ajuda a manter o alto nível de empregabilidade dos alunos de Etecs e de Fatecs. (LAGANÁ, 2019, p. 11).

Considera-se que, na política curricular dos ensinos médio e técnico, a incidência de agentes privados é pautada pela associação direta entre escola e mercado, como nas teorias marginalistas do capital humano, e que buscam adequar educação a um mundo do trabalho precarizado e induzir jovens à passividade.

Referências

- APPLE, M. *Ideologia e Currículo*. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- BALL, S. *Educação Global S.A.: novas redes políticas e o imaginário neoliberal*. Ponta Grossa: UEPG, 2020.
- CELLARD, A. A análise documental. In: POUPART, J. et al. *A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos*. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 295-316.
- DEMAI, F. Missão, concepções e práticas do grupo de formulação e análises curriculares (GFAC), In: ARAUJO, A.; DEMAI, F. (orgs.). *Currículo Escolar em Laboratório: a Educação Profissional e Tecnológica*. São Paulo: Centro Paula Souza, p. 21-130, 2019.
- LAGANÁ, L. Prefácio. In: _____. *Currículo escolar em laboratório: a Educação Profissional e Tecnológica*. São Paulo: Centro Paula Souza, p. 11-12, 2019.
- SÃO PAULO. *Programa Inova Educação*. Seduc: São Paulo, 2019.
- VERGER, A.; FONTDEVILA, C.; ZANCAJO, A. *The privatization of education: a political economy of global education reform*. New York: Teachers College Press, 2016.

²⁵ Reúnem-se: CPS, IFSP, Senai SP, Associação Nacional de Educação Tecnológica, Senac, CRQ-4ª Região, Sindicato dos Técnicos Industriais de Nível Médio do Estado de São Paulo, Sindicato dos Tecnólogos do Estado de São Paulo.

RELAÇÃO PÚBLICO-PRIVADA: MAPEAMENTO DA ADOÇÃO DE SISTEMAS PRIVADOS DE ENSINO NA PRÉ-ESCOLA, POR REDES MUNICIPAIS MATO-GROSSENSES

RELACIÓN PÚBLICO-PRIVADA: MAPEO DE LA ADOPCIÓN DE SISTEMAS DE EDUCACIÓN PRIVADA EN PREESCOLAR, POR REDES MUNICIPALES MATO-GROSSENSE

Cristiane Santana de Arruda
Universidade do Estado de Mato Grosso/UNEMAT
crisarruda.caceres@gmail.com

Palavras chave: Sistemas Privados de Ensino; Pré escola; Privatização.

Palabras clave: Sistemas educativos privados; Preescolar; Privatización.

Resumo

O trabalho em questão, ainda em fase de andamento, intitulado como “Relação Público-Privada: Mapeamento Da Adoção De Sistemas Privados de Ensino na pré escola, Por Redes Municipais Mato-Grossenses” vinculado ao Programa de pós graduação em educação pela UNEMAT, tem por **objetivo** mapear o estado de Mato Grosso, na etapa pré escolar de ensino, nas redes municipais do estado, com o intuito de identificar quais municípios adotaram algum SPE, e posteriormente caracterizar os maiores municípios do estado que vem adotando essa prática de privatização do currículo, entre os anos de 2015 e 2020. Concomitante a esse objetivo, busca-se traçar possíveis incidências de atores privados e suas formas de inserção no campo educacional mato-grossense. Ao revisar as pesquisas dos últimos anos, percebeu-se certa carência desse tipo de pesquisa tendo o estado de Mato Grosso como *lócus*, sendo essa uma das **justificativas** dada para essa investigação.

Ao realizarmos o estado da arte com os descritores: Privatização/Educação Infantil; Sistemas Privados de ensino/Educação infantil; Material didático/Educação infantil; Apostilamento/Educação infantil, nos anos de 2015 à 2020, no Banco de teses e dissertações da Capes, Scielo-Br, E- curriculum; Currículo sem fronteiras; Retratos da escola, encontramos várias pesquisas de referências, cujos autores destacamos: Galzerano

(2016); Adrião (et al 2016); Croso e Magalhães (2016); entre outros e observou-se uma incidência de pesquisadores do GREPPE que investigam essa temática.

Para que obtivéssemos os dados necessários para a realização dessa pesquisa foi necessário agrupar os municípios por índice populacional, e utilizamos a aplicação da **metodologia** quanti-qualitativa, com buscas em fontes primárias, totalmente de forma digital, buscando em sites dos 30% dos municípios mais populosos do estado de Mato Grosso as seguintes informações: Dados sobre como funciona a organização da educação nesse município; partido político do prefeito, demanda atendida e não atendida na educação infantil, empresa contratada, valores contratuais, bem como tipos de contratos e IDHM. Além desses locais faz-se necessário realizar buscas em sites de publicações oficiais bem como sites das empresas que vendem esses sistemas Privados de ensino para esses municípios.

Os resultados e discussões ainda se encontram em fase de construção, tendo em vista que já se agrupou os municípios por índice populacional e já está sendo coletado os dados para a caracterização dos 30% mais populosos, porém trouxemos como amostra um breve *resumo* de um dos municípios já em fase de caracterização, tratando-se do município de Cáceres, o mesmo segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), possui 94.861 habitantes, com Índices de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDMH) de 0,708. A procura na base de dados da secretaria municipal de educação deste município aponta a contratação de SPE desde o ano de 2017 até 2020 (período final da nossa pesquisa), sendo a contemplada a empresa Positivo Tecnologia S.A.

O número de alunos atendidos pelo município na etapa da educação infantil, segundo o Laboratório de dados educacionais (LAB), desde o ano de 2015 à 2019 (pois ainda não está disponível os dados de 2020), foram de 8.851 crianças matriculadas. O argumento utilizado pelo gestor da época, filiado ao partido político PSDB e a secretária municipal de educação, se referem a adoção desse SPE para auxiliar no aumento do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) do município, até final do ano de 2020 sabe-se que o montante gasto para essa contratação desde 2017 resultou numa despesa total de R\$1.702.346,53 para os cofres públicos municipais.

Ainda sabemos pouco sobre os resultados da nossa pesquisa, ao que se refere a inserção dos atores privados no estado de Mato Grosso, acreditamos ser um longo caminho a ser percorrido e esperamos conhecer de fato como vem ocorrendo esse processo. Porém através das revisões bibliográficas que estão sendo realizadas, podemos

verificar que a nível nacional essa vem sendo uma prática que tem ganhando cada vez mais espaço no setor educacional, onde o setor empresarial, e aqui especificamente as editoras adentram ao espaço público ofertando os mais diversos tipos de produtos e serviços, por conta da transferências entre o setor público para o setor privado, ou seja, uma transferência de responsabilidades, retirando da educação sua essência pública e de direito, transformando-a em mercadoria, empobrecendo esse direito constitucional e reduzindo seu valor, assim como afirma Oliveira “Parece-me que reduzir o sentido social da educação aos interesses do lucro representa um empobrecimento tanto do conceito de educação, quanto de seu sentido para a coesão e viabilidade das sociedades” (2009, p.753).

Referências

ADRIÃO, Theresa. **Dimensões e formas da privatização da educação no brasil:** caracterização a partir de mapeamento de produções nacionais e internacionais¹. Currículo sem Fronteiras, v. 18, n. 1, p. 8-28, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol18iss1articles/adriao.pdf>. Acessado em: 02 de junho de 2020.

OLIVEIRA, Romualdo Portela. **A Transformação Da Educação Em Mercadoria No Brasil**. Educ. Soc., Campinas, vol. 30, n. 108, p. 739-760, out. 2009. Disponível em <http://www.cedes.unicamp.br>. Acessado em janeiro de 2021.